



Uma presença familiar

Três gerações de brasileiros
vivem com a marca Nestlé.
A ela se habituaram,
como nos habituamos a tudo
o que significa presença,
convívio, lar.
Dois milhões e 500 mil crianças,
todos os anos, despertam

para ela. E dela se nutrirão,
e com ela irão crescer.
E continuarão a vê-la com olhos de
reconhecer, de amar, de sentir-se
em casa. Há símbolos
que permanecem.

PRODUTOS **NESTLÉ**

ÍNDICE

Natureza	2
Reminiscências — Anil — Luiz Marques Poliano ...	5
Livros e Publicações	7
IBRA Reassenta 1050 Agricultores Gaúchos	8
Monumento Vegetal da Cidade	10
Cultura do Tomate — Almiro Gonçalves de Castro	11
Descapitalização da Lavoura de Arroz — Antônio	
Júlio de Mello	13
Café — O Brasil na OIC	15
O Caminho do Progresso Agrícola	16
As Origens do Movimento Cooperativo Brasileiro e	
seus Lineamentos Atuais — Fábio Luz Filho	17
Agricultura na Guanabara	18
A Foto Internacional	19
Realização do INDA no período de março de 1967 a	
fevereiro de 1970	20
Articulação da Pesquisa Agropecuária no Brasil —	
Ady Raul da Silva	23
Fazenda Regional de Criação de Pinheiral	30
Educação Primária Rural	31
Milho para Silagem	33
O IBRA Poderá Olhar pela Belém—Brasília — J.	
Sampaio Fernandes	34
Instantâneos de gente da roça — A Cicatriz — D.	
Carminha — Ilustração de Luiz Sá	35
Luiz Marques Poliano — 50 anos de Serviços à SNA	
Cultivo do Café	40
Barganhei Dona Kiri pelas Mangas Ohel-	
lo Tormin	42
Aumento de Produtividade por Adoção de Novas	
Técnicas	43
“A Lavoura” — Há 70 Anos	44
Um Depósito de Conhecimentos	45
Zoneamento Agrícola — Roberto Chaves Ferreira	
Leite Cru	48
A Agropecuária Potiguar e o Crédito Rural — Moa-	
cyr Tôrres Duarte	49
Climas da Bahia — Adalberto Serra	55
Desenvolvimento das Indústrias Florestais na Amé-	
rica Latina	58
Notícias e Informações	59
Árvores — Leonam de A. Pena	62
Bibliografia Agrícola do Brasil	63
Legislação Agrícola	65

Nossa Capa:

O Presidente Simões Lopes faz entrega ao Secretário Geral da Sociedade Nacional de Agricultura, Sr. Luiz Marques Poliano, da medalha de ouro que lhe foi oferecida pela Diretoria à passagem, a 13 de março, do cinquentenário do seu ingresso nos quadros administrativos da instituição. À direita, o Senador Flávio Britto.

(Distribuição Gratuita)

A LAVOURA

A mais antiga revista agrícola em circulação no Brasil e órgão oficial da Sociedade Nacional de Agricultura.

ANO LXXIII

Março — Abril — 1970

Presidente da Sociedade

LUIZ SIMÕES LOPES
Engenheiro-Agrônomo

Diretor-Responsável
e Redator-Chefe

LUIZ MARQUES POLIANO

Diretor Técnico

KURT REPSOLD
Engenheiro-Agrônomo

Consultor Técnico

LUIZ GUIMARÃES JÚNIOR
Engenheiro-Agrônomo

COLABORADORES

— ADALBERTO SERRA
— ADY RAUL DA SILVA
— ENNIO LUIZ LEITÃO
— FÁBIO LUZ FILHO
— JOSÉ SAMPAIO FERNANDES
— JULIO CESAR COVELLO
— OTTO FRENSEL
— MARIA DO CARMO DO AMARAL PINTO

Chefe da Publicidade

CARLOS ALBERTO SOARES

Representante em São Paulo

“REVESPE”

Representação de Revistas
Especializadas

Rua Capitão Salomão, 40
CONJ. 604 — TEL. 34-8452

Redação e Administração:

AV. GENERAL JUSTO, 171
ZC-39 — GB

Telefones: 242-2981 e 242-7950

Caixa Postal: 1245

RIO DE JANEIRO

Estado da Guanabara

Nem a redação da Revista nem a Sociedade Nacional de Agricultura são responsáveis pelos conceitos emitidos em artigos assinados.

NATUREZA

Sob o título acima reproduzimos nesta revista, por sugestão da Fundação Brasileira para Conservação da Natureza, artigo do "Jornal do Brasil" comentando as previsões do Prof. Jean Dorst, do Museu de História Natural de Paris, previsões estas consideradas apocalípticas caso o "elo da cadeia que mantém o equilíbrio entre plantas e animais" não seja recuperado.

Sempre demos guarida em nossas colunas aos trabalhos que alertem, que orientem e que visem a impedir a devastação que o homem, com o seu sentido imediatista e de imprevidência insiste em atingir o próprio **habitat**, prosseguindo na feitura da "magnífica desolação" em que se está transformando o nosso planeta.

"Na medida em que destrói florestas, muda o curso dos rios, e enche a atmosfera de gases tóxicos, o homem extingue espécies da flora e da fauna, fornecendo simultaneamente a proliferação de animais nocivos como os ratos que, em nosso país, já elegeram Brasília como a sua capital", assinala o artigo citado.

A "Preservação da Biosfera" é outro brado de que "A Lavoura" se fez eco, através a palavra do Presidente Luiz Simões Lopes, da Sociedade Nacional de Agricultura, baseado nos trabalhos da reunião que estudou o problema, em dezembro de 1968 na UNESCO sob a presidência do Prof. François Bourlière, onde duzentos e quarenta especialistas em biologia, representando 63 países, as Nações Unidas e suas Agências, a FAO e a Organização Mundial de Saúde. Daquela reunião, resultaram prognósticos os mais "sombrios e dignos da meditação de todos, em particular dos governantes".

E sugere o Dr. Simões Lopes que, no Brasil, seja criada, sob os auspícios do Conselho Nacional de Pesquisas, a Comissão Brasileira de Preservação da Biosfera, que nos integraria na grande campanha, necessariamente mundial, para a defesa do mais valioso patrimônio da Humanidade — os recursos naturais, sem o limitativo em voga **renováveis**, pois os **não renováveis**, são, obviamente, os mais preciosos."

O assunto, devemos confessar, preocupa já a muita gente no Brasil.

A Lei Castello Branco, que considerou a caça como propriedade federal, foi objeto de editorial desta revista, em janeiro/fevereiro de 1967.

Mas, chegaram a produzir efeito as suas salutares determinações? As peles de animais silvestres continuam sendo exportadas, sem qualquer controle, o que levou a redação desta revista a lançar o editorial "Sapos e Sapatos".

Naquele diploma é consignada a obrigação segundo a qual, dentro de dois anos, nenhuma autoridade poderá permitir a edição de livros escolares de leitura que não contenham textos de proteção aos animais silvestres. Terá esta imposição legal sido obedecida?

Mas a verdade é que o homem desperta para o grande mal que está causando ao seu planeta.

O governo americano movimenta-se para impedir a crescente poluição da atmosfera, obrigando as fábricas de automóveis — a sua maior causa nos Estados Unidos — a prover os seus veículos de dispositivos que neutralizem os gases da combustão interna dos motores.

Providências no mesmo sentido estão sendo adotadas, e estudadas outras, para evitar a crescente poluição das águas dos rios, lagos e praias.

EDITORIAL

A proteção à Natureza, que naquele país é realmente programa de governo, já alcançou proporções que estamos, aqui no Brasil, longe de poder acompanhar.

Notícias da Alemanha informam que o Instituto de Urbanismo de Bonn está dando um alerta nacional face ao crescimento dos detritos urbanos, advertindo que, se não fôr criado, e brevemente, um processo de eliminação organizada do lixo, poderá a base natural da vida ser destruída e as futuras gerações estarão correndo o risco de ter de viver sobre montes de resíduos nocivos.

O Instituto condenou a incineração que, sendo processo incompleto, ainda contribui para a poluição do ar, bem como a idéia do lançamento do lixo nos mares, acrescentando que "esta seria uma das melhores formas para envenenar a humanidade em pouco tempo".

O quadro é sem dúvida aterrador, quando se sabe que no ano 2.000 estará duplicada a população da terra. Se hoje todos os problemas da limitação ao **habitat** do homem já representam prejuízos e uma grande preocupação, que dizer do que acontecerá daqui a 30 anos quando todos os males citados estarão duplicados e, conseqüentemente, reduzidas à metade as defesas naturais da humanidade para a sua sobrevivência?

No Brasil, que ainda é dos poucos países na face do globo terrestre que dispõem de consideráveis reservas florestais, a destruição das matas continua a fazer desertos e a prejudicar o equilíbrio biológico necessário à vida humana. Veja-se este exemplo recente citado pelo "Correio Agrícola" de Minas Gerais: "Há por aqui uma centena de empresas siderúrgicas baseadas no carvão vegetal. E dizem os técnicos que só restam ao Estado uns 12% de área coberta de matas" e, continua — "lá pelo norte de Minas o deserto já assusta. São mais de 40 municípios equivalendo duas quartas partes da superfície do Estado onde a devastação das matas, a seca, a esterilização do solo, constituem problemas..."

Já sabíamos que em Minas a situação quanto às florestas não era boa. Repetamos o que neste mesmo local escrevemos em 1967 sob o título de "Lenha, Carvão, etc", de que extraímos o seguinte trecho: "Continua Minas Gerais detendo o "record", nada lisonjeiro de Estado onde mais se derrubam árvores no Brasil, pois além do carvão, lidera a produção de lenha (620.553 toneladas e 31.119.559 m³ respectivamente)".

O problema está-se tornando de gravidade mundial mas é preciso que nós, brasileiros, cuidemos desde já do nosso quinhão nesta tarefa. Não é fácil mudar hábitos antigos (e até modernos, como é o caso da poluição por óleo da Guanabara, através dos navios petroleiros, nacionais e estrangeiros), mas se torna imperativa uma campanha que, a nosso ver, deveria começar pelos prefeitos e legislativos municipais, visando à preservação dos recursos naturais locais. Não seria impossível a essas autoridades incentivar o replantio de florestas, fiscalizar com seriedade a caça, dentro da legislação vigente e a preservação da poluição dos seus rios e lagos.

Uma campanha de educação de baixo para cima, com o compromisso inicial de, tanto os prefeitos como os legisladores não praticarem a caça, dando exemplo aos seus municípios.

Daqui lhes dirigimos caloroso apêlo.

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

(Fundada em 16-1-1897)

RECONHECIDA DE UTILIDADE PÚBLICA PELA LEI N.º 3.549 DE 16 DE OUTUBRO DE 1918

Presidente Perpétuo — MIGUEL CALMON DU PIN E ALMEIDA

DIRETORIA GERAL

Presidente

1.º Vice-Presidente

2.º Vice-Presidente

3.º Vice-Presidente

4.º Vice-Presidente

1.º Secretário

2.º Secretário

3.º Secretário

4.º Secretário

1.º Tesoureiro

2.º Tesoureiro

Secretário-Geral

— LUIZ SIMÕES LOPES

— FLAVIO DA COSTA BRITTO

— KURT REPSOLD

— HEITOR VINICIUS DA SILVEIRA GRILLO

— JOAO BATISTA LUSARDO

— FREDERICO MURTINHO BRAGA

— LUIZ GUIMARAES JÚNIOR

— JOAQUIM BERTINO DE MORAES CARVALHO

— SUBAEL MAGALHÃES DA SILVA

— RAFAEL XAVIER

— OTTO FRENSEL

— LUIZ MARQUES POLIANO

DIRETORIA TÉCNICA

ALBERTO RAVACHE

BEN-HUR FERREIRA RAPOSO

CARLOS ARTHUR REPSOLD

ENNIO LUIZ LEITÃO

JALMIREZ GUIMARAES GOMES

JOSÉ SAMPAIO FERNANDES

JÚLIO CÉSAR COVELLO

LUIZ HERMANY FILHO

MÁRIO DE OLIVEIRA

OSMAR LOPES REZENDE

CONSELHO SUPERIOR (SÓCIOS TITULARES)

CADEIRAS

- 1 — ENNES DE SOUZA
- 2 — MOURA BRASIL
- 3 — CAMPOS DA PAZ
- 4 — BARÃO DE CAPANEMA
- 5 — ANTONINO FIALHO
- 6 — WENCESLAO BELLO
- 7 — SYLVIO RANGEL
- 8 — PACHECO LEAO
- 9 — LAURO MULLER
- 10 — MIGUEL CALMON
- 11 — LYRA CASTRO
- 12 — AUGUSTO RAMOS
- 13 — SIMÕES LOPES
- 14 — EDUARDO COTRIM
- 15 — PEDRO OZÓRIO
- 16 — TREJANO DE MEDEIROS
- 17 — PAULINO CAVALCANTI
- 18 — FERNANDO COSTA
- 19 — SÉRGIO DE CARVALHO
- 20 — GUSTAVO DUTRA
- 21 — JOSÉ AUGUSTO TRINDADE
- 22 — IGNÁCIO TOSTA
- 23 — JOSÉ SATURNINO DE BRITTO
- 24 — JOSÉ BONIFÁCIO
- 25 — LUIZ DE QUEIROZ
- 26 — CARLOS MOREIRA
- 27 — ALBERTO SAMPAIO
- 28 — NAVARRO DE ANDRADE
- 29 — ALBERTO TORRES
- 30 — SÁ FORTES
- 31 — TEODORO PECKOLT
- 32 — RICARDO DE CARVALHO
- 33 — BARBOSA RODRIGUES
- 34 — GONZAGA DE CAMPOS
- 35 — AMÉRICO BRAGA
- 36 — EPAMINONDAS DE SOUZA
- 37 — MELLO LEITÃO
- 38 — ARISTIDES CAIRE
- 39 — VITAL BRASIL
- 40 — GETÚLIO VARGAS

Ocupantes

- Rafael da Silva Xavier
- Alberto Ravache
- Geraldo Goulart da Silveira
- Kurt Repsold
- Luiz Marques Poliano
- Arménio da Rocha Miranda
- Ennio Luiz Leitão
- Frederico Murtinho Braga
-
- Heitor Grillo
- Joaquim Bertino de Moraes Carvalho
- Edgard Teixeira Leite
- Luiz Simões Lopes
- Jayme Bernardes Cotrim
- Paulo Simões Lopes
- Luiz Hermann Filho
- Luiz Guimarães Júnior
- frís Meinberg
- Júlio César Covello
- Oswaldo Balarin
- José Augusto Bezerra de Medeiros
-
- Fábio Luz Filho
- Mário Penteado de Faria e Silva
-
- Honório Montelro Filho
- Rômulo Cavina
- Otto Frensel
- Oswaldo Lazzarini Peckolt
- Rômulo Joviano
- José Sampaio Fernandes
- Sylvio Frões Abreu
-
- João Carlos Bello Lisboa
- Milton Freitas de Souza
- Flávio da Costa Britto
- João Batista Lusardo

A SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA participa em caráter permanente dos seguintes órgãos: Comissão Permanente de Exposições e Feiras (Ministério do Trabalho) — Alberto Ravache; Suplente Luiz Marques Poliano; Instituto Brasileiro de Educação e Cultura (Ministério das Relações Exteriores) — Luiz Simões Lopes; Conselho Internacional de Comércio e Produção — Edgard T. Leite; Comissão Consultiva de Acórdos Comerciais (Ministério das Relações Exteriores) — Alberto Ravache; Conselho do Mérito Agrícola — Luiz Marques Poliano; Suplente, Ben-Hur Raposo; Conselho Superior de Recursos Fiscais do Est. da Guanabara — Lutz da Silva Azevedo; Conselho Federal Consultivo da Agricultura (Ministério da Agricultura) — Flávio da Costa Britto.

ANIL

“É um arbusto de cujas folhas, postas de mólho por certos dias, se tira a massa azul que tem o mesmo nome e serve na tinturaria, depois de beneficiada por um processo especial”. Colhemos esta anotação simplista nas “Memórias Históricas do Rio de Janeiro”, de Monsenhor José de Souza Azevedo Pizarro e Araújo, acompanhada de uma notícia a respeito do assunto, com a citação de atos régios e providências administrativas sobre o então indispensável produto na indústria de tintas e de tecidos.

Pio Corrêa, no seu utilíssimo “Dicionário das Plantas Úteis do Brasil”, descreve diversas plantas sob o nome de anil, de cujos verbetes extraímos os dados que se seguem:

ANIL AÇU — *Eupatorium leave* DC. (*E. tinctorium* Pohl, *Koanophyllon tinctorium* Aruda), da família das Compostas. — Arbusto alto, até 4 ms.; — Fornece madeira para caibros e pequenas obras internas; ótima lenha. As folhas, de que é possível fazer-se anualmente três colheitas, encerram 70% de “indigotina” e por isso, quando submetidas à fermentação, produzem a mesma matéria tintorial azul que se obtém na ANILEIRA VERDADEIRA. Passa por ser planta venenosa. — Maranhão até São Paulo. — Syn.; ARRUDA BRAVA.

ANIL BRAVO. — Este nome é comum às seguintes espécies da família das Leguminosas-Papilionaceas, tôdas ichthyotóxicas e por isso utilizadas pelo povo para tinguir (embarbar) o peixe nos rios e lagoas:

1. — *Tephrosta adunca* Bth. (*T. penicillata* Bth). — Planta pequena, de 25-40 cm. de altura. Rio Grande do Sul e Mato Grosso.

2. — *Tephrosta cinerea* Pers. (*Cracca cinerea* Morong, *C. villosa* L. var. *cinerea* Ktze., *Galega cinerea* L., *T. procumbens* Macfad., *T. venustula* HBK.). Arbusto de 25-75 cm de comprimento, formando touceira; — Vegeta de preferência nos terrenos secos e arenosos. Tem as variedades *littoralis* (*T. gynothrix* Miq., *T. littoralis* Pers., *Vicia littoralis* Jacq.) e *villosior* (*T. decumbens* Bth.). — Todos os Estados do Brasil, pelo menos os litóreos. — Syn. Extr.: ANIL CENIZO, em Pôrto Rico.

3. — *T. rufescens* Bth. — Planta lenhosa, rasteira ou ereta, revestida de pêlos avermelhados; é reputada muito venenosa; vegeta de preferência nos campos arenosos. — Minas Gerais, São Paulo e Goiás.

ANIL TREPADOR — *Cissus sicyoides* L. (*C. latifolia* Descourt., *C. punctulosa* Rich., *C. tinctoria* M., *Vitis sicyoides* Baker, *V. vitiginea* Ktze. var. *repens* Ktze.), da família das Vitaceas. — Trepadeira de folhas pecioladas, fruto baga preta, globosa, contendo uma semente, raríssimas vezes 2. — Este fruto fornece matéria tintorial vermelha (verde?) que depois se torna azul e fixa, já usada pelos índios Coroados e outros para tingirem seus panos; as folhas são empregadas externamente contra o reumatismo e na cura de abscessos. — É planta muito interessante: tem a particularidade de emitir raízes aéreas que descem verticalmente. Hospeda o fungo *Meliola Juruana* P. Henn. — Tem as variedades *Gardnerii*, *ovata* (*C. obscura* DC., *C. ovata* Lam., *C. sicyoides* Descourt.), de folhas ovadas e completamente glabras, *smilacina* (*C. smilacina* HBK.) e *tamoides* (*C. tamoides* Camb.), de folhas inteiras, ovado-cordiformes, muito pubescentes, assim como os ramos e pecíolos, e flôres branco-esverdeadas dispostas em grandes panículas. — Vegeta de preferência nas matas próximas aos cursos de água; a espécie-tipo ou as variedades, em todo o Brasil. — Syn.: ACHITE, CAAVURANA-DE-CUNHAN, TINTA DOS GENTIOS, UVA BRAVA. — Syn. extr.: BEJUCO DE CARO E CARO, em Cuba.

ANILEIRA. — Este nome é comum às seguintes espécies da família das Leguminosas-Papilionaceas, geralmente consideradas forrageiras, qualidade que parece duvidosa em relação a algumas delas; tôdas, entretanto, podem servir para adubo verde:

1. — *Indigofera asperifolia* Bong. — Planta ramosa desde a base e densamente cinzentotomentosa, de 40-50 cm de altura; fruto vagem reta, de 4-5 cm de comprimento, vilosa enquanto nova, contendo geralmente 5-8 sementes. — Vegeta nos terrenos pedregosos ou arenosos e até mesmo nas dunas do Rio Grande do Sul.

2. — *I. lespedezioides* HBK. Arbusto ereto de folhas compostas de 3-9 folíolos variáveis, geralmente oblongos, pilosos, de 3 cm; flôres roxas abundantes, dispostas em espigas ou racimos terminais; fruto vagem reta, comprida, pequena, voltada para baixo, contendo numerosas sementes. — Esta espécie fornece notável quantidade de “anil” e, embora não seja cultivada, é freqüentemente aproveitada para tal fim. Vegeta de preferência nos campos incultos ou abandonados, taperas e margens de estradas. Em alguns lugares (Mato Grosso) servem-se dela para

tinguijar e por isso lhe dão o nome de TIMBÓ MIRIM.

3. — *I. microcarpa* Desv. (*I. domingensis* — Spreng.). — Planta de folhas imparipinadas, composta de folíolos oblongos, canescentes, pequenos; flôres dispostas em racimos; fruto vagem pêndula, um pouco contorcida, hispido-pubescente. — É planta forrageira, bem aceita pelo gado; diz-se que também fornece matéria tintorial azul idêntica à da ANILEIRA VERDADEIRA. Ceará até Pernambuco. — Syn.: ANIL DO MATO, no Ceará; CAACHIRA, CAAQUERA, HERVA DE ANIL.

4. — *I. pulchella* Roxb (*I. arborea* Roxb., *I. cassioides* Rottl., *I. Gibsonii* Grah., *I. violacea* Roxb.) Arbusto alto; casca pardo-escuro e ramos estriados, pubescentes ou glabros; fruto vagem reta, cilíndrica, glabra, de 3-5 cm de comprimento e contendo 8-12 sementes. — Apesar de ser esta uma das espécies boas produtoras de "indigo", acha-se introduzida no Brasil, assim como em outros países, apenas por ser bastante ornamental, merecendo cultura nos jardins e sendo particularmente admirada quando as flôres, a princípio róseas, tomam a cor violácea e depois púrpura ou vermelho-violácea, de belíssimo efeito. — O lenho é branco e duro, tem cerne preto e presta-se para pequenas obras de torno. — Syn. extr.: BAROLLI e CHIMNATI, na Índia.

5. — *I. sabulina* Bth. — Subarbusto lenhoso, prostrado ou ligeiramente ereto e decumbente; fruto vagem um pouco ondulada e de superfície irregular, pubescente, contendo 4-6 sementes pequenas. — Vegeta de preferência nos cerrados e em terrenos arenosos. — Mato Grosso.

6. — *I. truxillensis* HBK — Arbusto de ramos ferrugíneos; fruto vagem quase cilíndrica, subfalcada, contendo 4-6 sementes. — Bahia até São Paulo e Minas Gerais.

ANILEIRA VERDADEIRA — *Indigofera Anil* L. (*I. micrantha* Desv., *I. suffruticosa* Mill., *I. uncinata* Don). da mesma família. — Arbusto pequeno, até 1 m de altura ou pouco mais; fruto vagem arqueada, quase quadrangular, sericeo-pubescente, de 25 m/m de comprimento, contendo 6 ou mais sementes pardacentas, angulosas ou subcilíndricas, lisas e duras. — O "anil" produzido pela *I. tinctoria* L. e pela *I. sumatrana* Gaertn., do Oriente, é extraído desde a mais remota antiguidade e foi sempre objeto de importantíssimo comércio nos países de antiga civilização (Egito, Grécia, Roma); mesmo na Idade Média o seu preço subiu tanto, que provocou medidas restritivas e até proibitivas de certos governos europeus, ao mesmo tempo que estes animavam a cultura de alguns sucedâneos, designadamente a da crucífera *Isatis tinctoria* L. — PASTEL DOS TINTUREIROS (GUEDE e HERBE DE SAINT-PHILIPPE, dos franceses). — As folhas da ANILEIRA convenientemente tratada, precipita o "indigo", mas este só fica quimicamente puro ("indigotina") quando dissolvido de diversos sais, de uma matéria vermelho-esverdeada e de uma resina vermelha, reduzindo-se às vezes

o seu peso a pouco mais de 20%: isto demonstra quanto é preciso ser escrupuloso no fabrico para obter produto de bom rendimento e correspondente cotação, podendo então elevar-se aquela percentagem até 60% mais ou menos; para chegar-se a este ótimo resultado, na Índia, há um laboratório químico especial. A pasta de "anil" brasileiro apresenta-se com cor verde brancacenta e fratura cor de cobre; as pastas estrangeiras divergem todas umas das outras. — A planta é, pôsto que originária das Antilhas e da América Central, subespontânea em todo o Brasil, vegetando de preferência nas capoeiras e sendo por toda a parte aproveitada para satisfazer as necessidades domésticas das populações rurais. Calcula-se que um hectare produz de 330 a 560 quilogramas de "anil" ou um mínimo de 40 gr da mesma matéria em cada 10 quilogramas de folhas. — As folhas são antiespasmódicas e sedativas, estomáticas, febrífugas, diuréticas e purgativas, com ação direta sobre a última parte do intestino, empregadas contra as uretrites blenorragicas e as afecções do sistema nervoso; a raiz é odontálgica e útil na cura de icterícia, da coréia e da epilepsia e outrora empregavam-na também contra as mordeduras das cobras e como insetífugo, sendo esta última propriedade extensiva às sementes, depois de pulverizadas. É planta reputada antidoto do mercúrio e do arsênico. — Syn. CAA-CHICA, no Amazonas; CAA-CHIRA, CAA-OBÍ, GUAJANÁ — TIMBÓ e TIMBÓ-MIRIM, em Mato Grosso. — Syn. est.: ANIL dos Espanhóis; A. FINO e INDIGÓFERO, na Argentina; JIQUILITE, em Costa Rica; TINTA, em Cabo Verde. — NOTA: A tinta ou "indigo", segundo Lindley, constitui formidável veneno; é submetendo o "indigo" a uma alta temperatura que se obtém a matéria corante pura ou "indigotina", constituída por pequenas agulhas brilhantes, de aspecto metálico e cor de cobre.

Era o anil produto de grande valia na economia do Brasil colonial, bastando que se mencione, com base no trabalho de mons. Pizarro, metuculoso e sério historiador carioca, vindo a lume no ano da Independência, que o Marquês de Lavradio, "cheio da melhor intenção, ativo e zeloso em tudo que podia contribuir ao bem público e do Estado, logo em princípio do seu vice-reinado, fomentou a cultura da planta, fêz fabricar o *anil agreste* para dêle tirar as experiências primeiras, e mandando prontamente pagar pela Fazenda Real 2\$650 réis por cada arratel" (16 onças ou cerca de 43 quilos).

A vista dos bons resultados alcançados, os habitantes da Capitania do Rio de Janeiro entregaram-se à cultura da planta deixando até mesmo de cultivar outros vegetais de uso mais imediato e necessário, mas não tão rendoso quanto o anil.

Em Cabo Frio — e ainda Pizarro quem informa — a produção era tão grande que alcançava por ano 1.500 arrôbas. Havia três categorias ou classes de anil, pago à vista aos produtores pela Fazenda Real. O produto, sempre melhorado, era remetido ao Reino, com destino às fábricas de tecidos de Porto Alegre e da Covilhã e não mais o de outras procedências.

Livros e Publicações

Instrução n.º 1/67 — Publicação 181 do Serviço Florestal da Secretaria da Agricultura Estado de São Paulo pelo Eng. Agr. Roberto de Mello Alvarenga — 1967.

Instruções para Processamento de Pedidos de Derrubada de Matas — Publicação 143 do Serviço Florestal da Secretaria da Agricultura Estado de São Paulo.

Tabelas de Rendimento Volumétrico para Pinus por Alceu de Arruda Veiga Publicação n.º 12 do Hórtro Experimental de Tupi (Piracicaba) Serviço Florestal da Secretaria da Agricultura Estado de São Paulo — 1967.

Tabelas de Rendimento Volumétrico para Eucalipto Publicação do Hórtro Experimental de Tupi (Piracicaba) do Serviço Florestal da Secretaria da Agricultura Estado de São Paulo pelo Eng.

Agr. Alceu de Arruda Veiga — 1967.

Pinus e Resinagem pelo Eng. Agr. Caetano Berzaghi (Publicação do Serviço Florestal da Secretaria da Agricultura Estado de São Paulo — 1967).

Algumas Essências Indígenas do Estado de São Paulo pelo Eng. Agr. Alceu de Arruda Veiga Publicação 849 do Serviço Florestal da Secretaria da Agricultura Estado de São Paulo — 1967.

Informações sobre Compra e Instruções sobre Tratamentos de Sementes de Essências Florestais Circular n.º 1 Publicação do Serviço Florestal da Secretaria da Agricultura Estado de São Paulo.

Alguns Aspectos de Sementeiras e Viveiros Florestais pelo Eng. Agr. Oswaldo Barbosa Publicação do Serviço Florestal da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo.

ALGODÃO

O Banco do Desenvolvimento de Minas Gerais vai organizar uma cooperativa de produtores e industriais do algodão para recuperar um dos mais importantes setores da economia do norte mineiro.

Minas, que foi um dos maiores produtores de algodão do País, não produz hoje 20% do consumo interno; para atender 60 mil toneladas de sua necessidade, só contou em 1969, com uma produção de 10 mil toneladas.

O seguinte Vice-Rei, Luiz de Vasconcelos e Souza, Conde de Figueiró, recebeu especial recomendação do Ministro Martinho de Melo e Castro, através da Instrução de 23 de janeiro de 1781, para desenvolver a produção, inclusive isentando do impôsto de entrada no Reino durante cinco anos o anil procedente do Brasil.

Mas a produção decaiu, e os moradores voltaram a dedicar-se aos gêneros de primeira necessidade antes cultivados, bem como à cana-de-açúcar, paralisando-se conseqüentemente a “maior parte das duzentas e seis fábricas estabelecidas neste distrito” (Cabo Frio).

As tinturas vegetais, como a oriunda do pau-brasil, do anil e possivelmente de outras, acrescia-se o corante derivado da cochomilha, também introduzida em Cabo Frio, mas sem sucesso, apesar da experiência de sua criação no Rio de Janeiro.

Mas tudo isto, com o correr dos tempos, cedeu lugar ao produto sintético, a anilina.

Durante a primeira guerra mundial ainda se tentou restabelecer a produção do anil no Brasil, escreve Pio Corrêa, na suposição de que o maior produtor de então — a Alemanha — viesse a faltar nos seus fornecimento à indústria.

Mas foram efêmeras tais tentativas e a anilina obtida do alcatrão da hulha, o kyanol, em meados do século passado, domina hoje em todo o mundo o mercado dos produtos tintoriais, de que a humanidade era tão ávida naqueles tempos, afastando o produto vegetal. Então, porém, a necessidade dos corantes vegetais era muito grande como se depreende do interesse revelado através de escritos da época, bastando que se mencione: “Qual a origem do Anil”, de Miguel Calmon du Pin e Almeida, o Marquês de Abrantes, 1851; Advertência sobre o regular método de despesas da Fábrica de Anil estabelecida junto à Fortaleza de São Gabriel na parte superior do Rio Negro”, 1785 do Cel. Manoel da Gama Lôbo de Almada e outros.



Os agricultores beneficiários já começam a preparar a terra para o plantio de trigo. A primeira safra poderá ser tirada em novembro próximo.

IBRA REASSENTA 1050 AGRICULTORES GAÚCHOS

Para permitir a inundação, no próximo dia 1.º de julho, da área da Barragem Central Hidrelétrica de Passo Real, no Rio Grande do Sul, o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária está, no momento, implantando a primeira etapa de um Projeto de Reforma Agrária que reassentará 1.050 famílias de agricultores, cuja maioria vivia até então na região a ser atingida pelas águas do rio Jacuí e afluentes.

O Projeto Passo Real, que envolve um complexo de entidades públicas, federais e estaduais, será realizado em duas etapas: a primeira, em fase de implantação, beneficia 528 famílias em três glebas já desapropriadas pelo IBRA — as Fazendas Colorados, Boa Vista e Itaíba, com 3.160, 9.744 e 3.433 hectares, respectivamente, todas localizadas na região fisiográfica do Planalto Médio gaúcho.

SELEÇÃO E UNIÃO

A primeira preocupação para a transferência da população foi selecionar áreas com as mesmas características no sistema da exploração agrícola da existente na área inundável e baseada na cultura de trigo, soja, milho e arroz, além da pecuária caseira. A partir daí, desapropriadas por acordo as três glebas pelo Decreto 64.485, de 9 de maio de 1969, partiu-se para o levantamento topográfico da região e para os estudos de capacidade do solo, os quais servirão de base para o projeto de parcelamento. Paralelamente, cuidou-se do levantamento dos agricultores assentados, o que culminou com a distribuição da terra estruturada em comunidades afins, por grupos familiares e de vizinhança, reforçando consideravelmente o espírito comunitário na área.

Essa preocupação de congrega em lotes próximos uns dos outros os elementos mais identificados entre si produziu, de pronto, resultados considerados excepcionais.

TRAÇADO NATURAL

No traçado dos lotes o problema estético foi relegado a segundo plano. Considerado fundamentalmente foi o aproveitamento do complexo terra, em todo o seu potencial: não importa, para os técnicos encarregados do Projeto, que os lotes não estejam demarcados em linha simétrica, dentro do convencional; o importante é que cada um deles possa contar com um curso de água em suas proximidades ou dentro da sua própria linha demarcatória, ou que se garanta condições para que cada lote ofereça ao agricultor o mesmo potencial de produção.

— A Natureza — esclarece um dos engenheiros em atividade nas glebas desapropriadas — rege o traçado dos lotes, sempre que possível limitados por água. O tamanho de cada parcela, inclusive, varia de acordo com o tipo de solo, através de um esquema de compensação que visa a racionalizar a capacidade de uso.

O próprio traçado das estradas obedeceu a esses princípios naturais, procurando-se, tanto quanto possível, manter as estradas vicinais já existentes, inclusive para não onerar o Projeto, cujo custo é estimado em torno de NCr\$ 15 mil por família assentada — cifra considerada ótima pelo Instituto de Ciências Agrícolas da Organização dos Estados Americanos. Não obstante, algumas estradas foram retificadas e outras abertas, para acesso aos lotes. Também no caso, a maioria foi traçada no divisor de águas, para evitar obras de arte e conservação de vulto.

OUTRAS REALIZAÇÕES

O Projeto envolve, ainda, outras realizações de infraestrutura, feitas sob coordenação direta da Delegacia do IBRA no Rio Grande do Sul, compreendendo assistência técnica, irrigação, educação, eletrificação e habitação rural, assistência médico-sanitária e comercialização da produção dos agricultores locais, bem como crédito educativo orientado. No momento, estão em construção — algumas já terminadas — 320 casas de madeira, destinadas a famílias que não dispõem de condições para construí-las por seus próprios meios. Estas casas, em dois tamanhos, têm características singelas e rústicas, sendo tanto mais econômicas na medida em que aproveitam material farto na região.

— O importante — conclui um dos técnicos em atividade no local — é que tudo vem sendo feito com a participação ativa dos assentantes, que já hoje, depois da perplexidade natural que tais empreendimentos despertam, integram-se efetivamente no Projeto, fornecendo assim peça vital para seu sucesso.



O presidente do IBRA, general Carlos de Moraes, visita um dos parceleiros, já localizado em sua nova casa.



O traçado dos lotes feitos de tal forma que cada parcela se beneficia das fontes naturais de água da região.

MONUMENTO VEGETAL DA CIDADE

Entrevista do presidente
Luiz Simões Lopes

"O Globo" já tratou d'este assunto: o magnífico exemplar do Pau Ferro, considerado o maior e mais belo da cidade, sobre o qual pesa a ameaça de vir a ser derrubado, para dar lugar à construção de edifícios de apartamentos.

Procuramos ouvir a palavra do Dr. Luiz Simões Lopes, Presidente da Fundação Getúlio Vargas, da Sociedade Nacional de Agricultura e um dos fundadores da Fundação para Conservação da Natureza.

— Trata-se, disse-nos o entrevistado, de um verdadeiro monumento vegetal, que a todo custo deve ser preservado. Porque é preciso compreender-se — acrescentou — que não só os monumentos produzidos pela mão do homem devem merecer o nosso respeito. Os monumentos da natureza — as árvores no caso — também devem ser poupados, como prova de respeito do homem pela obra de Deus.

A copa do Pau Ferro em causa ocupa uma área de 30 metros e viceja há mais de um século, exatamente no lugar em que foi plantado pelo avô do ilustre brasileiro, Embaixador Maurício Nabuco, irmão da não menos ilustre escritora Carolina Nabuco, que moram ao lado.

A febre de construções que domina a cidade está concentrando-se agora na zona de Botafogo, mais precisamente na Rua Marquês de Olinda, em cujo número 64, em frente ao prédio, também secular, onde até há pouco funcionou o Colégio São Fernando, ameaça frontalmente o soberbo vegetal.

A Sociedade Nacional de Agricultura, de que sou Presidente — continuou o antigo técnico do Serviço Florestal do Brasil, já por diversas vezes se dirigiu aos poderes estaduais, aos serviços competentes pleiteando o respeito que a Cidade deve àquele esplêndido espécime de *Caesal-*

salpinae ferrea. O silêncio dessas repartições por tão longo tempo, leva-nos a ter sérias preocupações pela sorte da belíssima árvore.

Daqui envio, e de público, ao ilustre Governador do Estado — o meu eminente amigo Embaixador Negrão de Lima — veemente apêlo para que qualquer construção que se venha a levantar no local, deixe livre a área em que por tantos anos vem aquêle Pau Ferro alegrando os olhos daqueles que amam a natureza — vítima, sempre, da presença do homem, quando mal avisado.

Já se alegou que a árvore está velha demais, e que não mais produz sementes, ou se as produz, estas não germinam. Isto não é verdade porque, de sementes colhidas no local, e plantadas na Escola de Horticultura "Wenceslão Bello", temos duas ótimas mudas, que serão planta das definitivamente na área daquele velho estabelecimento de ensino da Sociedade Nacional de Agricultura.

Que se salve, pois, do machado a majestosa *Caesalpiniae* da Rua Marquês de Olinda!"



CULTURA DO TOMATE

(LYCOPERSICON ESCULENTUM MILL.)

Planta originária da América do Sul, onde é encontrada crescendo espontaneamente em regiões onde as condições de clima lhe são favoráveis.

O tomateiro é uma planta herbácea de caule ramificado, revestido de pêlos. Folhas compostas, pinadas e alternadas. Suas flores são estreladas de uma cor amarela e reunidas em um cacho.

O sistema radicular é bem desenvolvido, constituído de inúmeras raízes secundárias.

O tomate teve entre nós um largo plantio. Hoje poucos são os lavradores que se dedicam ao seu cultivo, dando preferência às variedades do tipo salada, pelos preços que alcançam no mercado.

Melhores variedades — do tipo Santa Cruz: Miguel Pereira e do tipo salada: Manalucia e o Floradel.

Solo — O tomate aprecia solos de boa profundidade, permeáveis e com boa estrutura física, sendo planta exigente em elementos químicos.

Época de plantio — Entre nós a melhor época é de março a abril.

Sementes — Para o plantio de 1 ha são necessários 130 g de sementes, sendo que 1 g tem em média 300 sementes. Antes do semeio devem as sementes ser tratadas, visando o controle de algumas doenças fúngicas.

Preparo do solo — O terreno deve merecer todo esmero possível em seu preparo, sendo a primeira aração realizada com bastante antecedência ao plantio. Uma segunda aração quando o mato já estiver decomposto é realizada, seguindo-se as gradeações que deverão deixar o solo bem mobilizado.

Se o terreno for ácido, há necessidade de correção dessa acidez, o que deverá ser

Engenheiro-Agrônomo
Almiro Gonçalves
de Castro

ser: 1,20 m de largura, com 10 cm de altura, comprimento variável.

Nesses canteiros aconselha-se proceder a uma adubação completa usando-se por metro quadrado:



Lavoura de tomate

realizado com antecedência de dois a três meses, usando-se calcário dolomítico, na quantidade necessária, de acordo com o grau de acidez do terreno.

Sistema de plantio — Visando a obtenção de bons frutos para a venda in natura, o sistema de cultivo mais indicado ainda é o da formação de sementeiras, repicagem e transplante para o local definitivo.

Assim, em primeiro lugar serão feitos os canteiros que servirão como sementeiras e próximos a esses os canteiros de repicagem. Para facilitar os trabalhos, as medidas desses canteiros devem

Estérco de curral curtido — 10 kg;

Superfosfato simples — 150 gramas;

Cloreto de potássio — 30 gramas.

Esses adubos serão colocados oito dias antes de se proceder ao semeio.

Semeio — As sementes devem ser distribuídas em sulcos distanciados de 10 cm e a uma profundidade de 0,5 cm, cobertas com a terra do próprio canteiro. A sementeira é em seguida coberta de sacos de anagem ou capim seco, regando-se abundantemente. Logo que se observar que as sementes iniciem a germinação, retira-se a cobertura.

O gasto de sementes por metro quadrado é cinco gramas.

Repicagem — Tão logo as mudinhas alcancem 5 a 8 cm de altura, ainda com as folhas cotiledonares, procedese a repicagem, isto é, o transplante das mudinhas da sementeira para os canteiros de repicagem, onde serão colocadas no espaçamento de 10 x 10 cm, regando-se antes e depois do transplante.

Lembramos a necessidade de cuidados fitossanitários desde a sementeira.

Quando as plantas estiverem com 5 a 6 folhas definitivas, proceder-se-á ao transplante para o campo.

No campo de cultura essas mudas serão plantadas em covas espaçadas de 1,20 m entre linhas e 50 cm nas linhas.

Adubação — Em terrenos de fertilidade média aconselha-se proceder à seguinte adubação por cova:

Estérco de curral — 3 kg;
Superfosfato simples — 120 gramas;

Cloreto de potássio — 30 gramas;

Farinha de ossos — 150 gramas;

Sulfato de amônio — 20 gramas.

Esses adubos devem ser bem misturados ao solo, com uma antecedência de 8 a 10 dias do plantio, sendo que as raízes das mudas não devem ser colocadas em contato direto com os adubos.

Adubações nitrogenadas utilizando-se de salitre do Chile, ou sulfato de amônio, serão feitas todas as vezes que se notar falta desse elemento, gastando-se 15 g por pé. De um modo geral são feitas de três a quatro adubações nitrogenadas, colocando-se o salitre em covinhas afastadas do pé da planta 20 a 25 cm.

Tratos culturais — Capinas, visando eliminar as ervas daninhas e melhorar a aeração e insolação.

Amontoa — Operação que consiste em chegar terra às plantas, formando ao mesmo tempo vala que servirá para irrigação por infiltração, operação indispensável ao tomateiro. As irrigações serão tantas quantas se fizerem necessárias, de acôr-

do com as condições climáticas.

Estaqueamento — As plantas do tomate necessitam de um suporte, que poderá ser com estacas de bambus ou por fios de arame. No primeiro caso, cada muda recebe uma estaca com cerca de 2,20 m de altura, amarrada a um fio de arame esticado entre duas fileiras, a uma altura de 1,80 m. No segundo caso, em lugar da estaca de bambu, são colocados três fios de arame, esticados horizontalmente e paralelamente, nas alturas de 0,60 m, 1,20 m e 1,80 m.

Desbrota — A proporção que as mudas vão crescendo, além de serem amarradas ao suporte, por meio de embiras de bananeira, devem ser retirados os brotos que surgem das axilas das folhas, deixando apenas duas hastes, para o que deixa-se o primeiro brôto logo abaixo do primeiro cacho.

Outro sistema é o plantio de duas mudas por cova, deixando-se apenas uma única haste.

Colheita — Decorridos cerca de 100 dias após o transplante, inicia-se a colheita do tomate, operação que é feita manualmente, colocando-se os frutos em cestos ou caixas, cuidando-se de co-

lher aqueles que se apresentarem em seu total desenvolvimento, verdoengos.

Seleção e Classificação — O tomate para venda no mercado exige que seja feito além de uma seleção, com a eliminação dos frutos defeituosos, bichados ou danificados, uma classificação por tipo, sendo que no caso dos tomates tipo salada ou caqui, ainda não existe tabela de classificação. Para o tomate do tipo Santa Cruz, a classificação é a seguinte:

Extra — Tomates com diâmetro transversal superior a 47 mm.

Especial — Tomates com diâmetro transversal entre 40 e 47 mm.

Primeira — Tomates com diâmetro transversal entre 33 e 40 mm.

Segunda — Tomates com diâmetro transversal entre 25 e 33 mm.

Esses frutos são acondicionados em caixas de madeira com as dimensões de 52 x 25 x 37 cm, respectivamente, comprimento, largura e altura, tendo a capacidade de 0,40 hl, variando seu peso entre 26 e 28 quilos.

A produção média de ha é de 1.600 caixas.

BOLETIM TÉCNICO n.º 1
— Maio/1968



- Plantas Cítricas de Clones Novos (Nucleares).
- Limoeiro Tahiti — (Linhagem "Perruano").
- Nogueira Pecan — (A noz americana).
- Abacateiros — Coleção de 6 variedades.
- Mangueiras — Finas variedades.

Grande sortimento de outras plantas frutíferas e ornamentais

Folhetos GRÁTIS

DIERBERGER AGRICOLA S/A.

Fazenda Citra — Cx. Postal 48 — Limeira —

Est. de São Paulo

DESCAPITALIZAÇÃO DA LAVOURA DE ARROZ

Eng. Agr.
Antônio Júlio
de Mello

"O Brasil é um país essencialmente agrícola."

"O futuro do Brasil está na agricultura".

"A inflação só poderá ser debelada com o aumento expressivo da produção agrícola".

Estas e outras frases semelhantes são proclamadas, quase que diariamente, pelos altos escalões do Governo. No entanto, meus senhores, e apesar disso, a lavoura de arroz do Rio Grande do Sul está atravessando a maior crise de sua história. Em épocas anteriores a lavoura de arroz de nosso Estado atravessou crises graves, porém foram crises temporárias, crises momentâneas, crises que geralmente desapareciam com o início da nova safra. Mas, agora, a crise que atinge a orizicultura tem outra origem, muito mais profunda, muito mais grave: é uma crise de caráter permanente e progressivo. Ela teve início em 1965 e vem-se agravando a cada ano que passa. O orizicultor está empobrecendo dia a dia e está chegando a uma situação que, a continuar a presente política governamental, o levará, fatalmente, à ruína. Cada ano necessita o lavoureiro vender mais arroz, muito mais, para adquirir aquilo que necessita.

Os custos da lavoura sobem, no mínimo, 30% ao ano, enquanto que o preço de venda do arroz tem sido, nestes últimos 3 anos, praticamente, o mesmo. Há poucos anos atrás, era necessário produzir 80 sacos por quadra para o arrozeiro ressarcir as despesas de sua lavoura; no ano passado, 1969, foram necessários 120 sacos. A continuar essa situação, dentro de poucos anos serão necessários 170 ou 180 sacos por quadra para que o produtor não tenha prejuízo. E aí,

então será o caos. Atendem para esse fato, senhores congressistas e autoridades responsáveis: dentro de muito poucos anos, a lavoura de arroz do Rio Grande do Sul não terá condições de sobrevivência, a não ser que sejam tomadas medidas urgentes e, principalmente, que a política dos preços mínimos sejam modificada. A lavoura arrozeira no Rio Grande do Sul representa, na verdade, um investimento de tal importância econômica e social, que não pode, de modo algum, permanecer exposta aos azares de uma política econômica indecisa e divagante. ou o Governo quer que se produza arroz ou não quer. Na segunda hipótese, ele que tenha a coragem suficiente e diga, para que o arrozeiro, enquanto é tempo, tente desviar, se puder e aos poucos, a sua atividade, para outra cultura ou até para outro setor. O que não será nada fácil, pois que aproximadamente um milhão de pessoas vivem, direta e indiretamente, da orizicultura gaúcha. No entanto, se o Governo está, de fato, interessado em nossa produção de arroz, que modifique sua política de estímulos. Que caia na realidade e estabeleça uma política verdadeiramente real de preços mínimos. Ainda, há poucos dias, foi publicado nos jornais, um programa governamental de incentivos à agricultura, constituído de 7 itens. Um deles, o mais importante, se relaciona com o aplicação de preços mínimos. E esses preços mínimos serão estipulados "sempre dentro dos limites permitidos pelo mercado externo". Não interessa saber se o produtor terá ou não terá lucro. Esquecem-se que o mercado internacional do arroz é dominado pelo subsídio,

Meus Senhores: aí esbarra toda e qualquer política de incentivos à agricultura. De nada adiantarão outras medidas, se o produtor não obtiver um preço que realmente lhe proporcione lucro.

Considerando-se a grande importância da cultura do arroz na economia do Estado, pela enorme inversão de capital em terras e máquinas, pela significativa arrecadação de impostos, pelo elemento humano que depende direta e indiretamente da lavoura de arroz, pode-se avaliar a grande necessidade de solucionar a crise que, de ano para ano, se agrava e que vem prejudicando sobremaneira esse setor da economia gaúcha.

O Governo precisa se dar conta sobre o que representa, economicamente, a orizicultura no Rio Grande do Sul e o problema social que se criará com o seu desaparecimento.

A lavoura de arroz gaúcha, que está atravessando na atualidade uma gravíssima fase de desestímulo e desorientação, cuja responsabilidade cabe à inexistência de seguras diretrizes governamentais, não sabe que rumos tomar no futuro, isto é, se continua em expansão ou, se pelo contrário, diminui bastante sua área plantada e, por conseguinte, sua colheita.

Quando o Sr. Presidente da República convidou para Ministro da Agricultura o nosso ilustre conterrâneo, Dr. Luiz Fernando Cirne Lima, teve-se a impressão que o Rio Grande respirou aliviado. Enfim, foi colocado à testa de um dos ministérios mais importantes da Nação, um gaúcho, mouro, e principalmente, profundo conhecedor de nossos problemas. Suas declarações são de esperança e coragem. Nas suas

mãos está o destino de toda uma classe de gente humilde e trabalhadora. E, porque não dizer: sofredora?!

Aproveitamos este momento para fazer um apelo à sua Ex.^a o Sr. Ministro da Agricultura.

Sr. Ministro: aguardamos com confiança as suas decisões, na certeza que elas virão de encontro às nossas aspirações.

V. Ex.^a se constitui hoje no General Comandante desse exército de trabalhadores, que de vós espera a solução para seus problemas.

Não nos decepcione, Sr. Ministro. Promova a redenção da agricultura nacional e terá contribuído decisivamente para o engrandecimento de nosso País. Seu nome ficará na história.

Para se ter uma idéia da disparidade existente entre o aumento no custo da lavoura e o aumento nos preços de venda do arroz, basta que se atente para o quadro anexo: o preço médio pago ao produtor subiu na ordem de 12%. Será preciso dizer mais alguma coisa?! Será que nosso orizicultor agüentará por muito mais tempo?! Acreditamos que não! E aqui vai um esclarecimento: essa alta que se tem

verificado nos custos da lavoura não pode ser atribuída ao produtor nem, tampouco, controlada por ele. Quase toda ela é proveniente de aumentos que dependem direta ou indiretamente de medidas governamentais, tais como salários-mínimos, máquinas, adubos, combustíveis e lubrificantes, etc., etc.

Segundo levantamento realizado pelo IRGA, o custo de uma quadra de arroz, para a safra 69/70, girará em torno de NCr\$ 1.904,00. Isto representa um aumento, em números redondos, de 35% sobre o custo do ano passado. Portanto, meus senhores, se o custo da lavoura vem aumentando na base de 35% ao ano e o aumento verificado no preço do arroz (em 2 anos) é da ordem de 12% (6% ao ano), não serão necessários muitos estudos para verificar-se que, dentro de muito pouco tempo a lavoura de arroz não terá condições de sobrevivência. Ela se descapitaliza a passos largos. Nossas autoridades responsáveis terão que encarar esse problema com a maior urgência, coragem, seriedade, a atenção para um fato de maior importância para a agricultura nacional. O art. 85 do Estatuto da Terra diz que "ao

custo efetivo da produção deverão ser acrescidos 30% na forma de lucro ao produtor". Por que não é cumprido o Estatuto da Terra?!

Em vez de seguir esse critério, o Governo insiste em fixar os preços mínimos "sempre dentro dos limites permitidos pelo mercado externo". Como se o nosso produtor pudesse fazer milagres?!

Conclusões:

Em vista de tudo que foi exposto acima e para que a lavoura de arroz do Rio Grande do Sul tenha condições de sobrevivência, se impõem as seguintes medidas:

1) Garantia de preços mínimos compensadores ao produtor, baseados sempre no custo de produção acrescidos de 30% na forma de lucro e nunca baseados nos preços do mercado internacional;

2) Adoção de subsídio-exportação adequado, a fim de que o arroz gaúcho possa competir, em igualdade de condições, no mercado internacional;

3) Seja adotada uma política "agressiva" de exportação

		1967	1968	Aumento percentual entre os anos 67/68	1969	Aumento percentual entre os anos 68/69	Aumento percentual total (2 anos)
Trator Deutz	Unid.	21.425,79	27.174,50	27%	32.188,00	18%	50%
Trator M. Ferguson - 50x	Unid.	13.291,40	15.378,00	16%	18.542,00	21%	39%
Cefa-Trilha	Unid.	42.724,00	54.348,00	27%	82.100,00	51%	92%
Oleo Diesel	Lt.	0,18	0,22	23%	0,28	28%	58%
Oleo Lubrificante HD	Lt.	0,77	0,99	29%	1,37	38%	78%
Superfosfato Triplo gran.	Ton.	318,00	328,00	3%	415,00	27%	31%
Salários		95,63	117,60	23%	141,60	20%	48%
+Custo de lq.q. de lavoura	lq.	841,61	1.135,68	35%	1.392,81	23%	65%
+Preços mínimos IRGA		9,98	12,62	26%	13,89	10%	39%
+Preços médios p/produção		11,58	12,76	10%	13,00	2%	12%

+Dados extraídos do Anuário Estatístico do Arroz-1969.

Pelo visto no referido quadro, os comentários seriam desnecessários. Enquanto tudo aquilo que o lavoureiro precisa para produzir, subiu em 2 anos, na média de 50 a 60% e o custo da lavoura, em 65%,

critério e realismo, pois do contrário será muito tarde e dificilmente será encontrada uma solução que resolva satisfatoriamente o problema.

Antes de chegarmos às conclusões, gostaríamos de chamar

para que, junto com a subvenção, transformem os excedentes da produção em dólares e não permitam que esses excedentes provoquem o aviltamento dos preços no mercado interno.

CAFÉ—O BRASIL NA OIC

Declarações de Mário Penteado, ao regressar de Londres

O Presidente do Instituto Brasileiro do Café, ao regressar, a 19 de março, de sua viagem a Londres, onde participou da reunião da Organização Internacional do Café, que se encerrou sem chegar a conclusões, fez à imprensa importantes declarações.

— A nossa posição — disse — foi firme, objetiva e consciente, dentro do propósito de repelir as pressões para um aumento de cotas, deteriorante do mercado — e isto foi aceito em Londres.

Após acentuar que não pôde saber o motivo pelo qual alguns delegados acharam que o Convênio está em perigo, esclareceu o Sr. Mário Penteado que o Plano será baseado em fatores climáticos para se evitar queda da produção.

E, continuando — o Acórdão Internacional do Café — foi iniciado há oito anos, tendo como principal objetivo condicionar a oferta de café à pro-

cura e tencionava estabilizar os preços, evitando oscilações bruscas de caráter especulativo.

Propunha-se, assim, a associar os interesses dos produtores e dos consumidores, proporcionando preços estáveis e razoáveis para aqueles e quantidades razoáveis, por preços também razoáveis para estes.

Revelou ainda, que durante a vigência do Convênio, a oferta se situou acima da procura, forçando um declínio progressivo dos preços, e que o café tipo 4, Santos, estava, no início, cotado a 43 centavos por libra-pêso, tendo caído, paulatinamente, até 32 centavos. Com a geada, em 9 e 10 de junho do ano passado, no Paraná, cuja intensidade foi das maiores registradas, houve uma inversão na tendência do mercado, e uma elevação das cotações do café, não só brasileiro como de outras origens.

— Surgiram, então — prosseguiu — protestos por parte dos consumidores contra a alta dos preços e, finalmente, alguns países consumidores convocaram o Conselho da Organização Internacional. Pretendiam eliminar o teto das cotas de exportação, estabelecido segundo o sistema seletivo da OIC. A elevação das cotações redundaria em aumento pressionado da oferta e consequente queda descontrolada das cotações. Isto implicaria em deterioração da capacidade de importação e na queda de quase 40 Estados nacionais dos menos aquinhoados da comunidade mundial de nações.

O Brasil não aceitou essa pretensão e repeliu tôdas as pressões. O ponto de vista brasileiro foi adotado em reunião presidida pelo Presidente Garastazu Médici com os Minis-

tros dos setores econômicos. Assim, com o apoio firme da Colômbia e de outros produtores, fomos a Londres sabendo o que queríamos.

A respeito das cotações, acentuou o Sr. Mário Penteado que, no transcurso da reunião, em diálogo com o delegado de um país consumidor, muito sensibilizado pelo aumento das cotações, apresentou o seguinte fato: Há 17 anos, quando se afastou da presidência do IBC, o tipo Santos era cotado a 51 centavos; agora, encontramos para o mesmo café uma cotação igual à daquela época. E afirmou que, tomando em conta a erosão da inflação, que diminuiu o poder de compra da moeda dos países consumidores, o Brasil recebe hoje cerca de 50% do que lhe pagavam em 1953, pela mesma quantidade de café. E, então, perguntou: Até quando permanecerá a miséria das nações mais favorecidas em relação às menos favorecidas?

— Esse foi o clima — continuou — que prevaleceu na reunião de Londres: produtores, com o Brasil à frente, na defesa intransigente daquilo que julgam legítimo; consumidores, manifestando intencionalidade de aumento de cotas, com a consequência fatal da queda dos preços.

A reunião foi encerrada sem conclusões, permanecendo o "statu quo" que é a posição que o Brasil defendia. A dedução é clara: Quem foi o vencedor?

— Isto — concluiu — em nada enfraqueceu a OIC, pois não existe unanimidade constante em nenhum órgão mundial, onde têm assento Estados nacionais com interesses próprios, muitas vezes divergentes.

4) Fixação de juros mais baixos para os financiamentos agrícolas, nunca superiores a 6% ao ano para que o produtor possa produzir mais barato;

5) Seja adotada uma política enérgica na contenção dos custos dos bens de produção, possibilitando, junto com a baixa dos juros, um barateamento da produção.

6) Equiparação dos preços dos produtos agrícolas aos dos produtos industriais. Sempre que estes subirem, permitir o mesmo aos produtos da agricultura, evitando, assim, a descapitalização desta.

Pelotas, 1.º de fevereiro de 1970

O CAMINHO DO PROGRESSO AGRÍCOLA

As cooperativas, criadas ou fortalecidas em muitos países menos desenvolvidos com a assistência norte-americana, vêm proporcionando aos agricultores a oportunidade de moldar seu futuro ao invés de simplesmente aceitá-lo. Essas cooperativas vêm prestando uma contribuição inigualável ao progresso dos países que estão empenhados em remover os imensos obstáculos sociais e econômicos que impedem sua modernização.

Milhares de cooperativas estão surgindo na Ásia, América Latina e África e o princípio básico das cooperativas — ajudar as pessoas a ajudarem a si próprias — está contribuindo para que esses povos se libertem da fome, da miséria e da pobreza. As cooperativas estão permitindo aos agricultores e outras pessoas a construírem uma vida melhor.

Fundamentalmente, uma cooperativa é uma técnica usada por um grupo de pessoas para aumentar ou suplementar suas rendas, e que vem funcionando a contento em muitos países, pobres ou ricos. Os agricultores, mais do que qualquer outro grupo, vêm-se utilizando das cooperativas com êxito, imaginação e eficiência, reconhecendo-as como uma parte integrante da atividade agrícola.

"O movimento cooperativista", disse o Sr. Addeke E. Boerma, diretor-geral da Organização de Alimentação e Agricultura das Nações Unidas "é um dos exemplos mais satisfatórios da auto-ajuda. Tem demonstrado, em muitos países, sua capacidade de fornecer tanto o incentivo como os meios que possibilitam às pessoas melhorar suas condições de vida... Não existe, praticamente, limite para a gama de atividades através das quais as cooperativas podem exercer sua poderosa influência visando à melhoria das condições rurais".

O âmbito das cooperativas que vêm sendo criadas nos países menos desenvolvidos é muito vasto. Relaciona-se com "marketing", compra, crédito, eletrificação, irrigação, pesca, abastecimento de novas variedades de grãos alimentícios de alta produtividade, juntamente com fertilizantes e inseticidas, produção e processamento agrícola, saúde e habitação.

Os Estados Unidos, onde o movimento cooperativista colaborou de maneira decisiva para o crescimento industrial e agrícola do país nos últimos 100 anos, vêm emprestando toda sua experiência e conhecimento do assunto aos países menos desenvolvidos. Cooperativas norte-americanas, universidades construídas em terras doadas pelo governo, líderes cooperativistas e o Serviço de Cooperativa Agrícola do Governo Federal estão orientando e assessorando mais de uma dezena de países na tarefa de como organizar e administrar com êxito cooperativas de todos os tipos.

Durante os últimos oito anos, a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (AID) também contribuiu intensamente para o fortalecimento de instituições cooperativistas no exterior. Técnicos da AID trabalharam em 53 países, participando dos mais variados programas de desenvolvimento, que vão desde pequenas instituições de crédito rural, no Peru, a uma usina cooperativista de fertilizantes, na Índia, no valor de 120 milhões de dólares.

Mais de 2.600 cooperativas de crédito foram criadas em 12 países da América Latina, oferecendo taxa de juros razoáveis, a 725.000 famílias com cerca de 60 milhões de capital economizado por elas. Fazendas estão sendo equipadas com luz e força através de cooperativas elétricas rurais no Equador, na Nicarágua, Colômbia e Costa Rica. Peru, Chile, Bolívia

e Venezuela enviaram fazendeiros e líderes cooperativistas aos Estados Unidos a fim de se familiarizarem com as técnicas agrícolas para pequenas fazendas sob uma supervisão cooperativista especial. Os Estados Unidos também criaram, em alguns países, escolas para formação de administradores de cooperativas.

O Sr. Galo Plaza, secretário-geral da Organização dos Estados Americanos (OEA) enalteceu as cooperativas, classificando-as de "construtoras de comunidades" da América Latina.

Também na África, as cooperativas estão desempenhando um papel vital no desenvolvimento nacional. Em Uganda, por exemplo, cerca de meio milhão de fazendeiros processam e negociam 60 por cento da produção nacional do café e do algodão através das cooperativas. Os Estados Unidos também estão auxiliando os fazendeiros do país a organizarem cooperativas para os rebanhos e colheitas menores. Os pescadores africanos estão incrementando a pesca e os consumidores estão conseguindo melhor pescado porque as cooperativas aperfeiçoaram os métodos de pescaria, seleção, armazenamento e distribuição.

No Vietnã do Sul, Índia e outros países asiáticos o movimento cooperativista está elevando o status econômico de milhares de agricultores que já haviam perdido a esperança de conseguir mais do que sua própria subsistência. Tailândia, Nepal, Filipinas e Paquistão possuem programas cooperativistas de produção e comércio agrícola, treinamento e instrução, habitacional, crédito, seguro e operações bancárias.

Os Voluntários da Paz, dos EUA, estão ajudando na organização de cooperativas agrícolas em 27 países. (International Press Service).

AS ORIGENS DO MOVIMENTO COOPERATIVO BRASILEIRO E SEUS LINEAMENTOS ATUAIS (ESTUDO SINÓPTICO)

Por:
FÁBIO LUZ FILHO

I

Palavras Prévias

Ao iniciar o presente trabalho, quero pedir aos ilustres leitores que considerem que minhas impressões são as de um homem que, em 75 anos de idade, dedicou quase 42 ao estudo, à divulgação e à prática do cooperativismo, tendo bem cedo estabelecido relações com grandes entidades internacionais prepostas ao cooperativismo. Dirigi durante 35 anos o setor cooperativo do Ministério da Agricultura do Brasil. Tenho, felizmente, uma bibliografia relativamente grande, na qual figuram, entre outros trabalhos, uns 16 livros. E apesar da idade, e da saúde que começa a falhar, tenho mais um livro pronto, à cata de editor: "Humanismo, solidariedade e paz", no qual mais uma vez reafirmo minha inquebrantável fé na doutrina cooperativa e lhe traço os lineamentos, ou postulados doutrinários e práticos, em cerca de 300 páginas, ou mais.

Naturalmente, considerando essas minhas credenciais, que, embora modestas, significam no Brasil um grande, sincero e abnegado esforço em prol de uma admirável causa, é que a A.C.I., com o valor moral e intelectual de sua projeção em todo o mundo, profundamente me honrou e sensibilizou com o convite para debater o tema que se segue, através de *Augueira Miranda*, ilustre presidente da *Intercoop Editora* de Buenos Aires, publicista dos mais brilhantes. O meu livro "*El Cooperativismo Y*

El Estado" teve duas edições sucessivas, lançadas pela *Intercoop*.

Raízes Históricas

Antes de entrar no assunto central deste trabalho, no coração do tema desejo referir-me a conceitos expressos em vários de meus livros e trabalhos de divulgação (alguns traduzidos para o francês, o espanhol, o italiano e o inglês), para bem situar a posição brasileira no contexto cooperativo da América Latina.

Digo em meus livros e trabalhos que o cooperativismo encarna brônzeos princípios como são doutrina econômico-social que repousa basicamente na dignidade da pessoa humana, associação e empresa de livre acesso e adesão voluntária regida por postulados democráticos, equidistantes de competições políticas, raciais, religiosas.

As regras de ouro rochdalianas têm sido, em toda a parte do mundo, a razão de ser da resistência do cooperativismo a todos os embates que têm turbado o cenário político deste mundo no sentido de garrotar a liberdade dos homens e das instituições. Seus princípios de liberdade têm sido um lábaro, e a garantia até hoje, do seu sucesso.

Sempre que os homens, sob o guante de ideologias políticas ou sociais, se extremam em manejos de envolvimento ou em impérvias maquinações totalitárias, o cooperativismo reage e, se não salvo de todo sua liberdade, tem, pela resistência

de seus líderes, conseguido manter, pelo menos, a inflexibilidade das normas graníticas que o embassam, afixados na mente de todos aqueles conselhos rochdalianos que vêm desde 1862: "Honrai nosso movimento sabendo esperar dignamente pela vinda de dias melhores. Este conselho é caldeado na experiência. Realmente, e muitas vezes já o disse, traço de sabedoria a atitude de esperar, seja na doce quietude de um remanso, seja na placidez morna das águas paradas de um lago, seja mesmo na cumiada de eminências batidas de ventos ásperos, até que as rábidas procelas passem e auroreçam cristalinamente espelhantes de promessas...

Hoje, mais do que nunca, os postulados cooperativos devem soar como clarinadas de alerta num mundo conturbado, pululante de germes de dissídios, gerados na sua grande parte, de profundos desajustamentos econômicos e sociais, cada vez mais comprimentos da dignidade da pessoa humana, a qual a filosofia cooperativa coloca no primeiro plano de suas cogitações.

Sendo, como bem o classificou *Lavergne*, um socialismo econômico que não subverte as liberdades públicas e privadas, mais de 100 anos de experiência pelo mundo reafirmam os conceitos de Fauguet, ao frisar que a coação estatal tem limites, e que, precisamente quando ela falha, o cooperativismo vence, trazendo consigo valores humanos, valores morais...

São estes valores que o *Diário Cooperativo Internacional*

nal simboliza, lábaro de arco-íris sobre um panorama de desenfreios e descomedimentos, a que duas guerras voraginosas deram uma acuidade lacerante.

Cultuar esses valores na ordem econômica e social, eis a mira alpina do cooperativismo mundial, na sua brônzea estrutura doutrinária, no esplendor de seus inflexíveis princípios diretivos, os quais saíram sublimados do turbilhão dessas duas terribes guerras e da compreensão dos próprios regimes políticos de força.

Magnifiquemos a grandiloquência de seus postulados.

Lancamos a todos os que vêem no livre movimento cooperativo universal um instrumento de renovação humana, veemente apêlo no sentido de que, mais do que nunca, em face das negras nuvens prenunciatórias que, sombriamente, cogulam os céus de hoje, fixem na retentiva, para maior coesão do movimento cooperativo, as luminosas palavras de Rui Barbosa, o genial causidico e orador brasileiro até hoje não superado no conhecimento da língua portuguesa e na oratória brilhante e escaçoante, ao referir-se ao sentimento pátrio, palavras aplicáveis ao sentimento cooperativo, naquela impertérrima mística da liberdade que admiravelmente o singularizou, dando-nos as maravilhas de uma eloquência multissôna e as jóias ignescentes de um estilo rutilante ainda não superados na língua portuguesa, e cortados dos acentos proféticos que só os grandes iluminados possuem:

"É uma harmonia instintiva de vontades, uma permuta de obrigações, um tecido vivente de almas entrelaçadas".

"Multiplicai a célula, e temos o organismo. Multiplicai a família, e tendes a pátria".

"Dilatai a fraternidade cristã e chegareis das afeições individuais às solidariedades coletivas, da família à nação, da nação à nacionalidade".

Que a humanidade, entanguida de angústia, ouça as clarinadas de esperança em

AGRICULTURA NA GUANABARA

Calendário para maio e junho

OLERÍCOLAS

Maio — Plantam-se: alface, acelga, beterraba, bortalha, brócolo, cenoura, chicória, couve, ervilha, espinafre, mostarda, nabo, rabanete, repólho, salsa e vagem.

Junho — Início da segunda estação de plantio, com o preparo dos terrenos para novas culturas, continuando-se ainda o semeio e o plantio de hortaliças de folha.

FRUTÍCOLAS

Maio — Planta-se morango e enxertos de abacate e videira. Inicia-se a colheita do caqui e graviola. Colhe-se, abacate, banana, mamão, tangerina e condessa.

Junho — Durante esse mês dá-se início aos trabalhos de preparo do solo para a formação de novos pomares, iniciando-se a poda e a adubação dos pomares. É boa época para formação de sementeiras a fim de se obter cavalos cítricos para enxertia. Termina a colheita do abacate e tangerina.

Observação: Os calendários olerícola e frutícola foram baseados em notas do Eng. Agrônomo Eduardo Hugo Frota.

uma nova ordem econômica e social fundamentada nas normas éticas que a doutrina rochdaliana encarna e dinamiza "Fratras in unum".

Mas, para se poder penetrar, sinópticamente, nas raízes históricas do movimento cooperativo brasileiro, a explicar a razão de ser da presença do Estado, é preciso considerar as condições sócio-econômicas dos países latino-americanos, em cujo contexto também se situa o Brasil: O Estado (o Estado de Direito, ente de razão, ou o Estado Autoritário) teve que se fazer presente para a eclosão, o desenvolvimento e a disciplina da idéia coope-

rativa, dadas as condições de subdesenvolvimento de suas imensas regiões rurais (muitas com precária densidade demográfica); o analfabetismo avassalador, sobretudo no Extremo Norte, Nordeste e Oeste; as características de sua ecologia humana, não tendo fugido o Brasil a esse imperativo das circunstâncias históricas adversas, vindas dos pródromos e dos vaivéns, das vacilações da incompreensão e da incapacidade dos colonizadores, do desordenado caldeamento étnico, dos impactos climáticos e entropogeográficos, das acerbidades telúricas.

A FOTO INTERNACIONAL



Nova Colhedeira de algodão — Os plantadores de algodão dos Estados Unidos estão enfrentando cerrada concorrência das fibras sintéticas, e em razão disso procuram reduzir os custos de sua produção, no sentido de que os preços do algodão possam ser baixados.

Com o objetivo de ajudá-los nesse programa, já existe uma nova colhedeira de algodão, autopropelida, que é capaz de executar com rapidez e eficiência o seu trabalho, em qualquer terreno, barateando o custo da produção de maneira sensível. A foto nos mostra a nova colhedeira em ação. (IPS, especial para "A LAVOURA").

REALIZAÇÃO DO INDA NO PERÍODO DE MARÇO DE 1967 A FEVEREIRO DE 1970

As realizações do INSTITUTO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO — INDA — em todo o País, cumprindo um múltiplo programa de estímulo e incentivo às atividades rurais, segundo as diretrizes traçadas pelo Governo da Revolução, espelham a magnífica realidade de um esforço consciente e bem orientado. O trabalho do INDA é feito, quase sempre, através de convênios, cujos resultados se fazem sentir, sobretudo, nos setores da educação agrícola, desde a mais elementar à de nível superior; na preparação e orientação de lideranças rurais; no campo do cooperativismo — ampliação, equipamento e implantação de cooperativas; na instalação de fábricas e usinas; na construção de redes de eletrificação rural; na assistência e orientação a serviços técnicos em todas as suas fases. São amplamente beneficiadas, enfim, todas as atividades concernentes à eletrificação rural, associativismo, sindicalismo, cooperativismo e extensão rural. Desta forma o INDA conduz a sua tarefa visando à redenção e integração do homem do campo pela paz e bem-estar social que lhes são essenciais.

Nas diversas modalidades de convênio, cuja efetividade exige maior participação do órgão, fiel ao imperativo desenvolvimento, o INDA empregou NCr\$ 30.833.482,31 nos programas de eletrificação rural; NCr\$ 1.115.000,00 na difusão e assistência ao cooperativismo; NCr\$ 6.000.000,00 no setor da educação e um montante de NCr\$ 2.500.000,00 no desenvolvimento de indústrias rurais, dentre as quais se destacam as de usinagem e tratamento de leite e derivados, instalação e equipamento de matadouros, instalação e aparelhamento de moinhos de calcário. Coube

ainda à Autarquia incrementar e financiar fábricas de adubos e de gelo, além de manter programas de assistência técnica em moldes verdadeiramente revolucionários e de extraordinária eficácia.

ELETRIFICAÇÃO RURAL

Neste setor o INDA empregou a soma de NCr\$ 30.833.482,31, atendendo às necessidades prioritárias de cada Estado. Na implantação e execução desse programa foram instalados globalmente 5.000 quilômetros de linhas de transmissão e redes de distribuição, atendendo a 5.000 propriedades e beneficiando 75.000 ruralistas, sendo oportuno ressaltar aqui os valores — cifras e metragens — liberados no último exercício (1969), nos respectivos Estados:

ALAGOAS

— NCr\$ 635.478,40
127 Km linha
127 propriedades

CEARÁ

— NCr\$ 1.127.693,95
225 Km linha
225 propriedades

DF

— NCr\$ 1.000.000,00
20 Km linha
20 propriedades

GOIÁS

— NCr\$ 357.490,00
107 Km linha
107 Propriedades

MINAS GERAIS

— NCr\$ 885.000,00
177 Km linha
177 propriedades

PIAUI

— NCr\$ 506.000,00
101 Km linha
101 propriedades

PARANÁ

— NCr\$37.153,26
7 Km linha
7 propriedades

PARÁ

— NCr\$149.316,53
30 Km linha
30 propriedades

PARAÍBA

— NCr\$ 100.054,82
20 Km linha
20 propriedades

PERNAMBUCO

— NCr\$ 493.317,25
98 Km linha
98 propriedades

RIO GRANDE DO NORTE

— NCr\$ 1.108.495,00
221 Km linha
221 propriedades

RIO GRANDE DO SUL

— NCr\$ 1.100.000,00
220 Km linha
220 propriedades

SERGIPE

— NCr\$ 800.000,00
160 Km linha
160 propriedades

SANTA CATARINA

— NCr\$ 325.647,94
65 Km linha
65 propriedades

SÃO PAULO

— NCr\$ 1.054.774,94
211 Km linha
211 propriedades

Dentro, ainda, dos programas de eletrificação das áreas rurais, dos quase trinta e um milhões de cruzeiros novos já aplicados cada unidade da Federação recebeu, a seu turno, os seguintes valores:

1 —	ALAGOAS	NCr\$ 1.325.478,40
2 —	BAHIA	NCr\$ 359.557,92
3 —	ESPÍRITO SANTO	NCr\$ 530.000,00
4 —	CEARÁ	NCr\$ 1.611.749,50
5 —	GOIÁS	NCr\$ 1.163.116,94
6 —	MARANHÃO	NCr\$ 500.000,00
7 —	MINAS GERAIS	NCr\$ 7.450.000,00
8 —	PARAÍBA	NCr\$ 1.263.130,77
9 —	PARÁ	NCr\$ 300.000,00
10 —	PARANÁ	NCr\$ 1.816.059,18
11 —	PERNAMBUCO	NCr\$ 1.490.344,55
12 —	PIAUI	NCr\$ 786.000,00
13 —	BRASÍLIA	NCr\$ 100.000,00
14 —	MATO GROSSO	NCr\$ 1.800.000,00
15 —	RIO GRANDE DO NORTE	NCr\$ 2.498.495,00
16 —	RIO GRANDE DO SUL	NCr\$ 2.900.000,00
17 —	RIO DE JANEIRO	NCr\$ 60.000,00
18 —	SANTA CATARINA	NCr\$ 2.050.000,00
19 —	SÃO PAULO	NCr\$ 1.959.550,00
20 —	SERGIPE	NCr\$ 850.000,00

TOTAL

NCr\$ 30.833.482,3

COOPERATIVISMO

O INCENTIVO ao Cooperativismo permitiu ao INDA a aplicação de NCr\$ 1.115.000,00 em recursos, estimulando a criação de novas unidades cooperativas e a melhoria das já existentes, bem como a instalação de centros produtivos e administração de cur-



Eletrificação Rural, uma das metas prioritárias do INDA

sos de orientação de todas práticas do sistema, com maior fiscalização por parte dos órgãos competentes. Os valores distribuídos aos diversos Estados para difusão e assistência ao cooperativismo contemplam o Amazonas, com NCr\$ 40.000,00 e Amapá, com NCr\$ 40.000,00. Os demais componentes da União receberam as seguintes importâncias em cruzeiros novos: Bahia, 70 mil; Espírito Santo, 60 mil; Goiás, 30 mil; Maranhão, 30 mil; Minas Gerais, 40 mil; Paraíba, 60 mil; Paraná, 70 mil; Pará, 30 mil; Pernambuco, 100 mil; Piauí, 60 mil; Rio Grande do Norte, 65 mil; Rio Grande do Sul, 100 mil; Rio de Janeiro, 30 mil; Santa Catarina, 70 mil; Sergipe 60 mil; Alagoas, 30 mil; Mato Grosso, 30 mil; Roraima, 20 mil; Rondônia, 20 mil e São Paulo, 50 mil. Em Minas Gerais, por exemplo, através

de recursos fornecidos pelo INDA, juntamente com a Secretaria de Agricultura local, existem 60 cooperativas organizadas, dez em organização, dezenove autorizadas a funcionar, valendo mencionar que foram processadas 53 reformas estatutárias de cooperativas organizadas, respondidas 94 consultas, examinadas 396 documentações contábeis, atendidas 1.097 pessoas, expedidas 785 circulares e concedidas 44 informações ao BNCC — Banco Nacional de Crédito Cooperativo, além de fornecidos 34 atestados de funcionamento regular.

Das inúmeras cooperativas que já funcionam a pleno em várias regiões do País, algumas há que mantêm programa regular de exportação de sua produção.

É o caso das Cooperativas Rural dos Produtores do Vale

do Araranguá, Agrícola Mista de São Ludgero e Central Agrícola Sul-Catarinense, entre outras, além da Cooperativa de Xanxerê, que exporta milho e a Cooperativa Regional Agrária de Benedito Nôvo, que exporta regularmente para a Holanda, Inglaterra e outros países o fumo produzido por seus associados. Por estes curtos exemplos é possível determinar a medida expressiva da

ação do INDA em prol do movimento cooperativista no País que dá cunho especial, em diversas regiões, ao cooperativismo escolar, base da formação cooperativista e um dos elementos fundamentais da sadia política de desenvolvimento agrário.

COLÉGIOS AGRÍCOLAS

Capítulo especial no vasto campo da educação agrícola

e, por sua importância, fundamental para o desenvolvimento, os colégios agrícolas em vários níveis — tiveram do INDA apoio especial apoio este que se traduz na aplicação da soma de quase quatro milhões de cruzeiros, mais precisamente NCr\$ 3.680.217,26 distribuídos pelos quatro cantos do País. O quadro adiante reproduz as cifras empregadas:

01 — Universidade Rural do Estado de Minas Gerais	30.000,00
02 — Ginásio Agrícola Presidente Dutra de Taquari	217.000,00
03 — Ginásio Agrícola do Ceará Mirim — CE	51.616,00
04 — Escola Superior de Agricultura de Mossoró	916.494,20
05 — Instituto Tecnológico de Alagoas-AL	50.000,00
06 — Cidade de Menores Getúlio Vargas — SE	30.000,00
07 — Escola Agrotécnica Benjamin Constant — SE	10.000,00
08 — Colégio Agrícola de São José da Mata — PE	11.998,00
09 — Ginásio Agrícola Catolé do Rocha — PB	50.000,00
10 — Instituto Biológico da Bahia — BA	90.000,00
11 — Colégio Agrícola de Caicó — RN	400.000,00
12 — Ginásio Agrícola Presidente Dutra — RS	62.386,00
13 — Colégio Agrícola de Uberlândia — MG	100.000,00
14 — Colégio Agrícola Cachoeira do Sul — RS	100.000,00
15 — Colégio Agrícola Getúlio Vargas em Palmeiras — PR	50.000,00
16 — Ginásio Pio XII — PE	12.000,00
17 — Ginásio Agrícola de Codó — MA	60.000,00
18 — Colégio Agrícola de Castanhal — PA	200.000,00
19 — Ginásio Agrícola de Patrocínio — MG	100.000,00
20 — Escola Agrotécnica de Carazinho — RS	127.000,00
21 — Escola Agrotécnica de Encruzilhada do Sul — RS	95.000,00
22 — Colégio Agrícola Rio Pomba — MG	20.000,00
23 — Educandário Gustavo Capanema — AM	11.000,00
24 — Ginásio Agrícola de Currais Novos — RN	15.847,50
25 — Patronato Padre Alonso — ES	50.000,00
26 — Grêmio Paroquial de Mangaguari — PR	30.000,00
27 — Escola de Iniciação Agrícola Dom Bosco — MT	40.000,00
28 — Escola Familiar Rural São José — SC	29.000,00
29 — Colégio Agrícola de Teresina — FI	15.000,00
30 — Instituto de Educação Ana Rech — RS	26.875,00
31 — Colégio Agrícola Fazenda Bom Jesus — SE	10.000,00
32 — Colégio Agrícola de Alegrete — RS	70.000,00
33 — Colégio Agrícola de Jundiá — RN	150.000,00
34 — Colégio Agrícola Sérgio Freitas Pacheco — MG	150.000,00
35 — Colégio Agrícola de Escada — PE	35.000,00
36 — Pontifícia Universitária Católica — RS	20.000,00
37 — Instituto Pedro Palácio — ES	40.000,00
38 — Pontifícia Universidade Católica de Uruguaiana — RS	80.000,00
39 — Escola Médio Agrícola de Castanhal — PA	150.000,00
40 — Escola Agrícola de Cândido de Abreu — PR	60.000,00

ARTICULAÇÃO DA PESQUISA AGROPECUÁRIA NO BRASIL

por Ady Raul da Silva

(Do Conselho Nacional de Pesquisas)

I — Da necessidade

A pesquisa agropecuária brasileira necessita de articulação em virtude do grande número de instituições que a ela se dedicam, delas estarem subordinadas a diferentes governos (federal e estaduais), de serem de diversos tipos (só de pesquisa, universidades, órgãos de comercialização de produtos), e também pela diversidade de órgãos que financiam pesquisas, porque nelas estão interessados para sua utilização, para promoverem o desenvolvimento das pesquisas ou o desenvolvimento geral do País.

As principais instituições que executam pesquisas agropecuárias são:

1. Ministério da Agricultura
 - 1.1. Escritório de Pesquisa e Experimentação (EPE) e órgãos subordinados principalmente os Institutos de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias regionais — IPEAN (do Norte), IPEANE (do Nordeste) etc.
 - 1.2. Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal;
 2. Ministério da Indústria e Comércio;
 - 2.1. Instituto do Açúcar e Alcool;
 3. Ministério do Interior;
 - 3.1. Departamento Nacional de Obras Contra a Seca
 - 3.2. SUDENE
 4. Secretarias de Agricultura dos Estados;

- 4.1. Bahia;
- 4.2. Minas Gerais;
- 4.3. Paraná;
- 4.4. Pernambuco;
- 4.5. Rio Grande do Sul;
- 4.6. São Paulo;
5. Universidades:
 - 5.1. Ceará;
 - 5.2. Federal de Minas Gerais;
 - 5.3. Federal do Rio Grande do Sul;
 - 5.4. Federal Rural do Rio Grande do Sul;
 - 5.5. Federal Rural do Rio de Janeiro;
 - 5.6. Rural do Estado de Minas Gerais;
 - 5.7. São Paulo
6. Ministério da Fazenda
 - 6.1. CEPLAC — Centro de Pesquisa de Cacau.
7. Secretaria da Agricultura do Distrito Federal.

A execução das pesquisas nas instituições acima é influenciada pelo financiamento de pesquisas por outras instituições. As que mais contribuem são mencionadas abaixo:

1. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico;
2. Conselho Nacional de Pesquisas;
3. Fundação de Amparo à Pesquisa, dos Estados;
 - 3.1. Bahia;
 - 3.2. Rio Grande do Sul;
 - 3.3. São Paulo;
4. Ministério da Agricultura;
 - 4.1. Escritório de Pesquisa e Experimentação;

- 4.2. Instituto Brasileiro de Reforma Agrária;
- 4.3. Fundo Federal Agropecuário;
5. Ministério do Interior:
 - 5.1. Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM)
 - 5.2. Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)
 - 5.3. Superintendência do Desenvolvimento do Sul (SUDESUL)
 - 5.4. Superintendência do Desenvolvimento do Vale do Rio São Francisco (SUVALE);
6. Ministério do Planejamento:
 - 6.1. CONTAP — recursos de empréstimos da Aliança para o Progresso (USAID);
7. Ministério da Indústria e Comércio;
 - 7.1. Instituto Brasileiro do Café;
 8. Fundações;
 - 8.1. Antunes (em organização);
 - 8.2. Ford;
 - 8.3. Rockefeller.

Um exame das listas acima evidencia a necessidade, as possibilidades e as dificuldades de uma articulação.

A falta de uma articulação tende a levar à duplicação de instituições e de esforços, à pulverização dos recursos em pessoal, em dinheiro e dos investimentos em imóveis e equipamentos; a um desenvolvimento desordenado que pode ser caracterizado pela dispersão, duplicação, omissão, falta de especialização e de profundidade das pesquisas.

II. Articulação existente

A necessidade de articulação é tão evidente que vem sendo objeto de muitas iniciativas da parte de quase todos os administradores e vem-se processando continuamente.

São numerosos os acordos, convênios, protocolos, contratos e outros instrumentos. A falta de um registro de todos eles torna impossível a sua enumeração ou mesmo uma estatística.

Serão citados, a seguir, exemplos, para ilustrar as várias modalidades de articulação postas em prática, em vários setores.

O Programa Anual de Pesquisas do Escritório de Pesquisas e Experimentação, do Ministério da Agricultura, constitui uma articulação de seus órgãos para um fim comum. Para efetivá-la as Equipes, especialmente as de Fito-técnica e Zootecnia contam com recursos financeiros para aplicar nos vários órgãos do EPE para projetos nacionais, em pesquisas prioritárias e dando apoio às recomendações das Comissões Técnicas Nacionais.

Tem sido desenvolvida, nos últimos anos, uma articulação de pesquisas no nível de técnicos através das Comissões Nacionais, um para cada produto importante, onde participam técnicos do próprio Ministério, das Secretarias de Agricultura dos Estados e de Universidades, com a finalidade de trocar informações sobre os últimos dados, estabelecer planos cooperativos e fazer recomendações sobre a utilização dos resultados da pesquisa.

O EPE iniciou, em 1969, um programa de concessão de auxílios financeiros no valor de NCr\$ 800.000,00 para projetos de outras instituições de pesquisa, desde que eles sejam suplementares aos em execução pelo Governo federal ou de outras instituições, além de incluídos entre os assuntos prioritários.

As atividades do EPE contam com a assistência técnica fornecida pela USAID, a partir de 1964, através do contrato com o Instituto de Pesquisas IRI que articulou com o EPE a sua equipe técnica e suas instalações em Matão, SP.

O Instituto de Óleos, do EPE conta com a assistência

Técnica do Instituto de Recherches pour les Huiles et Oleagineux, da França, realizando uma articulação do trabalho das duas instituições, no Brasil.

Uma equipe de técnicos, do Ministério da Agricultura da Alemanha, entrosada com o IPEAME, do EPE, está realizando no Paraná um programa de experimentação de cereais.

No Rio Grande do Sul, há um sistema de articulação entre o IPEAS e a Secretaria da Agricultura daquele Estado, através de comissões de técnicos das duas instituições, especializadas para cada cultura ou atividade, para planejamento de experimentos cooperativos e recomendações sobre variedades novas a serem lançadas. Há uma Comissão Central Coordenadora que designa as subcomissões e que delibera sobre as suas recomendações que após aprovação são postas em execução pelos órgãos das duas entidades.

O sistema tem funcionado com grau de sucesso variável, sendo a subcomissão de trigo a mais antiga e a mais efetiva.

O mesmo sistema tem sido pôsto em prática nos Estados de Santa Catarina e Paraná. No primeiro há um programa cooperativo de experimentação muito bem entrosado entre o IPEAS, a Secretaria da Agricultura e o Serviço de Extensão (ACARESC). Cerca de 200 experimentos cooperativos são instalados anualmente. No Paraná, o entrosamento entre o IPEAME e a Secretaria da Agricultura do Estado funciona melhor para a cultura do trigo que noutros setores.

No Espírito Santo está em execução um programa semelhante ao de Santa Catarina entre o IPEASC, a Secretaria da Agricultura e o Serviço de Extensão — ACARES, o mesmo ocorrendo em Goiás, entre o IPEACO, Secretaria de Agricultura e ACAR — Goiás, porém com menor volume de trabalhos.

Em Minas Gerais, houve um sistema de entrosamento que foi pioneiro, entre o Ministério da Agricultura, através de seu então Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas, o Instituto Agronômico de Minas Gerais e a Universidade Rural do Estado de Minas Gerais. Os seus técnicos em reunião anual debatiam os resultados

dos experimentos uniformes do ano anterior e planejavam novos.

Há um protocolo em vigência entre o EPE e o Centro de Pesquisas de cacau da CEPLAC, baseado no qual há acordo entre o CEPEC e os Institutos no Norte, Leste e Centro-Sul, para pesquisas com cacau. Existe um outro entre o CEPEC e o IPEAL sobre a experimentação na área cacaueira da Bahia, incluindo a utilização das Estações Experimentais do Ministério da Agricultura naquela área.

A Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, que conta com as instituições mais tradicionais e desenvolvidas em pesquisa agropecuária no País, pelo decreto n.º 48.133 de 20 de junho de 1967, estabeleceu uma Coordenadoria de Pesquisa e Experimentação, com quatro setores: pesquisa e experimentação agrônômicas, zootécnicas e veterinária, defesa sanitária da agricultura e tecnologia de alimentos.

Estão subordinados a essa Coordenadoria, os Institutos: Agrônomo, Biológico, de Zootecnia, o Serviço de Sericicultura a ser englobado ao Instituto de Zootecnia, e o Centro Tropical de Pesquisas e Tecnologia de Alimentos.

No mesmo decreto também foi criada a Coordenadoria de Recursos Naturais que também inclui as atividades de pesquisas enumeradas a seguir:

1. Pesquisas e levantamento geográficos e geológicos;
2. Pesquisas e levantamentos de recursos naturais vegetais;
3. Reflorestamento e pesquisas florestais e da vida silvestre;
4. Pesquisa e atividades de apoio relativas à pesca e ao pescado.

As pesquisas sobre economia rural ficarão a cargo do Instituto de Economia Agrícola, diretamente subordinado ao Secretário.

Os detalhes da articulação a ser promovida em virtude da criação da Coordenadoria de Pesquisa e Experimentação estão em estudos devendo em breve estarem concluídos.

A Secretaria da Agricultura do Rio Grande do Sul, tem as suas Estações Experimentais e órgãos de pesquisas com plantas subordinadas à Divi-

são de Pesquisa do Departamento da Produção Vegetal. O mesmo ocorre com as pesquisas com animais que estão subordinadas ao Departamento da Produção Animal. As pesquisas veterinárias são conduzidas no Instituto Desidério Finamor.

Não existe um órgão que coordene o pesquisa agropecuária como em São Paulo.

Além da articulação com o Ministério da Agricultura, através do Instituto de Pesquisa e Experimentação Agropecuária do Sul, já mencionada, a Secretaria da Agricultura têm acordo com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no Programa de pós-graduação, para que os seus técnicos, laboratórios, instalações, sua rede de Estações Experimentais participem no ensino pós-graduado e concedam facilidades às pesquisas que irão constituir as teses.

Também a Secretaria da Agricultura está articulada com trabalhos experimentais de entidades particulares como o Instituto Privado de Fomento à Soja, que realiza um amplo programa de experimentação com essa cultura.

A Secretaria da Agricultura de Pernambuco tem as suas pesquisas ligadas à agricultura centralizadas, sejam as com plantas ou com animais, no Instituto de Pesquisas Agronômicas.

O Governo do Paraná, tem suas pesquisas divididas em duas instituições: o Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas e a Divisão de Pesquisa e Experimentação do Departamento da Produção Vegetal. Há um acordo entre a Secretaria da Agricultura e a Escola de Florestas da Universidade do Paraná para a realização de pesquisas florestais no Parque de Vila Velha.

As Universidades não realizavam trabalhos de pesquisas a não ser em forma muito limitada até recentemente, com exceção da de São Paulo pela sua Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz e da Universidade Rural do Estado de Minas Gerais, em Viçosa.

As suas pesquisas eram em geral isoladas, muitas vezes confinadas a uma cadeira ou quando muito a um Instituto,

e principalmente de natureza básica.

A situação recentemente se modificou profundamente com a criação e ampliação dos Cursos de Pós-graduação, nos quais os estudantes têm que realizar um trabalho de pesquisa para a tese e assim as atividades de pesquisa tiveram rápida expansão. Como consequência houve necessidade de articulação em muitos casos com instituições de pesquisa onde as teses pudessem ser feitas.

A ESALQ tem contado com a colaboração de técnicos da Secretaria da Agricultura de São Paulo e teses têm sido feitas em dependências dos Institutos de pesquisa.

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul tem um acordo com a Secretaria da Agricultura para a participação dos técnicos da Secretaria no ensino pós-graduado e a utilização das suas instalações e inclusive de sua rede de estações experimentais para os trabalhos de pesquisa.

A Universidade Rural do Estado de Minas Gerais permite que os técnicos do IPEACO, que são alunos nos cursos de pós-graduação, realizem suas teses no IPEACO, havendo assim uma articulação desse tipo de pesquisas.

A Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Km. 47) tem-se articulado nos cursos de pós-graduação concedendo mandato universitário a instituições exclusivamente de pesquisa com o IPEACS e o Centro de Pesquisas de Cacao da CEPLAC, permitindo um entrosamento de pesquisas especialmente nos trabalhos relativos às teses de candidatos a graus de pós-graduação.

A assistência técnica das Universidades americanas: Purdue a UREMG em Viçosa, Ohio e ESALQ em Piracicaba, Arizona a Universidade de Ceará, Wisconsin a Universidade Federal do Rio Grande do Sul em Porto Alegre tem estimulado a articulação de pesquisas com outras instituições e entre elas.

O Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas, tem na sua Zona Sul compreendendo o Brasil, Uruguai, Argentina, Chile e Paraguai, um progra-

ma de articulação da pesquisa agropecuária com uma Comissão Assessora formada por diretores de pesquisas dos países que integram a Zona.

Foi aprovado pelos membros da Comissão um projeto de intercâmbio de técnicos e materiais científicos, e o estabelecimento de um Centro de Informação e Documentação.

Também foi recomendada a criação de grupos de trabalho por especialidade, em cada País, que se reunirão periodicamente para promover o intercâmbio internacional.

Órgãos financiadores como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico têm concedido auxílio financeiros a órgãos como a Associação Nacional para a Difusão dos Adubos (ANDA) que promove a realização de uma rede de experimentos de adubação, por uma série de instituições de pesquisa dentro de uma única orientação permitindo a articulação de investigações sobre fertilidade do solo, na região Centro-Sul do País.

III. Articulação ou Coordenação.

A articulação existente está muito longe de ter alcançado o nível desejável. Existem duplicação, dispersão de atividades, há setores nos quais não são realizadas pesquisas, há pulverização e desperdício de recursos.

O rendimento dos recursos investidos na pesquisa não é o que poderia ser obtido, se fossem melhorados vários fatores e entre eles destaca-se uma articulação ou coordenação das instituições, das atividades e dos técnicos.

A primeira vista parece que a melhor solução seria uma coordenação de caráter nacional que, obedecendo a um plano diretor, pusesse ordem e estabelecesse, dentro de um regime de prioridade cuidadosamente escolhida, um programa nacional de pesquisas agropecuárias que melhor atendessem às necessidades.

Uma coordenação muito grande, difícil de administrar, possivelmente dominada pela burocracia, com uma única fonte de recursos financeiros e com tendência a uma estrutura centralizada e rígida.

A dispersão da pesquisa agropecuária entre órgãos do Governo federal, Governos estaduais e universidades, e até por instituições paraestatais, apesar das limitações e inconvenientes apontados anteriormente tem algumas vantagens muito importantes: são mais descentralizadas e mais fáceis de operar do que um órgão como um Ministério; recebem recursos financeiros de fontes muito diversas e assim não estão sujeitas a um plano de contenção de despesas prejudicar a toda a pesquisa agropecuária do País; permitem muitas soluções para o mesmo problema não estando presas a uma orientação única; há mais liberdade e menos rigidez, pois há sempre várias opções pelas diversas instituições.

Em virtude da situação atual de dispersão da atividade de pesquisa agropecuária em uma série de instituições de natureza diferente, a fim de serem coordenadas, seria necessária uma modificação na Constituição Federal uma vez que os Estados e as Universidades gozam de autonomia, principalmente os primeiros.

Dada a natureza das instituições e sua organização atual, dificilmente concordariam ou aceitariam serem coordenadas.

Parece pois inconveniente e difícil a implantação de uma coordenação em bases impositivas e hierárquicas.

Uma articulação entre instituições, a fim de serem evitadas as duplicações, de ser aumentada a colaboração para somar esforços, de haver maior compreensão das necessidades nacionais, para o atendimento das pesquisas indispensáveis ao desenvolvimento, parece ser desejável, possível e que apenas necessita de estímulo e apoio, para serem vencidos os entraves que a impede, em muitos casos.

IV — Métodos de promover a articulação

A articulação pode ser considerada em vários níveis:

1. Cúpula governamental;
2. Entre instituições independentes;
3. Dentro das instituições;
4. Entre técnicos da mesma especialidade;

5. Entre técnicos de diferentes especialidades.

A articulação pode ser promovida pelas instituições que estão executando pesquisas e por aquelas que apóiam a pesquisa.

1. Cúpula governamental.

A articulação de órgãos de pesquisa agropecuária poderá ser promovida por um ou mais órgãos governamentais de cúpula seja o Conselho Nacional de Pesquisas, o Ministério de Planejamento e Coordenação Geral e o Ministério da Agricultura.

O Conselho Nacional de Pesquisas tem pronto em fase final do processo de financiamento um plano de articulação de pesquisas através do desenvolvimento, da pós-graduação no setor de agricultura, visando com isso a formação de pesquisadores e professores pesquisadores de alto nível que o País necessita.

O plano prevê estímulo e apoio à criação de 4 Centros de Excelência de ensino de pós-graduação para agricultura e matérias correlatas, compreendendo as principais instituições de ensino e pesquisa articuladas em consórcio ou ligadas por convênios, nos seguintes Estados;

1. Estado de Minas Gerais
2. Estado do Rio de Janeiro e Guanabara
3. Estado de São Paulo
4. Estado do Rio Grande do Sul.

Os recursos em moeda estrangeira serão aplicados na contratação de 31 professor/ano estrangeiros para complementar o corpo docente dos cursos de pós-graduação dos Centros de Excelência; na concessão de 65 bolsas/ano para técnicos brasileiros, já com o nível de mestrado, irem ao exterior para obterem graus de doutoramento, a fim de, no seu regresso, fazerem parte do corpo docente das Escolas de Pós-graduação. Cerca de 10% dos recursos em dólares serão reservados para a compra de material, especialmente de consumo ou acessórios que não existam no Brasil.

Os recursos em cruzeiros novos serão empregados em 360 bolsas/ano para estudantes pós-graduados nos 4 Centros de

Excelência, sendo que 2/3 do número de bolsas serão destinados prioritariamente a técnicos procedentes de instituições em Estados não sede de Centros de Excelência.

Como um dos objetivos do plano é fortalecer os Centros de Excelência, estão previstas contribuições para a operação dos Centros na parte de ensino e administração. Esses recursos são necessários em virtude do custo elevado da pós-graduação e para não prejudicar o ensino nível de graduação.

Os recursos a serem fornecidos às instituições para a pesquisa são de valor suficiente para que as instituições possam também realizar pesquisas que interessem a outras regiões. Assim, os estudantes procedentes de Estados não sede de Centros de Excelência, poderão utilizar para suas teses material e realizar trabalhos que interessem aos locais de trabalho.

Independente do programa de pós-graduação para agricultura o CNPq instituiu um sistema de bolsas para Pesquisadores, Conferencistas e Chefes de Pesquisa que estão sendo concedidas a técnicos do mais alto nível e experiência no País. Como exigência para a concessão dessas bolsas, há o compromisso desses pesquisadores trabalharem 30 dias por ano, fora de suas sedes, em programas aprovados pelo Conselho Nacional de Pesquisas.

Em virtude dessa iniciativa, será possível que pesquisadores de alto nível dêem assistência técnica aos que completaram os cursos de pós-graduação, quando regressarem a sua sede, e colaborarem na organização de novos centros de pesquisa.

O programa de desenvolvimento da pós-graduação do CNPQ dará à articulação da pesquisa um poderoso estímulo porque estabelece a condição de que as entidades de Estados sede dos Centros de Excelência, se associem para colaborarem na pós-graduação, o que promoverá uma articulação das instituições, principalmente entre as de ensino e as de pesquisa, com ênfase na realização de pesquisas utilizadas para teses.

O Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, em suas atividades de coordenação entre os vários setores da administração federal do País, pode influenciar através dos recursos financeiros, nos orçamentos-programa e plurianuais, e no plano estratégico do Governo.

O Ministério da Agricultura, em 1965, através do seu então Departamento de Pesquisa e Experimentação Agropecuárias, hoje Escritório de Pesquisa e Experimentação, iniciou um programa de articulação de pesquisa agropecuária com a seguinte orientação geral.

Sendo até aquela data, um órgão que tinha apenas exercido a função de executar pesquisas agropecuárias, para se transformar também em órgão de articulação, conforme a Lei Delegada n.º 9, em vigor na ocasião determinava, havia necessidade de uma profunda modificação de atitude de seus dirigentes pois haveria necessidade de se dedicar recursos financeiros a essa atividade, em parte diminuindo os destinados à execução direta

Para resolver essa dificuldade, havia necessidade de se conscientizar os dirigentes dessa nova missão. Para isso, com o auxílio da USAID foi organizada uma viagem dos diretores de Institutos e Divisões, aos Estados Unidos, a fim de verificarem as relações do Serviço de Pesquisa Agropecuária do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos e as suas relações com as Universidades Estaduais. Somente depois de seu regresso foi promovida uma reunião em que foi submetida a eles a intenção do início da nova fase de atividades de articulação das pesquisas agropecuárias e da política de serem reservados recursos financeiros com tal finalidade.

Obtido o apoio e o interesse dos dirigentes, foi organizado um setor especializado com essa finalidade (SERPA) e teve início a segunda fase que consistia no levantamento da situação da pesquisa agropecuária pelo inventário das instituições, pessoal e projetos em andamento.

Com essa finalidade, foram enviados dois técnicos aos Es-

tados Unidos com o auxílio da USAID, para que vissem os métodos empregados e, no seu regresso, iniciaram-se entendimentos com o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, para uma ação conjunta no levantamento dos projetos em andamento, bem como o cadastro do pessoal técnico-científico.

O plano previa, que apenas após ser completado o levantamento, a instalação de uma Comissão de Articulação, composta de elementos do Ministério e de outras instituições para sugerir as medidas necessárias à articulação efetiva, para promover e estimular as pesquisas em área de carência e a articulação entre as instituições de ensino, órgãos de desenvolvimento regional, autarquias de comercialização de produtos, órgãos de assistência técnica internacional e entidades particulares, e relações com o Conselho Nacional de Pesquisas. (Portaria n.º 56 de 10-10-56, do Diretor Geral do DPEA).

Para financiamento dessa articulação foram incluídos pedidos de recursos orçamentários e iniciadas negociações com a USAID para o seu financiamento.

Em 1969, foram fornecidos recursos provenientes do VII Acórdão do Trigo, com essa finalidade, e estão adiantadas as negociações para sua continuidade por conta de um empréstimo para desenvolver o programa.

Concluindo essa rápida exposição de atividades e planos em andamento nos órgãos de cúpula para a articulação da pesquisa agropecuária convém apresentar uma breve discussão sobre as alternativas das características de um órgão para realizá-la.

O órgão poderá ser apenas articulador, sem realizar pesquisas diretamente ou ter as duas funções: a de articulação e ao mesmo tempo de execução. O primeiro apresenta-se como a solução mais lógica, uma vez que poderá se situar a igual distância de todas as instituições a serem articuladas, realizar o seu trabalho com o máximo de justiça e sem influências internas. Tem, porém, o inconveniente grave de

ser necessário ter mais um órgão com pessoal de alto nível e experiência, o que não é fácil.

No segundo caso haverá sempre uma dúvida se a instituição não estará dando prioridade a sua execução de pesquisas e não dando atenção adequada às demais; e, também, poderá haver a suspeita que através de um auxílio relativamente pequeno seja tentado o controle e o cerceamento da liberdade de outras instituições. A fim de evitar essas limitações poder-se-á estabelecer verbas especiais no orçamento para serem aplicadas exclusivamente em outras instituições que não seja a que concede o auxílio e realiza a articulação.

2. Métodos de promover a articulação entre instituições independentes.

A existência de órgãos executores do Governo federal de governos estaduais e de universidades, todos autônomos entre si, e na ausência de uma legislação que as obrigasse a uma coordenação, faz com que só seja possível uma articulação que consulte os interesses e traga proveito e estímulo e que seja estabelecida por uma modalidade de convênio, acordo, ajuste, protocolo ou contrato.

Sendo mais fácil cada instituição trabalhar sozinha do que em associação, é preciso que exista uma motivação muito forte.

Considerando que as instituições de pesquisa são em geral limitadas por falta de recursos financeiros, o maior incentivo à colaboração e à articulação é serem destinados recursos específicos para serem utilizados em trabalhos integrados.

As entidades financiadoras de pesquisas, das quais apresentamos uma lista das principais no início deste trabalho, podem por isso desempenhar um papel muito importante na articulação das pesquisas.

O Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, organizador da proposta orçamentária, pode destinar recursos financeiros para essa finalidade, o mesmo podendo fazer

os órgãos estaduais equivalentes.

Também poderão fazer-se lei federal com esta finalidade, como existe nos Estados Unidos.

Há uma modalidade de articulação de grande oportunidade e conveniência que pode ser implantada sem haver necessidade de grandes recursos financeiros, de mútuo interesse das instituições, que é a associação de instituições de ensino e pesquisa, ou de mais de uma de ensino, para darem cursos de pós-graduação e especialmente em cooperarem na execução das pesquisas para teses.

Nesse sentido já mencionamos que existem iniciativas nos centros que estão dando cursos de pós-graduação com algumas instituições vizinhas. A institucionalização desses acordos e a sua ampliação, poderão trazer grandes vantagens, tanto às instituições de ensino como às de pesquisa.

Um outro método, que parece oportuno e capaz de desenvolver as instituições de pesquisa do País de forma ordenada, a baixo custo e com eficiência, é a chamada "Assistência Técnica Nacional" dos quais um dos modelos é o programa do CNPq de desenvolvimento da pós-graduação em agricultura associado ao programa de bolsas de pesquisadores-conferencistas e chefes de pesquisa.

Caso fôsse traçado um Plano Diretor de desenvolvimento da pesquisa agropecuária nacional e mobilizadas as melhores instituições de pesquisa para prestarem às menos desenvolvidas um programa de assistência técnica, e, em paralelo, à formação de pesquisadores nos cursos de pós-graduação, seria possível aperfeiçoar e desenvolver rapidamente a pesquisa agropecuária em todo o País.

A assistência técnica internacional poderia ser utilizada para suplementar essa programação suprimindo as deficiências de nossas melhores instituições.

3. Articulação dentro das instituições.

Muitas de nossas instituições de pesquisas estão organi-

zadas segundo os ramos científicos, em divisões e seções, que se constituem em unidades administrativas e técnicas. Assim, na maioria delas existem seções de genética, solos, fitopatologia, nutrição animal, etc.

Em algumas outras, existem, ao lado destas, as por espécies com as quais se faz a pesquisa como: seções de arroz, café, frutas, aves, bovinos de leite, etc.

Nas diversas reformas que têm passado os serviços técnicos, tem-se adotado alternativamente essas duas opções: segundo as especialidades, ou segundo os objetivos.

As vantagens das instituições estarem organizadas por especialidades é trabalharem juntos os técnicos da mesma especialidade o que traz benefícios a eles e que economiza instalações e equipamentos.

As vantagens de serem organizados por objetivos ou por espécies é que os problemas são melhor solucionados por trabalhos de equipes constituídas por técnicos de diferentes especialidades.

Considerando as vantagens dos dois tipos de organização, é difícil se decidir por um deles, sendo a solução mais viável a de adotar-se a de especialidades quanto à organização física e à de equipes para solução dos problemas no planejamento das atividades, ou projetos.

4. Entre técnicos da mesma especialidade.

As vantagens de pesquisadores da mesma especialidade se reunirem e articularem suas pesquisas é por demais evidente e não necessita ser justificada ou defendida.

Há um aspecto porém que poderá ser aperfeiçoado.

Existe uma carência de técnicos altamente especializados, e pela natureza das organizações onde trabalham têm muitas vezes sua atuação limitada à esfera estadual, ou mesmo local.

Dar oportunidade e estabelecer um sistema de articulação para que seus trabalhos possam ser exercidos em nível regional ou nacional permi-

tiria melhor utilização desses elementos altamente qualificados.

5. Entre pesquisadores de diferentes especialidades.

A importância da articulação de técnicos de diferentes especialidades para trabalharem juntos na solução de problemas não pode ser ignorada, sob pena de serem realizados progressos limitados.

Os maiores progressos técnicos-científicos têm resultado da cooperação interdisciplinar.

Os resultados mais recentes da quebra dos limites de produtividade em trigo e arroz são dois bons exemplos. O aumento de produtividade dessas culturas vinha sendo obtido gradativamente e novas variedades mais produtivas que as em cultivo por 10% eram consideradas satisfatórias. Fórmulas de adubação que melhorassem os rendimentos por igual percentagem sem aumento de gastos era considerado um bom resultado. Tinha-se caído num círculo vicioso em virtude dos pesquisadores trabalharem isolados em suas seções de melhoramento de plantas e solos. O melhorista criava variedades para o nível relativamente baixo de fertilidade do solo da maioria dos agricultores e por isso mesmo as variedades não tinham grande potencial de produtividade. O especialista em fertilidade do solo não obtinha resultados compensadores quando eram utilizadas elevadas doses de adubação porque as variedades não tinham elevado potencial de produtividade. Quando foram selecionadas variedades adaptadas a altas doses de fertilizantes, os aumentos de produtividade passaram a ser de 200 a 300% em vez dos modestos 10 e 20%, que vinham sendo obtidos lentamente.

Esses resultados espetaculares de aumento do rendimento nessas duas culturas está mudando a perspectiva de fome que era prevista na Ásia para dentro de poucos anos, e a sua implantação está-se dando com incrível rapidez, especialmente na Índia no Paquistão e no Sudeste da Ásia.

A reunião periódica de pesquisadores de várias institui-

ções e regiões dedicadas à solução de um mesmo problema, ou dos de uma espécie vegetal ou animal, como vem o EPE promovendo nas Comissões Nacionais, constitui-se desenvolvida, um método eficaz de articulação de pesquisa e, conforme o caso, podem e devem ser divididas por regiões, para maior objetividade.

V. *Articulação da pesquisa agropecuária com setores afins*

A área de ação da pesquisa agropecuária não é nem pode ser limitada com precisão.

A organização das instituições que cuidam da agricultura, abrangem algumas vezes setores que muitos não consideram ser agricultura, enquanto outros julgam como parte integrante em virtude de sua importância e repercussão direta na agricultura.

Estão nesse caso as pesquisas em economia rural, em tecnologia de produtos agrícolas, especialmente as com alimentos, as florestais, os de pesca e as de recursos naturais.

O Ministério da Agricultura mantém separadas as pesquisas de economia rural, florestais e as com pesca, das pesquisas agropecuárias.

A Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo em sua recente reforma, colocou sob uma única coordenação as pesquisas com plantas cultivadas, as com animais domésticos, bem como as com tecnologia de alimentos, mas deixou separadas as de economia agrícola, florestais e pesca, além das com as de outros recursos naturais.

Com exceção da pesca que constitui um outro meio, parece ser de toda a conveniência uma articulação das pesquisas agropecuárias como são entendidas no Ministério da Agricultura e Secretaria da Agricultura de São Paulo, com as demais.

Há uma completa coincidência de pontos de vista entre o autor e os da Comissão de Economia Rural do Conselho Nacional de Pesquisas e Academia Nacional de Ciências dos Estados Unidos, na neces-

sidade de terem os órgãos de pesquisa agropecuária setores de articulação, e especialistas em economia rural na sua organização.

No relatório da Comissão de Economia Rural CNPq-NAS, elaborado em 1968, após uma reunião conjunta com a Comissão da Pesquisa Agropecuária, foi sugerida a conveniência de instituições de pesquisa agropecuária possuírem em seus quadros, técnicos especializados, para assessorarem a Direção no planejamento do programa, levando em conta os aspectos econômicos; especialistas em estudos de administração rural e técnicos especializados no planejamento e análise econômica dos experimentos.

As pesquisas florestais seriam muito beneficiadas numa articulação com a pesquisa agropecuária não só por haver muitos pontos em comum como também para aproveitar a sua experiência e organização.

A articulação da pesquisa agropecuária com a tecnológica é de grande importância e representa uma ligação da agricultura com a indústria. Embora na organização do Ministério da Agricultura e na da Secretaria da Agricultura de São Paulo, as instituições de pesquisa tecnológica façam parte da pesquisa agropecuária, também é verdade que os institutos de tecnologia que não estão subordinados ao Ministério e Secretaria de São Paulo trabalham com produtos agrícolas e não têm nenhuma articulação.

VI. *Articulação da pesquisa agropecuária com os órgãos regionais de desenvolvimento.*

Dada a vastidão do País foram organizados importantes órgãos regionais que estão promovendo com sucesso o desenvolvimento acelerado de suas áreas.

A fim de que cumpram a sua função, necessitam freqüentemente dos trabalhos da pesquisa agropecuária, especialmente nas áreas menos desenvolvidas ou menos ocupadas.

Necessitam em geral de pesquisas de dois tipos: levanta-

mento e avaliação dos recursos naturais, e para os métodos e técnicas a serem empregados no desenvolvimento da produção agropecuária.

Há duas soluções para obterem as informações que necessitam: ou montam as suas instituições de pesquisa e experimentação, ou utilizam as já existentes que, por serem deficientes, têm que ser ampliadas e subvencionadas.

A segunda solução vem sendo ultimamente a preferida e parece ser a melhor.

Nota-se, entretanto, que muitos projetos de desenvolvimento em que são investidas grandes somas não têm tido o apoio da pesquisa comprometendo o seu êxito e rentabilidade.

VII. *A pesquisa agropecuária e os Institutos de comercialização de produtos agropecuários.*

Os Institutos Brasileiro de Café, Alcool e Açúcar, e Rio-grandense de Arroz, embora tenham como suas atividades principais a comercialização desses produtos, necessitam que sejam realizadas pesquisas agrícolas e tecnológicas dos produtos para que possam ser comercializados em melhores condições.

O IBC, de longa data, adotou a política de financiar pesquisas em instituições já existentes, critério que parece ser o mais adequado.

O IAA tem adotado a orientação de ter as suas próprias pesquisas mantendo algumas pequenas estações experimentais e serviços de experimentação.

O IRGA organizou logo no início de sua fundação uma Estação Experimental especializada que agora integra a Secretaria da Agricultura, mas continua financiada com recursos do IRGA.

Os recursos financeiros aplicados em pesquisas, no caso do café e açúcar são muito limitados em desacôrdo com a importância de pesquisas, as necessidades de pesquisas, as possibilidades de resultados e a capacidade financeira dos Institutos.

Uma articulação dos trabalhos de experimentação e pes-

FAZENDA REGIONAL DE CRIAÇÃO DE PINHEIRAL

O Presidente Luiz Simões Lopes, da Sociedade Nacional de Agricultura, acolhendo apêlo das Cooperativas Agropecuárias e órgãos representativos da classe rural do Estado do Rio de Janeiro, encaminhou ao Ministro da Agricultura, Dr. Luiz Fernando Cirne Lima, em 13 de janeiro dêste ano, o ofício que se segue:

"A Universidade Federal Rural do Estado do Rio de Janeiro, resolveu pedir ao então Ministro da Agricultura, Dr. Ivo Arzua, a Fazenda Regional de Criação, localizada em Pinheiral.

No Processo n.º M.A. 030-156/68 o Senhor Ministro despachou que, em princípio, estava de acôrdo, mas que fôsse examinada a conveniência técnica e administrativa.

O processo assim instituído deu origem à Portaria n.º 233 de 1-8-68, anexa.

As Cooperativas Agropecuárias e os órgãos representantes da classe ruralista do Estado do Rio, não satisfeitos com esta situação, acabam de fazer uma abaixo-assinado que entregaram à Vossa Excelência pois a Fazenda, sem ser vinculada às Universidades existentes, sempre colabora no ensino e treinamento de alunos e técnicos, sem prejuízo de seus programas básicos na orientação e assistência técnica aos criadores.

Entretanto, no processo não consta qualquer parecer da Diretoria Estadual do Estado do

Rio, à qual estão afetos todos os assuntos do Ministério da Agricultura no Estado do Rio, como também dos técnicos sediados no Estado do Rio e especialistas.

É preciso preservar a Fazenda no Ministério da Agricultura, pois trata-se da única base fática existente no Estado do Rio no ramo da Agropecuária, desenvolvendo paralelamente uma suinocultura modelar.

Acredita-se que o Senhor Ministro Ivo Arzua despachou daquela forma, após o parecer favorável do Sr. Diretor do Escritório da Produção Animal em Brasília, que não conhecendo a Fazenda em si, resolveu atender a um pedido de uma Universidade.

Tendo sido concluído o levantamento de que falava a Portaria n.º 233 de 1-8-68, aguardam os criadores do Estado do Rio, que Vossa Excelência reforme a resolução de seu antecessor e, aproveitando o inventário, aprove um plano de aplicação e soerguimento daquela Fazenda dêsse Ministério."

O apêlo encaminhado pelas Cooperativas e órgãos respectivos da classe ruralista do Estado do Rio é o seguinte:

"As Cooperativas Agropecuárias e os demais órgãos representativos da classe ruralista do Estado do Rio de Janeiro, pelos seus Presidentes, abaixo assinados — genuínos interpretes do pensamento e dos interesses de seus associados — tendo tido conhecimento da possível transferência da Fazenda Regional de Criação em Pinheiral, desse Ministério, para a Universidade Federal Rural do Estado do Rio de Janeiro, do Ministério da Educação, e considerando:

- a) que a Fazenda Regional de Criação em Pinheiral, atualmente, é o único estabelecimento de fomento da produção animal, situado no interior, atuante junto aos criadores do Estado;
- b) que relevantes serviços, não só no sentido do melhoramento da produtividade leiteira do gado bovino, como também na

quisa da cana-de-açúcar com as demais instituições, deverá melhorar os resultados a serem obtidos.

VIII. Comentários finais.

Resumindo e concluindo, pode ser dito que existe no País uma articulação de pesquisas agropecuárias, incipiente, mas que tendo resultado de um grande número de iniciativas isoladas mostra que muitos já sentiram a sua necessidade e por isso mesmo já estão atuando, promovendo-a dentro de seus setores e regiões.

A articulação ainda não é suficiente e não alcançou o nível desejável e por isso há necessidade de ser intensificada, o que pode ser feito no nível nacional, estadual ou local, e por vários métodos em sistema institucionalizado ou por uma série de iniciativas dos dirigentes de órgãos.

A realização do presente Seminário Internacional de Administração de Pesquisa Agropecuária, teve como um de seus objetivos, promovendo um encontro de administradores, criar condições para que se processe a articulação das pes-

quisas agropecuárias, pela aproximação entre os dirigentes, pela motivação da necessidade de articulação e, para despertar a atenção para êsse aspecto tão importante, da administração da pesquisa.

(Trabalho apresentado no SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PESQUISA AGROPECUÁRIA realizado no Rio de Janeiro, 24-2-69 até 1-3-69, na Academia Brasileira de Ciência. Seminário promovido pelo Conselho Nacional de Pesquisas e Ministério da Agricultura).

EDUCAÇÃO PRIMÁRIA RURAL

Dados estatísticos gerais para o País, que o colocam entre os subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, sofrem uma profunda modificação se classificados em duas classes: população rural e urbana.

A população rural é sem dúvida a mais pobre, a menos instruída, a menos sadia, onde ocorre a maior mortalidade infantil, é a pior informada, a que tem menor consumo de eletricidade, que tem mais dificuldade de movimentação e que menores oportunidades de emprego e empregos de menor nível salarial.

Caso se incluísse na população rural aquela que está na cidade, mas que é proveniente do meio rural nos últimos 10 anos, a diferença entre as duas mais se acentuaria.

Esses fatos não são verdadeiros apenas no Brasil. Repetem-se em maior ou menor escala nos demais países em desenvolvimento e também nos desenvolvidos.

Recente publicação, estima que nos Estados Unidos, uma pessoa nascida no meio rural tem 30% menos oportunidades do que uma nascida na cidade.

Nos países em desenvolvimento este fato é mais acentuado.

Essa situação extremamente difícil de ser resolvida, porém é um problema que precisa ser enfrentado não só pelo aspecto de justiça social mas como fator essencial para o progresso das populações urbanas.

Terminada a substituição de importações a indústria brasileira para se expandir necessita ter o seu mercado interno aumentado, além de conquistar uma parte do mercado externo.

Aparentemente as dimensões de nossas indústrias ainda são muito pequenas para um mercado de 90 milhões de habitantes, porém quando se deduz a população pouco ou não consumidora de produtos indus-

triais verifica-se que ele realmente é muito menor, não atingindo para uma boa parte delas 50% daquele valor.

Não se pode pretender, mesmo que fôsse possível, dividir a renda nacional igualmente por toda a população, porque ela sendo muito pequena, provocaria uma crise no desenvolvimento em vez de estimulá-lo, porém é preciso ir incorporando à população consumidora uma maior parte do total da população, corrigindo-se o desnível entre a renda da população rural e a urbana.

A dificuldade de adoção de novos métodos de produção no meio rural bem como a dificuldade no seu progresso reside na deficiência de instrução em todos os níveis, mas convém chamar a atenção inicialmente para o primário.

Não há dúvida que a instrução primária é mais deficiente no meio rural do que no urbano, em quantidade e qualidade.

propagação da criação de suínos das raças especializadas para produção de carne, vem sendo prestados por esse tradicional estabelecimento, desde a sua fundação em 1910, com a denominação de PÔSTO ZOOTÉCNICO DE PINHEIRO, depois INSPETORIA REGIONAL DE FOMENTO DA PRODUÇÃO ANIMAL (sede); e

- c) que a existência de tão notável estabelecimento — pioneiro na introdu-

ção no País da criação de animais de raças nobres, e de onde se espalharam por todos os rincões pátrio — é, ainda, de alto valor econômico e técnico, imprescindível ao desenvolvimento da agropecuária do Estado do Rio de Janeiro — vem, mui respeitosamente, solicitar a Vossa Excelência que seja mantida dentro da esfera do Ministério da Agricultura a referida Fazenda,

como, também, que sejam ampliados os seus trabalhos.

Na esperança de que tenha boa acolhida essa nossa justa pretensão, antecipamos nossos agradecimentos.

Daqui, reiteramos ao ilustre titular da Pasta da Produção o pedido que julgamos do mais alto interesse para a produção agropecuária de uma das regiões mais dedicadas à pecuária leiteira do País.

A dispersão da população rural faz com que as escolas sejam isoladas, pequenas, mal instaladas, com menor número de professores e com professores de pior qualidade e preparo.

Os alunos por viverem isolados, em meio cultural menos adiantado, pela distância para irem a escola, sem facilidade de meio de transporte, faltam mais as aulas e permanecem menor número de anos frequentando-as.

Para atacar esse problema fundamental para a população rural há muitas soluções sendo que o primeiro passo é haver consciência do problema e desejar resolvê-lo.

É preciso considerá-lo uma injustiça social e uma necessidade nacional a sua solução por ser um dos primeiros passos para a sua incorporação à população consumidora e produtora em nível compatível com a atual civilização.

Um dos métodos de resolver o problema é estabelecer o critério da paridade de oportunidade de instrução primária pública em quantidade e nível entre a população rural e urbana.

Poderia ser feita uma lei que estabelecesse esse critério como obrigatório em todos os Estados e Municípios que administram diretamente a instrução primária pública.

A lei estabeleceria que os recursos financeiros e humanos em cada município, e em cada Estado seriam aplicados proporcionalmente à população rural e urbana nas respectivas áreas.

Um município que tivesse 70% de população rural e 30% de população urbana teria que aplicar em instrução primária na zona rural 70% dos recursos destinados a esse fim, e 30% na urbana. O número de professores nas áreas rurais e urbanas deveria guardar a mesma proporção. A categoria dos professores teria que ser idêntica, em oposição à prática institucionalizada de estabelecer que os melhores e mais eficientes fiquem nas cidades, nos bairros centrais, traís, nas melhores zonas residenciais enquanto que os me-

nos eficientes são designados para a população rural.

Dado o menor conforto do meio rural, as dificuldades de transporte e as deficiências de instalações, o critério atual é justo para os professores mas muito injusto e prejudicial à população rural que tendo as maiores dificuldades ainda é lecionada pelos mestres menos capazes.

Se a lei for feita, haverá dificuldades na sua implantação porque o movimento migratório é todo do campo para a cidade e quase nulo no sentido contrário.

A resistência dos professores criados e formados nos centros urbanos para irem para o meio rural será grande, podendo ser diminuída por uma série de medidas, além da coercitiva, tais como: melhor remuneração para os que lecio-

narem no meio rural, menor tempo de serviço para aposentadoria, melhorar o transporte para as escolas rurais tanto para os professores como para os alunos; melhorar as instalações das escolas rurais investindo-se dentro do critério da paridade; criar as disciplinas próprias do meio rural que exercem uma grande atração para muitas pessoas que gostam de plantas e animais.

Embora se reconheça que a verdadeira paridade é quase impossível de ser alcançada um esforço no sentido de diminuir a diferença atual é meritório e contribuirá para o desenvolvimento nacional.

A paridade deve ser um objetivo a ser perseguido criando-se a consciência de sua importância para o desenvolvimento e como fator de justiça social.

VI EXPOSIÇÃO AGROPECUÁRIA DE ITABORAÍ

Será realizada no período de 18 a 21 de junho próximo, na Cidade de Itaboraí, Estado do Rio de Janeiro, a VI Exposição Agropecuária, Comercial e Industrial patrocinada pelo Sindicato Rural, local.

Os Stands que constituirão a amostra acham-se instalados em uma área de 14.464 m², no centro urbano, próximo à Estação Rastreadora de Satélite da EMBRATEL.

O município tem como base econômica, além da sua Indústria e Comércio, a Agropecuária e muito essencialmente a Citricultura.

MILHO PARA SILAGEM



As culturas de milho prejudicadas pela seca, apresentando-se muito falhadas ou com a produção de grãos sacrificada, representam, entretanto, boa fonte de alimento para o gado e poderão ser convenientemente utilizadas para a silagem.

O corte poderá ser feito quando cerca da quarta parte dos grãos começarem a ficar endurecidos, ou quando as espigas se apresentarem no estado de milho verde.

A colheita geralmente é manual, utilizando-se, para esse fim, ferro de cortar capim, podão de cana ou enxada. Quando mecânica, poderá ser feita

por ceifadeiras simples ou combinadas.

Os pés de milho, uma vez cortados, serão ensilados em silos de alvenaria ou silos trincheira. É a ensilagem o melhor processo para o armazenamento de forragem verde, para o arraçoamento dos rebanhos na seca. O produto obtido, desde que sejam seguidas as normas recomendadas, é de boa qualidade e as perdas são bem menores do que as existentes no processo de fenação.

Quanto ao rendimento em massa verde dessas culturas, que poderá ser utilizada para silagem, é muito variável, de-

pendendo do estado das mesmas. Como termo de comparação, lembre-se que uma cultura de milho preparada para corte e posterior ensilagem produz uma quantidade de massa verde de aproximadamente 60 toneladas.



**THUYA
AVÍCOLA
SIMÕES**

Medicação preventiva e curativa das pipocas (ou caroços) dos pintos e aves adultos

À venda

RUA DO MATOSO, 33 - RIO

Para o interior enviamos pelo reembolso postal

O IBRA PODERÁ OLHAR PELA BELÉM-BRASÍLIA?

J. SAMPAIO FERNANDES

(Diretor Técnico da Sociedade Nacional de Agricultura)

O "Jornal do Brasil" publicou nos seus números de terça, quarta e quinta-feira, do mês de dezembro findo (1969), uma bela e viva reportagem sobre a estrada de rodagem Belém-Brasília, da qual fica a impressão de uma alavanca de progresso.

Sua orientação, sua proximidade relativa de dois rios caudalosos — o Araguaia e o Tocantins, este cruzado em um certo trecho, na localidade de Imperatriz, seu rápido povoamento, com todos os percalços do pioneirismo suscitam uma série de interrogações: seus terrenos marginais são de propriedade líquida e certa dos seus ocupantes?

Essas terras serão de antigas sesmarias?

Serão terras devolutas ocupadas por açambarcadores de terras?

Caberia talvez ali uma ação rápida e eficiente do IBRA no deslindamento da real situação de tais terras, na legislação dos seus posseiros, acrescida de uma atividade de saneamento nosológico e social, fazendo chegar por via fluvial poderosos recursos de melhoramento dos casebres, enviando para lá técnicos em construções rústicas, na fabricação de tijolos, telhas, ladrilhos, vasos sanitários, no corte e aparelhamento de madeira para sólidas e higiênicas casas de madeira, na instalação de centrais elétricas aqui e ali, aproveitando corredeiras ou desníveis, para atendimento das

pequenas povoações, enviando técnicos agropecuários, concedendo-lhes compensações — casa, condução, pessoal subalterno, sementes, vacinas, exigindo a ação das autoridades sanitárias a fim de que combatam a maleita, o barbeiro, a sífilis, vacinando intensamente, com pequenos hospitais de atendimento de emergência, providos de medicamentos para venda pelo custo ou até para distribuição gratuita, onde tal se faça justo, e pessoal competente, môço, ativo.

Por outro lado, talvez fosse possível abrir acessos fluviais ou terrestres, perpendiculares ao eixo dos dois grandes rios navegáveis, assim como a organização de poderosa flotilha fluvial de navios pequenos, de carga e de poucas cabines de passageiros, tipo turísticas, confortáveis, para desenvolver o turismo brasileiro fluvial para a região, sendo a capacidade de carga aproveitada para o transporte dos cereais, feijão, farinha de mandioca, carnes e caça, bem como frutas em câmaras refrigeradas, com o retorno na direção da rodovia dos artigos de comércio e gêneros que lá não fossem encontrados.

A extensão da rodovia, a extensão fluvial navegável, a rápida ocupação sócio-econômica das margens, a fecundidade das terras em início de atividade cultural, a grande possibilidade de exportação RACIONALIZADA, isto é, com plano adequado

de reflorestamento, por meio de viveiros de madeiras da região, de madeiras de lei, que seriam puxadas em amarrados por meio de rebocadores possantes, ou impelidas rio abaixo, se o declive natural da corrente o permitir, enriqueceriam a região e o País com fonte de divisas segura, suprimindo além disso o mercado nacional de madeiras que estão em desaparecimento quase total.

Tal programa, bem delineado pelas autoridades responsáveis, bem encaminhado por idealistas de um Brasil maior e de capacidade executiva, abriria grandes perspectivas de um desdobramento exploratório de mineração e de uma rápida ocupação do "cerne brasileiro", na direção das fronteiras do oeste.

Eis, nas suas grandes linhas, as sugestões que apresento ao Governo da República, certo de estar contribuindo para despertar programas e realizações que serão mais fáceis de executar do que a primitiva abertura da grande rodovia.

A LAVOURA

1897 — 1970

73 ANOS

A CICATRIZ

D. Carminha

Ilustração de Luiz Sá

Lá para os idos de 926 não era brincadeira sofrer, na roça, uma crise aguda de apêndice. Este mal adquiria um aspecto assustador em razão de que quando o doente chegava ao hospital da cidade para a devida ablação já o apêndice estava supurado e o operado não resistia ao tratamento.

Assim, quando se soube, no Alecrim, que Ismael, o capataz de estimação do Coronel Aquilino que iôra visitar os pais em Entre-Rios no fim da semana e já se demorava a mais de quinze dias — estava internado em virtude de ter sido submetido a esta cirurgia, a consternação foi geral!

O primo que trouxera a notícia e viera buscar dinheiro para as despesas, avisara, também, que o convalescente chegaria pelo trem da tarde do próximo sábado e apelava para a amizade do padrinho pedindo providências sobre sua remoção da estação até a casa.

Em pessoa, na sua charrete particular, a melhor, a mais cômoda, a de suave molejo, lá estava, a espera do afilhado, o próprio Coronel Aquilino cercado de dois serviços para ajudá-lo no desembarque.

Chegado o comboio desce, amparado pela consorte, o pobre capataz. Magro, pálido, olheiras escuras, mãos segurando a barriga, arrastando os pés, e logo rodeado



pelos amigos que o encaminharam, cuidadosamente, para a condução.

Falando devagar, baixinho, queixando-se das paradas e dos solavancos da viagem chega á morada onde, de imediato, deita-se no leito fechando os olhos em sinal de grande cansaço. O patrão recomenda-lhe repouso absoluto, caldos e canja de galinha (promete, mesmo, mandar do galinheiro da sede cinco das mais bonitas). Toma-lhe o pulso várias vezes e a febre que graças a Deus, não é nenhuma!

Durante quase um mês foi Ismael mimoseado pelos companheiros e pelo Coronel que volta e meia lhe visitava ou lhe enviava cousas

saudáveis de comer e beber. Dêste modo ia êle — segundo assegurava, vencendo a morte de que tão perto estava e rindo dela pelo estado que estava levando-se, por azar, não brigasse feio e forte com a mulher que, possuída pela raiva, chamou os vizinhos e mais o Coronel e, na frente de todos, o desafiou a mostrar a cicatriz da operação!

Pobre infeliz! Cabisbaixo, envergonhado, amedrontado, ouviu, em silêncio, o rosário de verdades: tudo tinha sido uma farsa! êle andara, sim, é metido numa bruta farra com bebidas e mulheres e a ameaçara de muita pancada e desprezo se ela não o ajudasse no caso do apêndice.

Luiz Marques Poliano

A Diretoria da Sociedade Nacional de Agricultura promoveu expressiva homenagem a Luiz Marques Poliano, Secretário-Geral da entidade, com a participação da Confederação Nacional de Agricultura, de cujo Departamento de Imprensa e Divulgação foi diretor por longos anos. A mostra de apreço ao Diretor e Redator-Chefe desta Revista se deu por motivo da passagem, a 13 de março deste ano, do cinquentenário de seu ingresso na velha Casa de Ennes de Souza.

Compareceram ao almoço na Churrascaria Gaúcha, além dos Presidentes daquelas duas instituições, Eng.º Agrônomo Luiz Simões Lopes e Senador Flávio da Costa Brito, as seguintes pessoas: Prof. Pedro Calmon, Prof. Heitor Grillo, Dr. José Resende Peres, Prof. Jalmir Guimarães Gomes, Dr. Rufino D'Almeida Guerra Filho, Dr. Écio Lucarinni Barreiros, Dr. Geiza Bóscoli, jornalista Belfort de Oliveira, Dr. Antonio José Loureiro Borges, Dr. Cídio Carneiro, Sylvia Maria da Franca, Jacira Rocha de Araújo, Martha Nise Ramos de Britto, Lucia Lardosa, Dr. Ennio Luiz Leitão, Aristóteles Queiroz, Dr. Ademar Moura de Azevedo, Gastão Lamounier, Deputado Erasmo Martins Pedro, Eng.º Agrônomo Geraldo Goulart da Silveira, Jornalista Helio de Miranda Arteiro, Leandro Antony, Augusto Fausto de Faria, Dr. Joaquim Bertino de Moraes Carvalho, Carlos Roberto Alcântara, Carlos Alberto Soares, Thorkil Knudsen, Cel. Antônio Cláudio Noronha, Geraldo de Oliveira Lira, Juarez dos Santos, Eng.º Agr.º Luiz Guimarães Júnior, Dr. Raul Cardoso de Mello, Major Sylvio Cardoso, representando o Gen. Stoessel Guimarães Alves, Capitão José Tarouco Corrêa, Terezinha de Jesus Poliano No-



Discursa o Presidente Luiz Simões Lopes. À sua direita, o homenageado, ao lado do Prof. Pedro Calmon. À esquerda o Senador Flávio da Costa Brito, Presidente da Confederação Nacional da Agricultura e, mais adiante, o Prof. Heitor Grillo, Vice-Presidente do Conselho Nacional de Pesquisas. Da esquerda para a direita Angela, Terezinha, Marília e Flora, filhas de Luiz Marques Poliano.



Funcionários da Sociedade e um grupo de alunos da Escola de Horticultura "Wenceslão Bello", assistem à solenidade que encerrou, às 17 horas, as comemorações do cinquentenário ao Secretário-Geral da entidade e Diretor daquela Escola.

50 Anos de Serviços à Sociedade Nacional de Agricultura



Aspecto parcial da assistência. Fala o homenageado.



Na Sala da Presidência da Sociedade Nacional de Agricultura, após breve discurso, o Senador Flávio da Costa Britto entrega a Luiz Marques Poliano a placa de prata que lhe ofereceram os companheiros de trabalho. Da direita para a esquerda: o Diretor Técnico Ennio Luiz Leitão, o contador Thorkil Christian Knudsen, o chefe da Portaria Randolpho Garcia de Abreu e Carlos Alberto Soares, Chefe de Publicidade desta revista.

ronha, Marília Poliano Gomes, Flora Eugênia Poliano Tarcuco Corrêa, Diva M. Cunha, Mario A. Fernandes, Manoel Ferreira Querido, Dr. José Armando Borgerth, Angela Poliano Borgerth, Odilon Lacerda, Dr. Gutemberg da Costa Brito, Dr. Geraldo Mello Mourão, Eurico Serzedelo Machado, José Thedim Barreto, Waldiki Moura, Ivarir Monteiro Gomes, Nelson Trindade, Juvenal da Silva Azevedo, Dr. Mario Tobias Figueira de Melo, Dr. Milton Freitas de Sousa e outros.

O Dr. Luiz Simões Lopes fez o discurso de saudação, assim resumido:

“Não quero tocar, exageradamente, as cordas sensíveis do coração do nosso prezado companheiro Luiz Marques Poliano. Ele é da minha idade e não se bole, impunemente, com corações de mais de 60 anos... É, pois, também, uma autodefesa... Mas, não posso deixar de ressaltar, neste momento, em que nos reunimos — seus companheiros de trabalho e seus amigos — para comemorar seu 50.º aniversário de serviços prestados à Sociedade Nacional de Agricultura, o imenso significado desse fato, quase virgem, nas instituições: Cinquenta Anos, meio século! Dedicção diuturna, incansável, sem alardes, eficiente, à nossa velha Sociedade!

É preciso muito contrôlo, para que a emoção que nos domina não transborde, em justificadas loas ao companheiro de todas as horas, as boas e as más, desde a época de grande prestígio da Sociedade, quando as grandes figuras da vida nacional presidiam seus destinos, até a catástrofe do incêndio que destruiu todos os nossos haveres.

Mas, como herdáramos um patrimônio moral e cívico

de tão alta valia, o fogo não conseguiu destruir os ideais que animavam os dirigentes e sócios da Sociedade e, como a Fênix, ressurgiu ela das próprias cinzas, sempre com a ajuda inestimável de Luiz Marques Poliano.

E, aqui, abro parênteses, para relembrar a figura tutelar de meu antecessor: Arthur Torres Filho, que deu grande parte de sua vida à nossa Casa, como Vice-Presidente na presidência Ildelfonso Simões Lopes, e, depois, como Presidente, até sua morte.

Deixou-nos um exemplo inesquecível atingido por grave enfermidade, que mal permitia locomover-se, o vimos anos a fio, ajudado por terceiros, chegar à nossa sede, regularmente, despachar o expediente, dar diretrizes aos companheiros de Diretoria, mostrando o Poder da Vontade, a serviço de um ideal.

Hoje, a Sociedade Nacional de Agricultura, graças à benemerência do saudoso e eminente Presidente Getúlio Vargas, tem sua sede própria — a Casa da Agricultura, tem sua Escola média, na Penha, completamente remodelada, funcionando regularmente e mantendo sua tradição de uma das mais antigas escolas agrícolas de nível médio, pioneira em vários cursos, de grande interesse, como pioneira foi a Sociedade num grande número de iniciativas em prol da Agricultura brasileira.

Elevado à presidência da Sociedade, pela bondade dos meus pares, quero dar aqui um testemunho público: Luiz Marques Poliano é o meu braço direito, como já o fora, durante tantos anos, dos que me antecederam no honroso pósto."

Ao terminar o seu discurso, o Presidente da SNA entregou ao homenageado, em nome da Diretoria, uma medalha de ouro, cujo anverso e reverso estão reproduzidos nesta nota.

O agradecimento do Secretário-Geral da Sociedade, recomposto do seu improviso, é o que se segue:

"Meus amigos, sou profundamente grato a esta demonstração de amizade e de carinho, mas receio que a emoção não me permita manifestar-lhes este meu sentimento. Que as palavras não me venham. Mas tentarei.



Referiu-se o meu ilustre amigo e chefe, Presidente Luiz Simões Lopes, na sua oração cheia de bondosas referências ao velho companheiro, que esta é uma festa rara.

De fato, não é fácil acontecer uma reunião em que se possa comemorar a permanência de um funcionário numa mesma casa, durante meio século, sem interrupção.

Para que tal aconteça são necessários alguns requisitos básicos: primeiro, que a Casa a que se serve exista pelo menos há 50 anos; depois, que nessa entidade, o empregado tenha podido permanecer, não talvez só-

mente pelo seu valor, mas pela tolerância e boa vontade dos chefes e colegas; finalmente, que tenha sobrevivido. Estas condições devem, ademais, estar reunidas. Se qualquer delas faltar, não poderá haver o cinquentenário.

E eu estou sendo o centro da homenagem rara e difícil. É sem dúvida motivo de grande satisfação, mas como toda medalha tem reverso, assalta-me a idéia de que sou um velho. Pois que esta festa me confere, de público, perante mais de meia centena de testemunhas, uma certidão de velhice. Ninguém completa, cinquenta anos numa casa sem que ande acima dos sessenta.

E, permitam-me o desafo: não é lá muito bom ser velho. Quem é velho não pode mais fazer uma porção de coisas que fazia quando moço.

No meu caso, por exemplo. Seria hoje incapaz de jogar futebol; não conseguiria como há trinta anos passados, remar de Paquetá a Freguesia, em Governador, sozinho, ida e volta; já me é difícil dar uma corridinha para pegar o ônibus no ponto.

Até o prazer da boa mesa é negado aos que envelheceram. Os médicos dão de proibir tudo aquilo de que mais gostamos, amedrontando-nos com o perigo do colesterol, do excesso de peso, da hipertensão.

Li, alhures, que certa dama da aristocracia britânica, já idosa, toda semana reunia num dos seus castelos mal-assombrados os melhores amigos em torno da mesa farta e refinada, regorgitada de raros e saborosos manjares. Perguntaram-lhe por que o fazia e veio a resposta: para ela constituía prazer o comer bem e ver os amigos acompanharem-na. Justificava-se: a mesa é um dos poucos prazeres de que se pode desfrutar, dos 10 aos 90 anos, sem interrupção, 3 a 4 vezes por dia!

De qualquer forma, prefiro ser um velho vivo do que um moço morto. Estes nunca chegaram a ser velhos.

Dispensar-me de falar a respeito da Sociedade Nacional de Agricultura e dos meus apregoados serviços à casa que reuniu tantos brasileiros, ilustres e idealistas, em torno do sonho de Ennes de Souza. Este aspecto da festa ficou bem focado na palavra brilhante do meu ilustre Presidente Luiz Simões Lopes.

Mas não quero encerrar esta fala sem mencionar dois fatos, duas impressões que me ficaram, do dia do meu ingresso nos quadros da SNA, lá se vão seiscentos meses!

Ao tempo, 1920, ultimava a Sociedade os preparativos para a realização da 3.^a Exposição Nacional de Gado. Pelos muros e nas tabuletas dos bondes da Cidade, via-se o nome da entidade promotora, a impor-se ao conhecimento de todos. Quando meu pai me comunicou que havia arrumado um emprêgo para mim na Sociedade, exultei. Vou trabalhar, pensei, numa grande casa, certamente instalada num palácio, a cujo saguão de mármore, com bronzes e candelabros do metal nobre, coisa suntuosa, haveríamos de chegar após vencer monumental escadaria.

Foi chocante a minha decepção — confesso — ao me ver à subida de uma modesta escada de madeira nua, em dois lances, que davam num primeiro andar, dividido por tabiques também de madeira, guarnecidos de retângulos de tela de arame que, soube mais tarde, haviam sido aproveitados da antiga sede, à Rua da Alfândega. Tudo modesto, pobre mesmo. Mas, nesse ambiente de humildade, brasileiros de renome na administração pública e na política, na agricultura e no comércio, tra-



balhavam incansavelmente pelo bem do Brasil, pelo desenvolvimento de sua Agricultura, pelo progresso das nossas atividades econômicas.

Servi a cinco presidentes: Lauro Müller, Miguel Calmon, Lyra Castro, Idelfonso Simões Lopes e Torres Filho, além de umas poucas interinidades, e do atual, que Deus guarde.

A visão do saguão de mármore, do candelabro de bronze com mangas de cristal, somente viria a tornar-se realidade algumas dezenas de anos mais tarde, na "Casa da Agricultura", nossa sede atual.

O outro fato que me deixou marca foi que tive de falsear a verdade para ser admitido.

Vencidos os dois lances da escada, iguais a quase todos os que existiam ao tempo no Rio, ainda imune aos arranha-céus e, pois, aos elevadores, fui apresentado ao Secretário-Geral, o ilustre bacharel Hanibal Porto que, após fazer-me sentar ao lado da sua escrivaninha de tampo corrediço, me perguntou:

— O Senhor sabe escrever à máquina?

— Sim, sei, titubiei, certo de que se respondesse pela negativa, falando a verdade, perderia a minha oportunidade.

Após outras ligeiras indagações, apresentou-me ao Chefe da Secretaria, que marcou o horário de chegada ao dia seguinte, 13.

Cheguei à Rua 1.^o de Março às 11 horas — 15 minutos antes do horário oficial. Fui entregue ao correspondente José Rabelo, crioulo alto, de mais de 1,80, maranhense, bacharel pelo Pedro II.

A tarefa que me deu foi a de numerar a máquina os ofícios e cartas assinadas do dia anterior.

A verdade é que nunca havia tido pela frente uma máquina de escrever. Observei a maneira pela qual o meu companheiro de trabalho introduzia na máquina o papel. Fiz o mesmo e isto não foi difícil.

Olhei para o teclado, mas não encontrei o algarismo inicial da data 13, que teria de colocar no lugar exato. Examinei atentamente a

fila de algarismos. As outras filas de letras. Repeti a pesquisa 2, 3, 4 vezes, e nada do número um.

Não me sobrou alternativa.

— “Seu” Rabelo, disse, achegando-me para o colega, ao lado, e quase num sussurro: Não encontro nesta máquina o número 1!

Encarou-me, indagativo, e, em seguida, rindo, disse alto, para os outros:

— Veja pessoal, o nôvo “datilógrafo” não encontrou na máquina o número um!

Uma imensa gargalhada estourou na Secretaria. Amarguei o momento. Fiquei arrasado até às 17 horas, aguardando o encerramento do expediente. Nunca, para mim, tão poucas horas custaram tanto a passar!

Mas resisti. Voltei ao dia seguinte, venci as semanas, os meses, os anos! E fiquei até hoje, meus amigos, para ter a ventura de receber de todos esta magnífica paga!

Muito, muitíssimo obrigado!

—x—

A tarde, no Salão Nobre da Sociedade, funcionários e diretores da entidade, Professores, pessoal da administração e alunos da Escola de Horticultura Wenceslão Bello, de que Luiz Marques Poliano é diretor há cerca de dez anos, continuaram a manifestação, oferecendo-lhe artística placa de prata, também reproduzida, tendo na ocasião falado o Senador Flávio da Costa Britto, 1.º Vice-Presidente da SNA, e Luiz Guimarães Júnior, 2.º Secretário.

A LAVOURA

1897 — 1970

73 ANOS

CULTIVO DO CAFÉ

Um cafézal, hoje em dia, é planejado com todo o rigor técnico. Assim, em vez de semear diretamente no campo, produzem-se as mudas em viveiros à sombra de ripados. Antes do semeio, prepara-se um vaso de madeira laminada cheio com boa mistura de terra, estêrco e adubo químico. Aproximadamente 40 dias após o semeio, o café germina e, dado o seu aspecto, toma o nome de palito de fósforo. Mais alguns dias e toma o aspecto que lhe empresta o nome: orelha de onça. Após um ano de cuidadosos tratamentos no viveiro (desbastes, adubações, capinas e pulverizações), temos a muda pronta para o plantio definitivo.

É de grande importância na questão do preparo do café, o local de plantio, chamado “Zona”, a qual pode ser “Boa” ou “Má”. As zonas chamadas boas são aquelas que, por condições naturais de clima, estão capacitadas a produzir cafés finos, de bebida agradável ao paladar, suaves ou doces, conhecidos nos mercados como “moles” e “estritamente moles”. Nas zonas chamadas “más”, as condições de clima são madrastras para proliferação dos microrganismos benéficos.

Para plantar a muda de café no campo é necessário que o seja de maneira a per-

mitir o trabalho das máquinas, que serão utilizadas nos futuros tratos da lavoura. A técnica aconselha um plantio segundo um alinhamento em curva de nível, pois no cafézal plantado em contorno é muito mais fácil controlar a erosão, e abrir valas chamadas cordões em contorno para que as enxurradas aí sejam detidas. As lavouras devem ser irrigadas para que aumente a produtividade.

A colheita é uma das fases mais importantes na questão do preparo do café. A colheita deve ser realizada no momento oportuno quando os cafeeiros estiverem carregados de frutos maduros e, sua cor, vermelha ou amarela, conforme a variedade for característica. Neste estado, o fruto do cafeeiro é chamado de “cereja”, por se assemelhar ao fruto da cerejeira. Após a colheita, o café sofre a “abanação”, operação pela qual são eliminadas as impurezas leves.

Temos no Brasil uma área produtora de maus cafés. Para isso os produtores têm empregado entre a colheita e a seca, duas operações fundamentais: a Lavagem das Favas e o Despolpamento.

A lavagem do café é feita através de um tanque que o recebe da “Moega” (por



Cafézal novo na região de Campinas, em curva de nível, no qual se vê a possibilidade do uso de equipamento mecanizado nos trabalhos culturais.

onde escoa o café trazido da lavoura) a fim de separá-lo em "bóia" e "cereja" no caso de cafés apanhados em baiaio ou panos. Nos cafés "levantados" do chão há ainda que separar a terra e as pedras que a "abanação" não conseguiu eliminar de todo.

Quando o café não atingiu o desenvolvimento normal, é necessário separá-lo do café normal usando-se neste caso a bica de jôgo. Sem esta separação, os "coquinhos" passarão pelo despulpador, intactos, vindo a prejudicar os cafés despulpados.

Despulpamento é a operação pela qual se retira a casca (polpa) do café maduro, em estado de "cereja", no despulpador.

Pelo despulpamento e mais a lavagem do mel que en-

volve as favas do café evitam-se as fermentações prejudiciais que se processam na polpa do fruto do café nas zonas más.

Após o despulpamento do café, em benefício da qualidade e facilidade de seca, é necessário retirar-se o mel ou mucilagem que envolvem as favas. Isto se consegue pela lavagem das mesmas. Esta lavagem poderá ser manual no tanque de despulpado, com auxílio de rôdo de madeira ou, então mecânica, no bateador apropriado.

A "seca" tem como importância o fato de facilitar o desprendimento da casquinha ou pergaminho dos despulpados ou da casca dos cafés de terreiro, em côco, quando submetidos à ação

do descascador das máquinas de beneficiamento.

A última etapa para que um café seja realmente bom e possa ter franca aceitação nos mercados a preços compensadores é o "beneficiamento".

O beneficiamento deve ser feito em máquinas que satisfaçam a questão da separação das favas, por tamanho, seguido de catação manual para a retirada dos defeitos que ainda possam existir no café.

Finalmente, já pronto para o mercado, ele é submetido à prova de tipo que aponta seu grau de pureza, e à prova de degustação, em que ficam evidenciados todos os erros ou acertos cometidos durante o cultivo, colheita e preparo do café.

(De uma publicação do IBC)

BARGANHEI DONA KIRI PELAS MANGAS

Muito obrigado, redação. Aquêlê abraço, Luiz Marques Poliano. A publicação de duas crônicas minhas em A LAVOURA (agosto-69, pág. 29) claro que me agradou. Mas porém o que me deixou mais alegre foi a resposta à minha curiosidade sobre KIRI (pág. 47 da mesma A LAVOURA). Grato. E as informações científicas ali expostas são de subido valor, são.

OTHELLO TORMIN

Ciente de que a Kiri compensa, precoce em seu desenvolvimento e rentável em sua produção; apesar de ter tara por bichos e pragas que a atacam, infestantes e nocivos, não? E de que não deva sair muito cara a profilaxia preventiva contra mazelas que tais né não? Dê-que, lógico, a kiri seja a colosso que apreçoam, no diz-que. E não a novidadeira que quer aparecer, exagerada.

A formosa Kiri é de Formosa, aquela ilha exqu岸ita do lado antipódico dêste Brasil bom. Importada com emprêgo certo, para pesquisas, por agrônomos de Piracicaba (a da Escola famosa), ela ainda porta Carteira Modelo 19. Resultou útil, informa a A LAVOURA. Então, a gringa vai virar produto nacional. Vai, assim seja, mais divulgada e plantada. Assim seja!

Bem verdade que meu entusiasmo de então arrefeceu um tantão. Não encontrei facilidade em sua aquisição. Nem mudas ganhei, prometidas. E gente amiga que conseguiu mudas em casas especializadas ou não, ché, não ficaram lá muito satisfeitos. Não me aprofundei no caso, pois quem não tem cão, caça com cachorro. E a caça para mim é que era o importante. Dum tanto!

Eu não ia perder um inverno e uma trovoadas na expectativa da exótica dona Kiri, mesmo não sendo ela nativa ou de mestiçagem nacional. Fumei, esperei. Fumei de novo e desandei a pensar em manga. — Também veio de

fora, importada da Índia, um século antes do zebu. E, como o bovino indiano, aqui vingou em todo, quase, território nacional. — Ê, mangueira leva um tempo para dar, leva. Mas quando dá, dá mesmo. Com uma vantagem — é a coisa mais fácil de se plantar. Olha, mesmo em não se plantando, o caroço atirado ao léu, grela e eclode.

Caroço (mesmo o raspado nos dentes pela gulodice até o alvor) a gente arranja no mole. Basta querer. Comprada a fruta madura, elege a mais doce — após a primeira escolha da mais bonita, evidente! — e guarda o caroço ao sol. Choveu? então o bichinho vai pra cova rasa. Seca. Germina Brota. Espicha-se altaneiro mesmo em terreno ruim. Encorpa. Galho muito e folhagem muito mais. Flora. No prazo, as frutas vêm, muitas (com a só precaução de cair em bordalesa o tronco, do chão a um metro de altura).

A gente cansa de chupar mangas, na safra, pouco antes pouco depois. Então procura... ora, nem precisa procurar, comprador aparece lampeiro E disputa com os passarinhos as mais maduras. Precavido. compra também balaios ou caguás das de-vez. Nesse movimento de apanha-separa, a gente chupa outras, já bicadas. Entregando as do trato, recebe a grana com as mãos e o queixo ainda lambuzados, mais que de quem nunca comeu melado. Satisfeito.

E.T. Contudo, isso não quer dizer que desprezei a formosa Kiri. Terei prazer em receber mais notícias sobre ela. O mero "prazer em conhecê-la" pode redundar em convivência diuturna, pode. Pois, Deus dando, Kiri ainda vem fixar moradia em meu lar. Ela continua em minha caderneta de endereços. E eu continuo de olho nela.

N. da R. — Juntamente com o artigo acima, recebemos o recorte abaixo, do "Jornal da Bahia", de 3 de março, que não nos furtamos o prazer de transcrever:

Kiri — Transcrevendo uma crônica de Othello Tormin a mais antiga revista agrícola do Brasil "A Lavoura", do Rio, estampou em resposta no mesmo número, um artigo sobre "Kiri" ou "Quiri". Entre outras coisas ensinou o articulista Luís Marques Poliano: — O Kiri encontrou naquele Estado (São Paulo) ótimas condições ecológico-sanitárias e sua cultura vem tendo grande desenvolvimento, por oferecer as vantagens de um crescimento rápido, aliado à produção de madeira leve, ideal para caixotaria, móveis, lápis, etc. — E concluiu: — Plantemos o Kiri, mas tratemos de defendê-lo dos seus inimigos que, pelo visto, já não são poucos no Brasil.

Aumento de Produtividade por Adoção de Novas Técnicas

O aumento da produtividade agrícola é um dos objetivos de maior importância e de maior preocupação mundial entre os planejadores do desenvolvimento.

O assunto é extremamente complexo, e tem sido objeto de muitas iniciativas com os mais variados graus de resultados, desde êxitos extraordinários até fracassos contundentes, que se caracterizam pelo não aumento de produtividade, ocorrendo aumentos de produção apenas pela maior extensão das áreas em cultivo.

No Brasil, o quadro geral é um aumento lento de produtividade e uma expansão acentuada das áreas de cultivo.

Há casos de êxito em certas culturas em algumas áreas geográficas. O caso da citricultura em São Paulo é típico de um aumento de produtividade muito acentuado pela introdução de melhores técnicas. Já com o milho híbrido, embora esteja comprovada a sua grande superioridade em produtividade em relação ao milho comum, e, a sua aceitação tenha sido grande, o aumento de produtividade não acompanhou o que se obtém em experimentos e a produtividade do milho no Estado de São Paulo tem sido lenta e o nível ainda é muito baixo.

Para muitos o aumento de produtividade é um processo lento, dependendo basicamente da educação do agricultor, de uma mudança na sua mentalidade e que não é possível a curto prazo.

Esse conceito muito lógico e parcialmente confirmado em muitos casos tem sido superado, recentemente em larga escala, causando um impacto na economia mundial, abrindo novas esperanças para aqueles que estavam com receio que a fome causasse sérias dificuldades ao mundo dentro de poucos anos, e mostrando que mesmo a população agrícola pode, num curto prazo de tempo, realizar grandes progressos em produtividade idênticos aos da indústria.

Os fatos que trazem mais otimismo em relação a produtividade agrícola são quatro, sendo dois de grande repercussão econômica mundial pelos seus efeitos e dois em marcha, em pequena escala, mas importantes pelo seu exemplo e potencial.

O aumento da produção de trigo na Índia e no Paquistão provocaram um tal impacto na economia e comercialização deste produto que levou a uma crise no mercado mundial desse produto onde hoje há uma guerra de preços que na prática anulou os esforços do Acôrdo Internacional de Trigo para manutenção dos preços desse cereal.

A Índia importava, há anos atrás, cerca de 10 milhões de toneladas, mas deve atingir em 1970 a sua autossuficiência. A produção cresceu de 7 milhões de toneladas em 1951 para 12 milhões em 1964-65 pelo aumento de área cultivada. O seu rendimento médio por mais de 30 anos foi de 800 kg/ha. Dos 13 milhões de hectares culti-

vados atualmente 4 milhões são irrigados. Com a introdução de novas variedades anãs e um conjunto de técnicas, simultaneamente, nas quais se destaca uma adubação elevada, o rendimento médio de todo o país passou para 1,3 t/ha e a produção total para 17 milhões de toneladas num período de 5 anos.

No limitado período de 5 anos foram iniciados experimentos com novas variedades, realizadas demonstrações, adotadas novas técnicas e cultivados 2 milhões de hectares com elas causando um aumento de produtividade de 60%.

No Paquistão, com material semelhante e adotando-se técnicas equivalentes de experimentação e demonstração de resultados com lavradores, introdução de novo material genético, simultaneamente, com novas técnicas e altos níveis de adubação, provocou um aumento de produção nos últimos dois anos de 4,5 para 8 milhões de toneladas e de rendimento de 800 para 1.400 kg/ha.

As novas variedades de arroz, criadas no Instituto Internacional de Pesquisas sobre Arroz, nas Filipinas, estão aumentando a produtividade de modo tão acentuado que países como as Filipinas que era importador há 50 anos já alcançou o auto-abastecimento.

No México, além de seu resultado extraordinário com o trigo, que de país importador e com uma produtividade de 800 kg/ha em 1955,

para 2.500 kg/ha, e exporta uma parte de excedentes, apesar de ter aumentado o seu consumo durante esse período, está se realizando um outro experimento de significação muito grande.

Na primavera de 1967, foi iniciado o Projeto Puebla, para aumentar o rendimento de milho em uma área de 100.000 hectares, onde há bastante chuva, entre 2.000 e 2.500 mm, mas o rendimento médio é de 700 kg/ha, e todas as propriedades são minifúndios de pouco mais de 1 hectare.

Os objetivos do projeto são duplicar os rendimentos de milho dentro de um prazo de 3 a 5 anos, estudar métodos para obter esse resultado e que possam ser aplicados em outras regiões e treinar técnicos para esse tipo de trabalho.

Os métodos de trabalho, obedecem a 4 pontos: (1) pesquisa agrônômica; (2) divulgação dos resultados; (3) avaliação do projeto; (4) mudança da infra-estrutura e coordenação das entidades participantes.

A experimentação é realizada nas propriedades dos agricultores que participam nos trabalhos e que acompa-

nam os seus resultados assegurando ao mesmo tempo a sua divulgação inicial. Há outros tipos de divulgação como reuniões com os líderes rurais e demonstrações.

Os resultados obtidos até agora já são extraordinários. Numerosos agricultores estão obtendo rendimentos médios de 3.000 kg/ha. Os bancos já concedem crédito para que os agricultores comprem adubos e outros meios de produção. A região está se transformando rapidamente em virtude do aumento de sua produtividade.

No Brasil, um trabalho semelhante foi iniciado na mesma época, com sede no Município de Santa Rosa, no Rio Grande do Sul. Num trabalho cooperativo, dirigido inicialmente pelo Dr. J. Murdock, da Universidade de Wisconsin, dos Estados Unidos, cooperando com a Escola de Agronomia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, contando com a coordenação local da Associação Rural de Sta. Rosa e com a colaboração da ASCAR, Banco do Brasil, Prefeitura Municipal, Ministério e Secretaria da Agricultura, realizaram uma análise da situação e após

um trabalho experimental que se seguiu de uma série de demonstrações em propriedades dos agricultores, foi implantado um programa de desenvolvimento de lavouras com aplicação de elevadas doses de adubos e corretivos, seguindo normas técnicas, associadas com um financiamento especial, estão obtendo rendimentos elevados (milho de 1.000 kg/ha para 3.000, trigo de 800 para 1.500, e soja de 1.000 para 2.000), transformando o futuro próximo do município, pela fixação de seus agricultores que antes só tinham uma esperança — emigrarem para áreas novas e melhores.

De todos esses fatos, extremamente importantes, sob muitos aspectos, desejo ressaltar dois: (1) em curto espaço de tempo estão sendo obtidos aumentos de produtividade muito acentuados, tão grandes ou maiores do que aqueles obtidos em indústrias, (2) foram obtidos com agricultores com um mínimo de instrução, em regiões e países considerados dos mais difíceis de serem modificados, com um regime de propriedade típico de minifúndios.

"A LAVOURA" — HÁ 70 ANOS

Março 1900

A Questão do Café, Barão de Capanema; *A nossa erva mate no mercado chileno*, Dr. Joaquim Botelho; *Feijão da China*, Wenceslão Bello; *Plantas úteis*, Ernesto Ule; *A Soja*, Wenceslão Bello; *A lua e o corte das árvores*; *Contabilidade Rural*, F. L.; *Instrução Agrícola nas Escolas*, *Culturas para pequena lavoura*; *O Açafrão*; *Açafrão*, Dr. F. M. Draenert; *Malária bovina*; *Variedades: O trigo no Rio Grande do Sul*;

Abril

Congresso de Agricultura e Indústria Rural, Wenceslão Bello; *Novilho meio-sangue* (Durham-acaraú), Ricardo E. F. de Carvalho; *A fumagino ou morfêia das laranjeiras*, G. D'UTRA; *Malária bovina* (cont.) *Cultura do algodoeiro*, *O Furão das maçãs do Algodão*, Gustavo D'UTRA; *A Indústria seringueira*, Wenceslão Bello; *Crônica Agrícola*; A. J. Variedades;

UM DEPÓSITO DE CONHECIMENTOS

Além de outras importantes funções, como a execução de programas de ação nos países em desenvolvimento, a Organização de Alimentação e Agricultura das Nações Unidas (FAO) tem a finalidade de recolher um valioso caudal de informações provenientes de todo o mundo. Na realidade, com o decorrer do tempo, a FAO chegou a ser o mais importante depósito internacional de dados e informações sobre desenvolvimento no setor agrícola, produção de alimentos, pesca e assuntos florestais.

Sob certo aspecto, nem os próprios governos membros da Organização percebem em toda a sua magnitude a grande variedade e o verdadeiro alcance da informação que podem obter através da FAO. Independentemente de ter a mais importante biblioteca internacional no que diz respeito à Alimentação e Agricultura, a FAO mantém uma filмотeca e um arquivo fotográfico; publica anualmente cerca de 15.000 publicações, revistas e documentos; e oferece serviços de consulta sobre legislação agrícola e alimentar.

A informação técnica recopilada é de tal maneira abundante, que a FAO criou um Centro de Documentação encarregado de catalogá-la. Um moderno equipamento eletrônico permite que estas informações sejam rapidamente identificadas e localizadas para consulta.

Veremos, a seguir, o que são e como funcionam os serviços oferecidos pelo Centro de Documentação, Biblioteca, Divisão de Publicações, Direção de Informação Pública e Subdireção de Legislação.

O CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

A experiência de um quarto de século reunida pela FAO, no que diz respeito à Assistência Técnica e outras atividades relacionadas com a agricultura, a alimentação e o desenvolvimento sócio-econômico, foi registrada em uma "memória magnética" e classificada com a ajuda de um "ordenador eletrônico". Desta maneira, o Centro pode localizar, com rapidez e precisão, toda a documentação e obras contendo dados, informação, cifras e tabelas sobre qualquer tema procurado para consulta, por parte do pessoal da FAO, dos Governos-Membros da Organização ou de outras entidades internacionais, bem como de pessoas interessadas. Evita-se, assim, uma enorme perda de tempo, em especial no que diz respeito aos técnicos de campo, que às vezes trabalham às cegas por desconhcerem soluções já experimentadas por outros especialistas ocupados com problemas semelhantes em outras épocas e em outros lugares.

Além de abranger o período que remonta do ano 1945, quando foi fundada a FAO, o Centro, continua

reunindo informações não somente das obras que são editadas pela Organização, mas também de documentos não publicados, que de outra maneira se perderiam ou passariam despercebidos. O Centro de Documentação vai além, pois, do que seria usual, ou seja a simples coleta e catalogação de obras impressas.

O Centro publica um boletim mensal: "Documentação da FAO — Índice Regular" (com números acumulativos semestrais), que contém uma lista bibliográfica e índices analíticos e por autor, das publicações e documentos recentes da FAO. Este boletim é remetido gratuitamente a todos que o solicitarem.

Ao mesmo tempo, o Centro publica uma série de índices especiais abrangendo as diversas matérias de competência exclusiva da FAO, no período 1945-66. Tais catálogos, tão volumosos como as guias telefônicas de qualquer grande cidade, contêm milhares de anotações bibliográficas, assim como índices analíticos e por autores. Os volumes já publicados, que são vendidos por preços razoáveis, são os seguintes:

- Informes sobre assistência técnica (1951-65) 244 p
- Informes sobre os projetos do Fundo Especial das Nações Unidas (1963-66) 82 p
- Pesca (1945-66) 432 p
- Florestas (1945-66) 656 p
- Terras e águas (1945-66) 416 p
- Plantas (1945-66) 606 p
- Animais (1945-66) 408 p
- Nutrição (1945-66) 372 p
- Instituições rurais (1945-66) 320 p

1,00	"
5,00	"
7,00	"
5,00	"
6,00	"
4,00	"
4,00	"
4,00	"

Os documentos ou publicações, que, segundo estes catálogos, contêm informa-

ção sobre o tema desejado, podem ser obtidos através da Seção de Distribuição e

Vendas de Publicações da FAO, caso a publicação não esteja esgotada. Se assim, for, (às vezes ocorre que somente se dispõe de um exemplar), o Centro está capacitado a fornecer cópias em microfilme ou em microcartões que contêm até 60 páginas do original, bem como ampliações fotográficas dos mesmos.

Para maiores esclarecimentos referentes às atividades e os serviços do Centro de Documentação, o interessado poderá escrever para:

Centro de Documentação
da FAO
Via delle Terme di Caracalla
00100 Roma, Itália

PUBLICAÇÕES E DOCUMENTOS

As publicações da FAO tratam de agricultura, nutrição, pesca, florestas e desenvolvimento econômico, e no conjunto constituem um serviço mundial de informação sobre produção, preços e comércio da maioria dos produtos e artigos que servem para alimentar, vestir e abrigar a humanidade. Os anuários estatísticos de agricultura, pesca e produtos florestais figuram entre as publicações de maior vendagem; ao mesmo tempo, a Direção de Publicações edita periodicamente nove obras, entre as quais figuram o "Boletim Mensal de Economia e Estatísticas Agrícolas", a revista "Unasylva" e o "Boletim Fitossanitário da FAO". Um importante estudo anual, "O estado mundial da Agricultura e da Alimentação" analisa as condições e perspectivas da agricultura mundial para informação dos governos membros, dos economistas e de outros especialistas, bem como do público em geral.

A maioria das obras são publicadas nos três idiomas oficiais da FAO: espanhol, francês e inglês. Todas estas publicações podem ser obtidas na Seção de Distribuição e Venda de Publicações da FAO, ou em qualquer das 70 livrarias que se indicam no "Catálogo de Publicações da FAO", que é editado cada dois anos, e remetido gratuitamente a quem o solicitar.

No saguão da entrada principal da sede central em Roma, funciona uma livraria, na qual os visitantes podem examinar as publicações da FAO, bem como as da UNESCO e de outros organismos das Nações Unidas.

Os documentos da FAO que não são destinados a venda, poderão ser obtidos também na Seção de Distribuição e Venda de Publicações, mediante pagamento adiantado das despesas de remessa.

Bibliotecas e instituições podem fazer assinatura anual de todas as publicações e revistas que a FAO ponha à venda, ao preço especial de 60 dólares (ou equivalente em outra moeda aceita pela administração), o que representa um desconto aproximado de 50% em relação aos preços normais.

A BIBLIOTECA

A Biblioteca David Lubin — assim chamada em homenagem ao fundador (1909) do Instituto Internacional da Agricultura —, é uma das maiores bibliotecas agrícolas internacionais do mundo, reunindo uma média de 600.000 volumes e um arquivo com mais de 4.000 publicações periódicas de atualidade.

Além da principal coleção da FAO, a Biblioteca mantém os volumes herdados do Instituto Internacional da Agricultura e a coleção do antigo Centro Internacional de Silvicultura. A Biblioteca é especialmente rica em publicações oficiais do tipo econômico e estatístico, das quais possui cerca de 170.000 volumes. Conserva também uma ampla coleção de documentos das Nações Unidas e de seus organismos especializados relacionados com as atividades da FAO.

A Biblioteca empresta obras de seu acervo a outras instituições e bibliotecas, embora se venha restringindo cada vez mais o envio de material original, substituído por fotocópias os microfilmes.

O setor de bibliografia ajuda os leitores na localização dos textos desejados, ao mesmo tempo que presta assessoramento e assistência

principalmente às divisões técnicas da FAO — na recopilación de bibliografias sobre temas específicos. Reúne, também, mensalmente, artigos que são publicados pelas revistas sobre problemas de alimentação e de agricultura, em particular os relacionados com países em desenvolvimento. Esta informação é publicada em um boletim intitulado "FAO Library List of Selected Articles", que tem uma tiragem limitada de 750 exemplares.

Cabe mencionar, em destaque, a coleção de mapas que a Biblioteca possui para consulta. Compreende mapas mundiais e das grandes regiões, bem como dos diversos países e territórios, classificados da seguinte maneira: Solos, Geologia e Fisiografia, Aproveitamento da terra, Vegetação, Clima, Topografia e Diversos.

DIREÇÃO DE INFORMAÇÃO PÚBLICA

A Direção de Informação Pública prepara artigos especiais solicitados por revistas, anuários e enciclopédias, colaborando na preparação de material para difusão por emissoras oficiais ou comerciais, de rádio e televisão, além da distribuição de comunicados e notas de imprensa.

A Direção publica uma revista bi-mensal, "CERES", de interesse para dirigentes, industriais, educadores, escritores, e todas as pessoas preocupadas com o desenvolvimento agropecuário. É uma revista moderna, que contém notas de atualidade relacionadas com o trabalho da FAO e com o desenvolvimento econômico, notas estas assinadas muitas vezes por notáveis personalidades mundiais.

Outros serviços que podem ser de utilidade aos governos e às organizações interessadas em problemas de alimentação, agricultura e desenvolvimento, são a Filmoteca, o arquivo fotográfico, o setor de dispositivos, e a preparação de material gráfico em geral.

A Filmoteca tem cerca de 650 filmes doados pelos go-

vernos dos países membros, organizações não-governamentais e empresas comerciais. A maioria são do tipo educativo, apropriadas para os países em desenvolvimento, e documentários sobre problemas alimentares e demográficos, para conhecimento do público dos países desenvolvidos.

O arquivo fotográfico, com seus 50.000 negativos, está em condições de fornecer fotografias apropriadas para ilustrar artigos, folhetos, cartazes etc., sobre problemas relacionados com alimentação ou temas agrícolas.

Além de catálogos de filmes, a Direção de Informação Pública proporciona aos interessados catálogos de películas fixas, ("filmstrips") dedicados ao ensino e às atividades da Campanha Mundial Contra a Fome.

Finalmente, a Direção de Informação Pública, edita folhetos (como "FAO — o que é... o que faz... como atua") painéis documentários, um guia para conferencistas, séries fotográficas com texto explicativo apropriado para emissoras de televisão, material para montagem de pequenas exposições gráficas, cartazes etc.

SUBDIREÇÃO DE LEGISLAÇÃO

A Subdireção de Legislação oferece um serviço de consultas sobre a legislação dos estados-membros, referente a praticamente tudo que se relaciona com a produção de alimentos, a agricultura, a pesca, e as plantas. Atende principalmente a consulta dos governos membros, organizações internacionais e indústrias alimentares.

Cada dois meses se envia aos governos, a organizações internacionais e a biblioteca universitária, uma "Fólia de Legislação" contendo uma lista com anotações das novas leis relacionadas com a agricultura e a alimentação, baseada da revisão dos boletins oficiais de uma centena de países.

A Subdireção em questão, publica as seguintes obras:

— "Coleção Legislativa — Agricultura e Alimentação" — seleção trimestral de leis

ZONEAMENTO AGRÍCOLA

Roberto Chaves Ferreira,
(meteorologista do MA)

A oferta e a procura estabelecem um círculo de influências no qual também se situa a comercialização da produção agrícola.

Sómente um plantio com bases racionais, observando-se com certo rigor, as condições ecológicas locais, pode estabelecer um equilíbrio de preço, desde que, posteriormente ao estabelecido, sejam estudados e acompanhados os fatores que possam afetar o que por princípio ficou determinado.

Complementando a linha de raciocínio, poderíamos prosseguir, afirmando: um zoneamento agrícola, uma previsão de safra conjugada a uma previsão meteorológica a longo prazo, o seguro agrícola, constituem as componentes do sistema cuja resultante é o preço.

Muito embora, por princípio, seja o Zoneamento Agrícola um fator básico numa política de manutenção de preços, sua implantação não será fácil.

Uma esquematização e aplicação de um zoneamento de culturas com a conseqüente planificação de plantio e colheita, somente será definida com a obtenção de dados básicos para estudos de variabilidade climática, determinação de balanço hídrico, determinação de balanço térmico e, até mesmo, tornam-se necessários os estudos e previsão de pragas e doenças.

Definidas as condições do meio, supostamente ideais, a planificação de plantio e

colheita terão que ser acompanhadas de uma previsão a médio e longo prazo.

A previsão a longo prazo a ser estabelecida teria por base os valores das precipitações a ocorrerem, sendo os resultados previstos em cinco faixas, a saber: muito abaixo da normal; abaixo da normal, normal, acima da normal, muito acima da normal.

A previsão a médio prazo seria aplicada com a inclusão de outros fatores, além da precipitação, que de certa forma pudessem afetar a colheita, sendo que a formação de geadas, seria um fenômeno que poderia ser citado entre os previsíveis.

A importância da previsão a longo e médio prazo, desde logo se faz sentir porque, definidas as regiões produtoras, afetadas por fatores meteorológicos adversos, haveria o incentivo às regiões de idêntica produção e condições favoráveis.

A perda ou redução da safra seria suprida pelo seguro agrícola que, previamente, teria condições para análise da questão.

O Serviço de Meteorologia do Ministério da Agricultura, Instituições de Ensino e Pesquisa Agronômica, Equipe de Pedagogia e Fertilidade de Solos, Equipe Técnica de Comercialização e, em particular, o Seguro Agrícola, constituem os fundamentos desse sistema proposto em 1965 e com início previsto para 1971.

e regulamentos de importância internacional. Os exemplares avulsos podem ser obtidos escrevendo-se para a Seção de Distribuição e Venda de Publicações (\$ 3,50 e volume de quatro números, e \$ 1,00 cada número avulso), que também recebe pedidos de assinaturas.

— "Aditivos dos Alimentos — Legislação recente" — bo-

letim publicado dez vezes por ano, e cuja assinatura custa 6 dólares ou equivalente em moeda nacional.

Publica também estudos de direito comparado, em uma "Série Legislativa", com o propósito de ajudar os governos a harmonizar suas leis e regulamentos no tocante à agricultura e alimentação.

LEITE CRU

PROIBIDA VENDA PARA CONSUMO DIRETO

A propósito deste importante assunto, o chefe do Executivo baixou o Decreto n.º 66.183, de 5-2-70, regulamentando o Decreto-Lei n.º 963/69, que transcrevemos:

“O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 81 item III, da Constituição, e na conformidade do Decreto-Lei 923, de 10 de outubro de 1969, decreta:

Art. 1.º — É proibida a venda de leite cru para consumo direto da população, em todo o território nacional, nos termos do Decreto-Lei 923, de 10 de outubro de 1969.

Parágrafo único — Para os efeitos deste decreto, considera-se leite cru aquele que não preencher as especificações do art. 4.º.

Art. 2.º — A autoridade local competente poderá autorizar, em caráter precário, a comercialização do leite cru, comprovando-se:

I — que a área da autorização não possa ser abastecida permanentemente com leite beneficiado;

II — que o produto atenda às seguintes exigências:

a) proceder de propriedade rural dotada de instalações que permitam a obtenção de leite nas mais perfeitas condições de higiene;

b) proceder de rebanho leiteiro mantido em condições sanitárias satisfatórias;

c) ser distribuído ao consumo até 3 (três) horas após o término da ordenha; e

d) ser integral e satisfazer aos padrões oficiais.

§ 1.º — As autorizações expedidas na conformidade deste artigo consignarão, expressamente, a qualificação “em caráter precário”.

§ 2.º — Verificada a possibilidade do abastecimento com leite beneficiado, serão canceladas essas autorizações.

Art. 3.º — A autoridade competente inutilizará para consumo humano, “in natura”, o leite cru, cuja distribuição contrariar as normas deste decreto, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis ao infrator.

Art. 4.º — Para os efeitos deste decreto, entende-se por leite beneficiado para consumo direto da população aquele que preencha as seguintes especificações:

I — ser pasteurizado por processos aprovados, em aparelhagem adequada, provida de dispositivos de controle automático, de termo-regulador, de registrador de temperatura (termógrafo de calor) e outros que venham a ser considerados necessários para o controle técnico-sanitário da operação;

II — ser padronizado e filtrado por processos centrifugos;

III — atender aos padrões físico-químicos e biológicos previstos na legislação específica;

IV — ser, após a pasteurização engarrafado ou empacotado mecanicamente e, a seguir, distribuído ao consumidor armazenado em câmara frigorífica à temperatura máxima de 5º C (cinco graus centígrados), observando-se o prazo limite de sua distribuição, previsto na legislação específica;

V — ser controlado física, química e bacteriológicamente no estabelecimento beneficiador, em laboratório devidamente aparelhado, observando-se os padrões oficiais;

VI — ser envasado em embalagens invioláveis de vidro, material plástico, cartonado ou similares.

Art. 5.º — As autoridades locais competentes respondem pela observância das disposições deste decreto, sem prejuízo da fiscalização federal.

Art. 6.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogados o art. 509 do Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal com a redação dada pelo Decreto 1.255, de 25 de junho de 1962 e demais disposições em contrário.

Brasília, 5 de fevereiro de 1970; 149.º da Independência e 82.º da República.”

A AGROPECUÁRIA POTIGUAR E O CRÉDITO RURAL

O Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Norte enviou à direção desta revista ofício capeando memorial contendo observações a respeito da agropecuária do Estado, encaminhadas em memorial às mais altas autoridades da República.

O estudo em causa mereceu o apoio da Comissão Estadual de Planejamento Agrícola e do Conselho Estadual da Agricultura daquela unidade federativa, o que no entender do ilustre presidente daquela Federação "guardadas as devidas proporções e peculiaridades, reflete sombriamente a atual conjuntura dos proprietários e produtores rurais do Nordeste brasileiro, que se deparam com as mesmas vicissitudes e percalços, admitindo-se, para não se fugir à regra geral, felizes e poucas exceções".

Atendendo, prazerosamente, ao apêlo que nos encaminhou a Federação da Agricultura do Rio Grande do Norte aqui reproduzimos o estudo, que muito servirá para orientação daqueles que, nos âmbitos estadual e federal, têm de olhar e tomar providências no sentido do atendimento das reivindicações da região nordestina.

Eis o estudo:

MOACYR TORRES DUARTE

Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Norte.

INTRODUÇÃO

Fazendo uma agropecuária altamente sensível às condições pluviométricas, com rendimentos baixíssimos, mercado pouco expressivo e falta de flexibilidade para substituir as culturas tradicionais, o produtor nordestino aferra-se ao binômio algodão/gado, como tábua de salvação, muito embora saiba que ambos estão em crise.

Os instrumentos com que conta, principalmente o crédito e a assistência técnica, são extremamente deficientes. O primeiro, pela alta taxa de juros, comissões e prazos muitas vezes inadequados, o segundo, por ter sua eficiência na dependência do primeiro e das informações de pesquisas agrônomicas e, ainda, por atuar numa estrutura fundiária, altamente deficiente, com uma população rural de baixo nível educacional.

Por outro lado, enquanto o atual processo de comercialização drena do produtor parte dos seus lucros, os preços dos insumos agrícolas ano a ano vêm subindo, onerando cada vez mais os custos de produção. É essa, em síntese, a situação real do agricultor potiguar.

IMPORTÂNCIA DO BINÔMIO: ALGODÃO/GADO

Tendo sua economia baseada fundamentalmente no setor agropecuário, o Estado do Rio Grande do Norte é, entre as

unidades federadas, uma das mais dependentes dos fenômenos climáticos e, também, das variações de preços que sofrem seus produtos nos mercados nacional e/ou internacional.

Trabalhando com a média do período 1956/66, a preços constantes (de 1956), onde eliminamos os efeitos distorcivos provocados pelo processo inflacionário — podemos constatar que a representatividade assumida pela cotonicultura, no valor total da produção agrícola do Estado, foi da ordem de 52,3%. Observando-se, por outro lado, o montante do valor da agropecuária, novamente a cotonicultura se destaca como a atividade mais importante, contribuindo com 37,6% desse montante, sendo a bovinocultura a segunda atividade em importância econômica, com participação de 11,9% do valor total da produção no setor agropecuário estadual.

De imediato, constata-se a grande expressão econômica do binômio algodão/gado. A importância desse binômio se coaduna e se funde, cada vez mais, num elo de características marcadamente compensatórias, mormente quando se sabe que é na pecuária, onde o proprietário rural busca compensar as frustrações e adversidades emanadas da sua atividade agrícola.

Entretanto, com o transcorrer dos anos, as crises — sejam do sistema produtivo, sejam de preços — que se abateram só-

bre a atividade agrícola, tendem, cada vez mais, a distanciar o equilíbrio, provocando profundas repercussões na manutenção do status e na expansão da atividade pecuária.

CRISE DO PROPRIETÁRIO RURAL

Os proprietários rurais do Rio Grande do Norte, através de um processo cumulativo de descapitalização, estão economicamente em situação de insolvência perante suas fontes financiadoras — os bancos oficiais. Embora algumas agências considerem alto os ressarcimentos de empréstimos, o que ocorre, normalmente, é o levantamento de novos créditos para cobrir parcelas vencidas.

Tal situação é consequência do empobrecimento que há décadas vem ocorrendo no setor rural, decorrente principalmente do aviltamento de preços dos produtos agrícolas, encarecimento dos custos de produção e o escorchante preço do dinheiro.

Se atentarmos para o desequilíbrio entre os preços dos insumos agrícolas, produtos industrializados, e o que é pago ao produtor rural, podemos compreender, sem grandes dificuldades, o drama da agropecuária potiguar.

Por sua vez, os rendimentos agrícolas mantendo-se nos níveis atuais, é fácil concluir que se gasta cada vez mais para ob-

ter o mesmo, ou quantitativos inferiores.

Na hora de resgatar seus compromissos financeiros junto à rede bancária oficial, o proprietário é levado a assumir uma série de procedimentos, sendo os mais comuns:

- venda de gado para pagar custeios agrícolas e/ou investimentos;
- novas modalidades de financiamentos para cobrir o empréstimo original;
- obtenção de dinheiro nos bancos particulares;
- apelo à agiotagem;
- indiferença face ao problema. Neste caso o mutuário fica impossibilitado de operar na rede bancária oficial, seu débito passa a crescer, pois começa um processo cumulativo de juros sobre juros.

SITUAÇÃO BANCÁRIA

1. Aspectos Gerais

A baixa viabilidade econômica do processo produtivo — principalmente das explorações tradicionais absorvedoras da maior proporção dos financiamentos rurais — impede o agricultor de obter poupança em sua atividade. Assim sendo, o mesmo é obrigado a continuar procurando a rede bancária para fazer os seus empréstimos e, gradativamente, vai se descapitalizando.

O que se observa, atualmente, no setor agrícola, é a diminuição constante da rentabilidade do capital aplicado e da produtividade, um aumento de taxas e de juros, dos preços dos insumos e da carga tributária.

O elevado número de municípios atendidos em cada agência de crédito e a procura atomizada em determinadas épocas do ano são causas de encarecimen-

to das operações, tendo em vista as despesas de deslocamento e hospedagem que o mutuário é obrigado a fazer, sempre por mais de uma vez.

3. Taxas e Juros

Diante da realidade atual de nossa agricultura, pode-se afir-

mar que são elevadas as taxas, os juros e as comissões, cobradas nos empréstimos rurais.

Se adicionarmos aos juros, taxas e comissões, outras despesas, como: registro de contrato, avaliação, passagem e hospedagem do mutuário em valor superior a 50 vezes o

QUADRO II
Juros Cobrados por Estabelecimento

VALORES LIMITES	BB	BNB	BANDERN	BNCC
Até 50 vezes o maior salário-mínimo vigente no País.....	9%	13%	14%	12%
De 50 a 500 vezes o maior salário mínimo vigente no País.....	15%	18%	18%	14%
Acima deste teto (valor).....	18%	18%	18%	14%

FONTE: — ANCAR — (RN).

maior salário-mínimo vigente no País verifica-se que o custo do dinheiro eleva-se a uma percentagem superior a 18% ao ano

Um outro aspecto importante é o da cobrança dos juros e comissões, feitas em junho e dezembro, de cada ano de vigência do contrato. Como sabemos,

Exemplo:

EMPRÉSTIMO NO VALOR DE NCR\$ 15.000,00

ENCARGOS DO AGRICULTOR EM UM ANO	BB	BNB	BANDERN
Juros %.....	12	12	12
Comissões %.....	3	6	6
ISOE (imposto sobre operações financeiras).....	0,5	0,5	0,5
Taxa de avaliação e fiscalização.....	0,05	0,05	1,0

OBS.: Não estão incluídas as despesas de transporte e hospedagem do mutuário.

QUADRO I

2. Estabelecimentos Bancários que Operam com Crédito Rural

NOMES	N.º de agências	N.º médio de municípios atendidos por agência
Banco do Brasil.....	8	17
Banco Nacional de Crédito Cooperativo	2	1
Banco do Nordeste.....	7	16
Banco do Estado do Rio Grande do Norte.....	3	50
TOTAL.....	20	—

* — O BNCC atende somente cooperativas.
FONTE: — ANCAR — (RN).

no Estado do Rio Grande do Norte, o mês de junho não é o de obtenção de renda líquida por parte do produtor rural, ficando o mesmo impedido de saldar seus compromissos, os quais são acrescidos ao capital principal e passará a pagar juros sobre juros. Com efeito, no mês supracitado, o agricultor tem colhido apenas o milho e feijão gastos, praticamente, no consumo familiar. Embora seja época de comercialização de gado para abate, a forma atomizada da oferta provoca, no atacado, sensível queda de preços, que tem restrita repercussão no varejo.

E, finalmente, um outro problema é o da carência dada aos investimentos rurais, apenas sobre o valor principal, não ocorrendo o mesmo em relação

aos juros e comissões. A título de ilustração, verifica-se que num empréstimo no montante de NCr\$ 15.000,00, com dois anos de carência, o mutuário, pagando apenas os juros e comissões, arca com uma quantia de NCr\$ 4.500,00 para o Banco do Brasil e de NCr\$ 5.400,00 para os Bancos do Nordeste e do Estado, devido às diferentes taxas de comissões cobradas por esses estabelecimentos. Em virtude disso, o produtor rural, na maioria das vezes, é obrigado a se desfazer de parte do seu patrimônio para saldar esses compromissos, exigíveis durante o período de carência, que, geralmente, vai de um a dois anos.

PREÇOS DOS PRODUTOS E INSUMOS AGRÍCOLAS

No estudo dos diversos fatores que compõem a problemática da agricultura potiguar, merece um destaque especial os preços dos produtos e insumos agrícolas.

Analisando-se a evolução dos preços do algodão em rama ou, em outras palavras, aqueles que são recebidos pelos produtores X, os preços alcançados pelos seus subprodutos, o que vale dizer, os preços recebidos pelos usineiros, poderemos compreender o estágio de acelerada descapitalização a que foi submetido o agricultor, durante o período de 1963/69, série adotada para estudo.

Durante a média desse período, os preços do algodão em rama apresentaram um crescimento relativo da ordem de 268,57%, enquanto o mesmo índice, para os preços do algodão em pluma, do caroço, do linter, da torta e do óleo foram, respectivamente, 432,14%, 448,28%, 381,00% e 871,42%. Pela comparação desses percentuais, constata-se, de imediato, que a evolução média dos preços, ao nível do agricultor, foi bem inferior à verificada ao nível do usineiro. No que pese as diferenças de custos de produção existentes, depreende-se que o cotonicultor encontra-se numa posição inferiorizada, posto que o processo inflacionário, incidindo fortemente sobre um único produto, cujos preços crescem lentamente, não lhe dá margem a pulverizar os acréscimos de custos, como podem fazer os usineiros refratários, através de vários subprodutos que, mesmo sob diversas restrições conjunturais de demanda, têm seus preços evoluindo numa velocidade superior ao do produto-base.

Devemos ainda destacar a relação existente entre os preços

QUADRO III EVOLUÇÃO DOS PREÇOS DO ALGODÃO E SEUS SUBPRODUTOS NCR\$/kg

PRODUTOS	ANOS	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969
Algodão em caroço	V.A.	0,15	0,30	0,36	0,36	0,50	0,55	0,60
	V.R..	100	200	240	240	333	367	400
Algodão em pluma(I)	V.A.	0,54	0,45	1,07	1,38	1,50	2,17	2,55
	V.R..	100	132	315	406	441	638	750
Caroço de Algodão	V.A.	0,04	0,12	0,16	0,16	0,18	0,25	0,30
	V.R..	100	300	400	400	450	625	750
Linter	V.A.	0,08	0,10	0,18	0,30	0,55	0,60	0,70
	V.R..	100	125	225	375	688	750	875
Torta de caroço	V.A.	0,03	0,06	0,11	0,12	0,14	0,16	0,18
	V.R..	100	200	367	400	467	533	600
Óleo	V.A.	0,08	0,52	0,55	0,60	0,73	1,10	1,30
	V.R..	100	650	688	750	912	1.375	1.625

FONTE: Secretaria de Estado da Agricultura — Departamento de Classificação de Produtos Agropecuários. Cálculos efetuados pela CEPA — RN, 1970.

(*) — Preços médios por kg. para o mercado nacional.

do algodão em rama, os do caroço e os da torta, uma vez que os três fazem parte integrante das atividades agropecuárias dos produtores.

Assim, enquanto em 1963 o produtor, para adquirir 1 kg de sementes e/ou torta, despendia, respectivamente, 26,7% e/ou 20,0% do resultado da venda da mesma quantidade de algodão em rama, em 1964, essa relação se alterava para 40,0%, relativamente ao caroço, permanecendo a mesma quanto à torta. No ano seguinte, 1965, surge nova modificação, passando a

ser necessário manter a relação 1 para 1 dispêndios, da ordem de 44,4% e/ou 30,5% para aquisição de, respectivamente, caroço e/ou torta. Já no triênio 1966/68, os gastos que os produtores faziam com o produto da venda de 1 kg de algodão em rama, para aquisição da mesma quantidade de sementes e/ou torta, são da ordem de 44,4% e/ou 33,3% em 1966; 36,0% e/ou 28,0% em 1967 e 45,4% e/ou 29,1% em 1968. Finalmente, no último ano da série, para a aquisição do mesmo volume de sementes e/ou torta, era neces-

QUADRO IV EVOLUÇÃO PERCENTUAL DOS PREÇOS DOS SUBPRODUTOS DO ALGODÃO EM RELAÇÃO AO ALGODÃO EM RAMA

ANOS	RELAÇÕES	Torta/ Algodão em rama %	Linter/ Algodão em rama %	Óleo/ Algodão em rama %	Caroço/ Algodão em rama %
1963		20,0	53,3	53,3	26,7
1964		20,0	33,3	173,3	40,0
1965		30,5	50,0	162,8	44,4
1966		33,3	83,3	166,7	44,4
1967		28,0	110,0	146,0	36,0
1968		29,1	109,1	200,0	45,4
1969		30,0	116,7	216,7	50,0

FONTE: Quadro I — Relação percentual.

sário 50,0% e/ou 30,0% do total da renda auferida pela venda

de um quilo de algodão em rama.

Preços dos subprodutos

Preços do algodão em rama

x 100

Se considerarmos, ainda, a relação algodão em rama/óleo do caroço, e admitindo que esses subprodutos fazem parte da dieta alimentar do produtor, observamos que, nos extremos da série estudada para a aquisição de 1 kg de óleo, o agricul-

tor despendia 53,3% da renda auferida com a venda da mesma quantidade de algodão em rama e que, no último ano da série (1969), para obter a mesma unidade de óleo, eram necessários 2,167 kg de algodão em caroço.

nesse período, o pulverizador, com evolução de 667%.

Vale destacar que, em comparação à evolução dos preços do algodão em rama, esses dois insumos cresceram mais rapidamente em, respectivamente, 367% e 2.200%, entre os anos de 1963 e 1969.

Essa desigualdade se acentua quando se confronta a paridade de preços desses produtos, com a do algodão em rama.

Utilizando-se apenas os pontos extremos do período adotado para estudo, uma vez que atende aos objetivos almejados e evita uma análise descritiva alongada, inferimos que, em relação aos insumos de origem industrial, os produtos agrícolas perdem aceleradamente seu poder de compra.

Assim, enquanto, em 1963, os agricultores necessitavam, para aquisição de um cultivador, dispor de 33,3 kg de algodão em rama, em 1969, para comprar o mesmo cultivador, eram necessários 75 quilos daquele produto, o que, em termos relativos, correspondem a necessidades em acréscimos de dispêndios de respectivamente, 3.333,3% e 7.500%.

Para a aquisição de uma simples enxada manual, no primeiro ano da série, 2,33 kg de algodão em rama eram suficientes, passando, no final desse período, necessariamente, a 5,16 kg. Quanto à enxada de cultivador, nos pontos extremos do período, o agricultor necessitava dispor de 4 e 10 kg, respectivamente.

Para o pulverizador e o inseticida, só poderiam dispor desses insumos aqueles produtores que tivessem condições de subtrair, do total de suas rendas em 1963, o valor correspondente a 80 kg e 2,7 kg de algodão em rama. Para realizar a mesma compra em 1969, seriam necessários 133,3 kg e 16,7 kg de algodão em rama, respectivamente.

Finalmente, no que se refere ao arame farpado, verificamos que, para se obter um rôlo de 20 kg, em 1963, ter-se-ia que apurar o valor correspondente a 16,6 kg de algodão em caroço e, em 1969, o equivalente a 38,8 kg.

Estendendo, ainda, nossa análise aos percentuais dos gastos dos consumidores, que chegam até aos produtores, identificamos, para a relação preços do algodão em caroço/preços do algodão em pluma, que, durante a média do período estudado, seus produtores receberam 36% dos gastos dos consumidores. Como, porém, o usineiro tem à sua disposição as sementes e considerando que não faça outros beneficiamentos, salvo as vendas em estágio natu-

QUADRO V
EVOLUÇÃO DOS PREÇOS DOS PRINCIPAIS
INSUMOS AGRÍCOLAS

INSUMOS	ANOS	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969
Cultivador	V.A.	5,00	10'00	15,00	20,00	25,00	35,00	45,00
	V.R..	100	200	300	400	500	700	900
Enxada manual	V.A.	0,35	0,75	1,42	1,60	2,00	2,70	3,10
	V.R..	100	214	406	457	571	771	886
Enxada cult. (terno)	V.A.	0,60	0,90	1,80	2,65	3,40	4,20	6,00
	V.R..	100	150	300	442	567	700	1.000
Pulverizador	V.A.	12,00	15,00	25,00	38,00	50,00	54,00	80,00
	V.R..	100	125	208	317	417	450	667
Inseticida	V.A.	0,40	1,50	3,00	3,00	4,00	5,00	10,00
	V.R..	100	375	750	750	1.000	1.250	2.500
Arame farpado rôlo - 20kg	V.A.	2,50	3,50	12,00	15,00	18,00	20,00	23,00
	V.R..	100	140	480	600	720	800	920

FONTE: — COFAN

Adicionando-se à nossa análise a evolução dos preços dos principais insumos de origem industrial, utilizados na agricultura, observamos que, entre

os anos de 1963 e 1969, o produto que apresentou maior percentual de evolução foi o inseticida, com incremento de 2500% e, em posição inversa,

QUADRO VI
RELAÇÃO PREÇOS/KG ALGODÃO EM RAMA/UNIDADES
DE INSUMOS AGRÍCOLAS

INSUMOS ANOS	Cultivador %	Enxada manual %	Enxada de cultivador %	Pulverizador %	Inseticida %	Arame farpado (rôlo) %
1963	3.333,3	233,3	400,0	8.000,0	266,7	1.666,7
1964	3.333,3	250,0	300,0	5.000,0	500,0	1.666,7
1965	4.166,7	394,4	500,0	6.944,4	833,3	3.333,3
1966	5.555,5	444,4	736,1	10.555,6	833,3	4.166,7
1967	5.000,0	400,0	680,0	10.000,0	800,0	3.600,0
1968	6.363,6	490,9	763,6	9.818,1	909,1	4.000,0
1969	7.500,0	516,7	1.000,0	13.333,3	1.666,7	3.833,3

FONTE: Quadros III e V.

**QUADRO VII
PERCENTUAIS DOS GASTOS DOS CONSUMIDORES
QUE CHEGAM ATÉ OS PRODUTORES**

ANOS	Algodão em rama	Algodão em rama
	Algodão em pluma	Algodão em pluma Caroço de algodão
1963	44,1	39,5
1964	66,7	52,6
1965	33,6	29,5
1966	26,1	23,4
1967	33,3	29,8
1968	25,3	22,7
1969	23,5	21,0

FONTE: Quadro I.

ral, verificamos, da nova relação de preços do algodão em caroço/preços do algodão em pluma/mais preços das sementes de algodão, que, na média da série, os produtores receberam dos gastos dos consumidores apenas 31%.

Do exposto, em linhas anteriores, pode-se observar que os produtores, dentro do contexto produtivo estadual, estão localizados numa posição, onde ficam sujeitos a pressões, não só dos intermediários do processo de comercialização, mas, também, das disparidades existentes entre os índices de evolução de preços dos seus produtos, relativamente aos dos insumos de origem industrial, além das crescentes taxas e juros do sistema bancário, acrescidas de onerantes encargos tributários. Fica, por conseguinte, evidenciado que o produtor agrícola ainda continua sendo um dos principais agentes financiadores dos demais setores do sistema produtivo, embora não tenha a mínima condição para continuar a exercer essa função histórica.

No que toca à atividade pecuária, onde a bovinocultura de corte e de leite tem um alto coeficiente de representatividade — mais de 75% do valor médio da produção animal de 1956/66 — é de observação corrente que esta atividade, em função do aviltamento dos preços agrícolas, tem-se deslocado de uma posição subsidiária para representar a principal fonte de renda do produtor rural. Como esta constatação é relativamente genérica, não sabemos até onde poderá ser sustentada, baseados não só nos exemplos pretéritos concretos, mas, principalmente, se se levar em conta que, dentro de uma visão prospectiva mais ampla, existe uma forte tendência ao agravamento dos problemas que as-

sediam à bovinocultura, isto se não se procurar modificar as tendências.

No trabalho da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Norte, que tem como título "A crise do binômio algodão/gado na economia potiguar", extraímos, às páginas 13 e 14: "Poder-se-ia alegar que a carne é cara. Mas não se deve confundir baixo poder aquisitivo com preço alto. Se se computar o preço da terra, o custo do bezerro, as despesas de trato, o tempo de pastoreio, os gastos com concentrados, os juros de capital em 4 anos, além da carga tributária, um boi de 10 arrôbas, vendido por NCr\$ 270,00, preço vigente no mercado, está longe de representar um negócio vantajoso. E atente-se para o fato de que, na crista da espiral inflacionária, de 1958 a esta data, a carne foi um dos produtos que sofreu o menor índice de majoração. Exemplifiquemos, embora elementarmente: em 1958 o salário-mínimo, em Natal era de Cr\$ 1.800,00 e custava um quilo de carne Cr\$ 120,00. Um operário para adquirir um quilo de carne precisaria trabalhar 16 horas, o equivalente a dois dias de trabalho. Em 1969 o salário-mínimo, em Natal, é de NCr\$ 98,00 e um quilo de carne custa NCr\$ 3,50. O operário precisa trabalhar 8 horas para adquirir um quilo do produto, ou seja, trabalhar o equivalente a um dia de trabalho".

COMERCIALIZAÇÃO

A inexistência de informações de mercado, aliadas ao pouco dinamismo dos órgãos que têm por função regularizar e simplificar o processo de comercialização, além dos juros, taxas, comissões e restrições impostas pelo sistema bancário, têm contribuído, diretamente, para marginalizar, cada vez mais o elemento responsável

pelo processo produtivo e, indiretamente, para reforçar o agente intermediário, geralmente sensível aos estímulos de mercado.

O pequeno agricultor, isolado em sua gleba, realiza todas as operações comerciais com os agentes intermediários itinerantes aos quais, na maioria das vezes, por anos a fio, é deverdor, o qual lhe impõe vendas antecipadas, isto é, na folha.

A nível do médio e dos grandes produtores, o processo apresenta algumas modificações. Estes, possuidores de melhores meios de locomoção, estabelecem contato direto com os usineiros. Os maquinistas, além do sistema de compras que adotam — ora pagando uma parte, ora deixando para acertar os preços com 90/120 dias — ainda submetem os produtores a uma série de medidas, entre outras, o peso registrado por sua balança e a classificação dos seus empregados.

Quanto à pecuária bovina, a comercialização ainda está bastante desorganizada, em virtude das irregularidades no fluxo de oferta, provocando, pela baixa produtividade do rebanho crioulo, pela incipiência dos suportes forrageiros, pelas doenças e pela inexistência de uma unidade de abate o aproveitamento industrial dos animais que se destinam ao consumo.

Cumprir destacar que o sistema cooperativista, existente no Estado, longe está de provocar modificações de vulto no processo de comercialização. Segundo dados do DCOR, em 1969, funcionavam, no Estado, 39 cooperativas mistas, 9 cooperativas de crédito e 10 de consumo, que tinham de per si 16.907, 10.045 e 2.638 associados, perfazendo um total de 29.590. Transcrevemos, a seguir, algumas conclusões do item 5 — Capítulo VI do Anteprojeto ao Programa de Trabalho da ANCAR — (RN), por sintetizar, de modo irrefutável, as principais características das cooperativas em atuação no Estado: 1) "que o capital por sócio e por cooperativa é reduzido, acarretando, em consequência, impossibilidade de atendimento eficiente à coletividade associada; 2) ausência de recursos por parte das cooperativas para investir em serviços como: provisão de insumos, infra-estrutura para comercialização ou industrialização da produção agrícola; 3) o capital subscrito representa, praticamente, o capital realizado; 4) dentre as cooperativas são as mistas aquelas de mais precárias condições financeiras, visto serem os sócios, agropetuaristas em geral, de reduzi-

5) aproximadamente 2/3 das cooperativas, em funcionamento, são mistas, proporcionando mais possibilidade em potencial de atendimento ao setor agrícola".

CONCLUSÕES

- 1) Os juros, comissões e prazos dos bancos oficiais são inadequados à realidade agropecuária do Rio Grande do Norte, visto estar baseada em culturas tradicionais, altamente sensíveis às condições naturais e apresentando baixa produtividade.
- 2) A tecnologia atualmente empregada pouco tem conseguido em termos de impacto no aumento dos rendimentos.
- 3) A falta de experimentação agropecuária, com técnicas que absorvem grandes inversões, tais como: correção de solo, adubação e irrigação, impedem o produtor de transformar sua agricultura tradicional através do emprego de fatores modernos de produção.
- 4) O período de pagamento de juros, feito semestralmente, cria sérias dificuldades para o mutuário, uma vez que a cobrança do 1.º semestre se dá num mês (junho) em que não há, na empresa rural, renda líquida suficiente.
- 5) A assistência técnica ao nível do produtor é incapaz de produzir impactos, pois sua eficiência depende do emprego do crédito rural e das informações da pesquisa agrônoma, ambos com grande deficiência.
- 6) O sistema cooperativo muito pouco tem feito no sentido de realizar uma comercialização mais efetiva, em termos de compra e venda de produtos e insumos agrícolas.
- 7) A inexistência de informações de mercado, aliadas ao pouco dinamismo dos órgãos públicos que têm por função regularizar e facilitar o processo de comercialização, colocam os produtores nas mãos especulativas dos intermediários.
- 8) Os produtores rurais têm perdido, progressivamente, seu poder de compra, seja para a aquisição de insumos do próprio setor ou para a obtenção de produtos de origem industrial.
- 9) Os agricultores enfrentam substanciais problemas de aferição de peso na venda do algodão e na compra da torta, além das imposições impostas pela classificação das usinas beneficiadoras.
- 10) Os percentuais dos gastos dos consumidores que chegam até os produtores in-



19.ª EXPOSIÇÃO DE ANIMAIS EM BARRETOS

O Sindicato Rural do Vale do Rio Grande fará realizar de 2 a 10 de maio próximo, no Recinto "Paulo de Lima Corrêa", a 19.ª Exposição de Animais e Produtos Derivados.

Trata-se de mostra de âmbito nacional, destinada a alcançar os melhores resultados, como tem acontecido com idênticos certames promovidos e realizados pelo prestigioso órgão da classe rural do próspero município.

Os animais serão recebidos a 27 e 28 de abril. O julgamento dos produtos se dará de 29 a 30 e 1.º de maio. A inauguração será a 2 de maio, às 15 horas, encerrando-se a exposição no dia 10.

Gentilmente convidada, a redação desta revista tudo fará para ser presente, mas desde logo agradece a gentileza e faz votos pelo completo êxito de mais essa brilhante iniciativa dos pecuaristas de Barretos.

dicam elevadas margens absorvidas pelos serviços de intermediação, em detrimento do produtor.

Face ao exposto, a Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Norte, entidade sindical de grau superior, coordenadora das atividades econômicas da agricultura, neste Estado, interpretando os anseios e as reivindicações dos ruralistas norte-riograndenses, legitimamente postula:

- 1) mobilização e oferta de recursos financeiros substanciais e tempestivos, através de crédito devidamente orientado;
- 2) dilatação dos prazos e período de carência dos contratos de financiamentos agropecuários em função do objetivo e da rentabilidade do entendimento a ser financiado;
- 3) redução dos custos operacionais (taxas, juros e comissões) dos financiamentos agropecuários capazes

de motivar e acelerar o processo de desenvolvimento do setor primário;

- 4) Exame da situação dos ruralistas que contrairam empréstimos para suas atividades e que se encontram em dificuldades de resgate, buscando-se soluções para cada caso e evitando-se a penhora de suas propriedades e as correspondentes ações executivas em curso;
- 5) providência do Banco Central do Brasil junto aos agentes financeiros que distribuem créditos rurais, abolindo-se a exigência de concessão de financiamento sob a dependência da reciprocidade de depósito;
- 6) concessão de financiamentos pecuários aos clientes que já tenham responsabilidades de financiamentos agrícolas, embora em atraso ou não totalmente ressarcidas.

Natal, Rio Grande do Norte, 1.º de março de 1970.

CLIMAS DA BAHIA

ADALBERTO SERRA

(ESTUDO REALIZADO NO CONSELHO NACIONAL DE PESQUISAS)

Ibipetuba — 10°55'S — 44° 24'W — 436 ms. Clima Awg

É de 24°,6 a temperatura média anual, sendo mais quente, acima de 25°, o período Setembro a Dezembro, com o máximo de Outubro, típico do Brasil Central (26°,5). Janeiro constitui um mínimo relativo (24°,6), e Fevereiro o máximo secundário (24°,8), sob amplitude reduzida (0°,2).

Na verdade, a temperatura se mantém estável, em torno a 24°,7 de Janeiro até Abril, declinando na fase mais fresca do inverno até 22°,2 em Julho. Mas de Maio a Agosto as médias ficam abaixo de 24°, com Junho 22°,5 e Julho 22°,2 resultando por comparação uma amplitude anual de 4°,3.

Temos desse modo um período muito quente de Setembro a Novembro, e outro mais fresco de Junho a Agosto, com verão e outono sob temperatura estável.

Tomando para referência a normal do ano, só de Maio a Agosto as médias mensais lhe são inferiores.

A média anual das máximas é muito elevada, com 33°,9, os valores oscilando 5°,0, de 36°,9, — Outubro a 31°,9 (Fevereiro); os dias se apresentam mais quentes, acima de 36° em Setembro e Outubro, com Agosto já sob 35°,6, e Novembro ainda 34°,6. No verão, nota-se declínio devido às chuvas, resultando máximas inferiores

a 33° desde Janeiro até Abril, mas com valor estável, 33°,4, de Maio a Julho.

Claro está que o inverno seco será mais quente de dia, que o verão chuvoso e encoberito.

As mínimas, de média anual 17°,1, são mais elevadas, acima de 19° no início das precipitações, de Outubro a Dezembro, com máxima em Novembro: 19°,3. Estabilizam-se no verão, de Janeiro a Abril, em torno a 18°,5, ocorrendo fraca onda secundária de amplitude 0°,5, entre Janeiro (18°,5) e Fevereiro 19°,0.

Declinam bastante os valores desde Maio, permanecendo de Junho a Agosto abaixo de 14°,0. Os meses extremos são Novembro com 19°,3 e Julho 13°,0, sob uma amplitude anual de 6°,3.

Já a amplitude diária tem média anual 16°,0, e se conserva mais reduzida, abaixo de 14°, de Janeiro a Abril, época das chuvas (com mínimo 12°,9 em Fevereiro). Eleva-se desde Maio, e de Junho a Setembro supera 19°, com 20°,2 em Agosto, notando-se ainda 18°,5 em Junho.

Na primavera alcança índices de 16°,8 (Outubro), mas só pouco acima dos 14° em Novembro-Dezembro.

Foi bastante elevada, como sempre ocorre, no médio São Francisco, a máxima absoluta registrada, de 43°,9 (Setembro). Valores acima de 40° se verificam desde Agosto até Dezembro, e mesmo no inverno, ou de Abril a Julho, temperaturas além de 38° poderão ser observadas.

Quanto à mínima absoluta revelou-se muito baixa para a latitude (5°,4 — Junho); no inverno, aliás, de Maio a Julho, valores aquém de 7° podendo-se verificar, ou abaixo de 8° até Setembro.

Somente no período de Janeiro a Abril os termômetros nunca descem aquém de 10°, chegando contudo a menos de 12°.

Segue-se uma amplitude absoluta de 38°,5.

Praticamente não existem dias frescos (4), pois os quentes somam 361, os primeiros ocorrendo apenas em Novembro-Dezembro, sob taxa mensal 2.

Já no período noturno dá-se o contrário, dado que há apenas 56 noites quentes, sob taxas mensais 5-7 no período Dezembro-Abril ou 0-1 nos meses de inverno. Assim, convirá transcrevermos as séries de dados:

	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	Ano
Noites quentes	6	7	7	5	2	1	—	1	3	10	9	5	56
Noites frescas	25	21	24	25	29	29	31	30	27	21	21	26	309

Climas da Bahia

São portanto frescas tôdas as noites de Maio a Setembro, e a grande maioria nos demais meses.

Os ventos permanecem muito frescos, sob média anual 1,1 m p s, com escassa amplitude (0°3), entre os extremos 0°9 (Março) e 1,2 (Outubro). Não houve qualquer registro de ventanias.

Quanto à umidade, participa da redução típica da zona seca, com média 74,1%. Torna-se mais acentuada no período chuvoso, acima de 78% de Dezembro a Abril, ou de 80% em Fevereiro-Março; com máximo no último, sob 80,8%. O período mais seco, abaixo de 65%, transcorre de Julho a Outubro, com Agosto e Setembro abaixo de 60% (ambos aliás definindo o mínimo: 59,7%).

A nebulosidade, sob média anual 5,8, é mais acentuada de Novembro a Março, quando supera 7,0, com máximo 7,6 em Fevereiro. Torna-se mais reduzida, abaixo de 4,0 nos meses secos, de Junho a Agosto, com mínimo de 3,5 em Julho, ou sejam 4,1 de amplitude anual.

Há 112 dias encobertos, com extremos 17 em Novembro e 2 em Julho. Nos meses de Outubro a Março ocorrem sempre 12 a 15 dias em geral, os restantes registrando menos de 10, até apenas 2 em Junho-Julho ou Agosto.

Quanto aos dias claros totalizam 66, quase metade dos anteriores. No inverno supera 10 a taxa mensal, com 13 dias em Agosto. Mas de Outubro a Abril, apenas 2-3 dias (1 em Fevereiro) poderão ocorrer por mês.

A precipitação participa dos fracos valores limítrofes do clima B, com 900 mm, os totais mensais variando de 2 mm em Julho a 162 em Dezembro (ou Fevereiro).

De Novembro a Março todos os meses superam 100 mm, ou mesmo 150 de Dezembro a Fevereiro.

O período Maio a Setembro é bastante seco, sob taxas mensais aquém de 20 mm, com Julho e Agosto sob 2 mm cada.

Quanto à maior altura em

24 horas só alcançou 100 mm (Fevereiro), os diversos meses indicando valores todos acima de 50 mm salvo no período de inverno, quando a maior chuva não ultrapassou 20 mm.

Há apenas 67 dias de precipitação, dos quais 28 superam 10 mm. Os primeiros se distribuem a taxas mensais 10-11 dias de Novembro a Fevereiro, ou ainda 6-9 nos meses de Outono, com 6 em Outubro. Mas de Maio a Setembro temos apenas 0 a 1 dia por mês, tudo conforme a série:

11 — 11 — 9 — 6 — 1 — 0
— 0 — 0 — 1 — 6 — 10 —
11 = 67

As trovoadas somam 38, ocorrendo 4 a 8 por mês, no período Outubro a Março (8 em Janeiro), com 2 apenas em Abril e Setembro, mas 0 no período Maio e Agosto.

São mais raros ainda os nevoeiros, apenas 7 por ano, sob taxas mensais 1-2 na fase Dezembro a Maio, não se formando aliás de Junho a Novembro.

Por fim, é muito frequente o orvalho, no total de 235 dias, com maiores taxas, 21-24 na fase Março a Julho, e menores, 16-18, de Setembro a Dezembro.

O clima de Ibipetuba é assim quente de dia, sob máximas elevadas; mas fresco à noite, com apenas 56 mais quentes. Temperatura média elevada, e umidade já reduzida, sob nebulosidade apenas regular. As máximas e mínimas são pronunciadas, sobretudo as primeiras. Chove pouco, e raramente, com poucas trovoadas, sendo o número dos dias encobertos duplo dos claros. Ventos fracos, tornam penoso o calor, mas as noites se apresentam sempre agradáveis.

Barreiras — 12° 08'S —
45°00'W — 500 ms. Clima
Awg

É de 24°2 a temperatura média, com extremos 26,5 (outubro) e 22°1 (Junho), sob amplitude portanto 4°4. O período mais quente trans-

corre de Setembro a Novembro, acima de 25° (ou de 26° até Outubro). Segue-se uma fase pouco superior a 24° de Dezembro a Abril, no verão e outono, com declínio para a época mais fresca, abaixo de 24° (Maio-Agosto) ou até aquém dos 23° (Junho-Julho).

As máximas são quase 2° inferiores às de Ibipetuba, com média 32°2. Há um período mais quente à tarde de Agosto a Outubro, acima de 33°, chegando a 35°, em Setembro. Segue-se o declínio para menos de 32° desde Novembro até Abril, com 30°9 em Fevereiro e Março. Nova ascensão ocorre no outono, causando uma segunda onda de Maio (32°2) a Julho (31°5). A amplitude anual é portanto de 4°1, e a da onda secundária 0°7.

As mínimas são no entanto superiores às de Ibipetuba, sob média 17°8, oscilando 6°7, entre o maior valor de 20°1 (Novembro) e o menor de 13°4 em Julho. Os índices do elemento se apresentam mais elevados de Outubro a Março (em torno a 20°), declinando então até a fase mais fresca de Junho e Julho, aquém dos 14°. A amplitude diária sob média 14°4, permanece reduzida na fase chuvosa, pouco acima dos 11° de Novembro a Março (11°1 Dezembro), subindo então rapidamente para superar no inverno a 18°, com 19° em Agosto.

Registrou-se em Barreiras a máxima absoluta de 39°4 (Novembro), e podemos afirmar que de Agosto a Janeiro valores acima de 38° geralmente ocorrem, apenas de Maio a Julho não logrando o termômetro superar 36°.

Quanto à mínima absoluta, desceu até 7°0 (Agosto), valores abaixo de 9° sendo observados nos meses de inverno, ou aquém de 12° no período Maio a Setembro. Superam sempre 15° porém, de Novembro a Fevereiro.

De tudo resulta um registro 32°4 para a amplitude absoluta.

São quentes todos os dias em Barreiras (362), mas apenas 105 noites, a saber:

no período Outubro a Dezembro mais da metade, e pouco menos de Janeiro a Março. De Abril a Setembro as noites permanecem frescas em sua grande maioria, conforme o quadro anexo:

	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	Ano
Noites Quentes	12	12	14	8	3	—	—	—	6	16	17	17	105
Noites Frescas	19	16	17	22	28	30	31	31	24	15	13	14	260

Notam-se dêsse modo 260 noites frescas em Barreiras, quase três em cada quatro.

O vento é pouco mais acentuado que na estação anterior, com 1,7 m.p.s., oscilando entre 2,0 (Julho) e 1,5 (Abril). Os registros dão conta de 16 ventanias, a taxas mensais de 1 (Novembro a Maio) ou 1-3 de Julho a Outubro, mas 0 em Junho.

Quanto à umidade, ainda menor que em Ibipetuba, pois tem média anual 69,1%, oscila 32% entre o máximo 82,0% (Março) e o mínimo 49,9% (Setembro).

Torna-se mais acentuada de Novembro a Abril, acima de 75% ou além de 80% em Fevereiro-Março. E mais reduzida, aquém dos 60% de Julho a Outubro, com Agosto registrando 53,0%, e Setembro 49,9.

A nebulosidade anual reduzida, de média 5,3, corresponde a extremos 7,2 (Dezembro) e 2,7 (Junho), sob amplitude 4,5.

Permanece acima de 7,0 em Novembro-Dezembro, mas supera 6,0 de Outubro a Março; contudo abaixo de 4,0 de Junho a Agosto, durante a estação seca.

Quanto aos dias encobertos totalizam 101, superando 10 cada mês no período Outubro a Março, com taxas 12-16, e declinando para menos de 8 de Abril a Setembro, sob 1-2/mês no inverno, Junho a Agosto.

Os dias claros são mais raros, 74 por ano, surgindo sobretudo de Junho a Agosto, com taxas de 12-14, declinando para 2-3 mensalmente de Novembro a Março.

É bastante incompleto o registro da precipitação, talvez 1020 mm, com máximo

195 em Fevereiro, e possivelmente 2 em Julho. Os meses de Outubro a Março têm todos mais que 100 mm, e de Maio a Agosto menos de 10 cada um. Mas não ultrapassou 94 mm a maior al-

tura em 24 horas, de Junho a Agosto nenhum registro tendo atingido 10 mm.

Ocorrem 88 dias de chuva, das quais 33 superam 10 mm. Aquêles se distribuem na série:

13 — 14 — 13 — 6 — 2 — 0 — 0 — 0 — 3 — 10 — 14 — 13 = 88, notando-se portanto 13-14 dias nos vários meses de Novembro a Março, e 0-3 de Maio e Setembro.

As trovoadas somam 36 dias, nunca ocorrendo normalmente de Maio a Agosto, mas sob taxas mensais 4-7 de Outubro a Março.

Quanto aos nevoeiros parecem demasiado frequentes,

com um total de 260, e índices mensais 22 a 25 de Outubro a Maio (Março 28), mas só 16-17 de Junho a Agosto. Tal exagêro faz supor condições locais, sob nevoeiros de rampa.

O orvalho por outro lado é raro, com 32 dias por ano, não se formando de Julho a Outubro, mas em taxas mensais 3-4 de Novembro a Junho.

Barreiras tem assim um clima quente de dia, com máximas elevadas; mas é geralmente fresco no período noturno, exceto de Outubro a Março, quando cerca de metade das noites é quente. Condições de baixa umidade e vento um tanto sensível, minoram o calor, enquanto as mínimas são baixas relativamente, e o céu apenas nublado, Chove pouco, e raramente troveja, notando-se um dia coberto em cada três, e um claro em cada cinco, na média. Condições dêsse modo apenas toleráveis.

NOVA ESTIAGEM NO CEARÁ

As chuvas começam a escassear em todo o interior do Ceará, tendo os agricultores voltado a temer que a estiagem prolongada lhes prejudique as plantações, iniciadas durante o período de euforia que caracterizam as grandes chuvas caídas no Estado no mês de fevereiro. As chuvas de agora, permitem apenas a manutenção das lavouras, já ameaçadas pela lagarta, que vem causando grandes estragos em vários municípios da Zona Norte do Estado, sem que os agricultores disponham de inseticida capaz de combatê-la.

SEGUNDA SAFRA DE TRIGO NO SUL

Pela primeira vez no Estado do Rio Grande do Sul, está sendo colhida uma segunda safra de trigo em um ano — denominada geração de verão — apesar de, agora, a colheita ser reduzida porque constitui uma experiência da Estação Experimental de Júlio de Castilhos, órgão de pesquisa aplicada da Secretaria de Agricultura.

FINANCIAMENTO DE TERRAS NO PARANÁ

Uma experiência está sendo feita no Paraná com a execução do "Projeto Fundiário" cuja base é o financiamento de terras a longo prazo aos agricultores que recebem, além das terras, todas as condições para trabalhá-la.

Desenvolvimento das Indústrias Florestais na América Latina

FAO e outros organismos das Nações Unidas patrocinarão reunião regional no México, em maio próximo — A presença do Brasil

Os problemas presentes e as futuras possibilidades do desenvolvimento das indústrias florestais na América Latina serão considerados em uma Reunião que se realizará na cidade do México, entre 19 e 26 de maio de 1970.

A reunião será convocada conjuntamente pela Organização de Alimentação e Agricultura das Nações Unidas (FAO); Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina (CEPAL); e Organização de Desenvolvimento Industrial do mesmo organismo mundial (ONUDI). Esta será a continuação da série de encontros regionais que começou com a Conferência Internacional de Florestas e Produtos Florestais, celebrada no Brasil, em 1948, sob os auspícios da FAO, e com a reunião da Junta Latino-Americana de Técnicos da Indústria de Papel e Celulosa, realizada pelas Nações Unidas na Argentina, em 1954.

RIQUEZA FLORESTAL LATINO-AMERICANA

Com uma superfície de 900 milhões de hectares de florestas, a América Latina é a região mais rica do mundo neste tipo de reserva, possuindo quase a quarta parte das terras florestais do mundo. As matas naturais da América Latina vão desde abundantes maciços de pinheiros no Norte do México, até densas extensões de sel-

va tropical na bacia do Amazonas e ricos bosques de clima temperado no sul da Argentina e do Chile. A riqueza regional também inclui 650.000 hectares de plantações artificiais de coníferas, principalmente no Chile, Brasil e Argentina, e mais de um milhão de hectares de plantações de folhosas, sobretudo no Brasil, na Argentina e no Uruguai. Estas florestas naturais e artificiais constituem uma imensa riqueza que, com um manejo sistemático, é capaz não somente de manter como também de aumentar apreciavelmente sua produção.

Além disso, a América Latina tem aproximadamente cinco milhões de hectares de plantações de cana-de-açúcar, cuja industrialização deixa como subproduto grandes quantidades de bagaço, atualmente utilizado em quantidades muito pequenas na fabricação de pasta para papel e de painéis.

Em 1966 a região já produzia aproximadamente 70% das suas necessidades de pasta de papel, e quase 90% do que consumia de madeiras serradas e de painéis à base de madeira. Ao mesmo tempo, os recursos florestais da América Latina aportavam apenas 2% da produção mundial de pasta e papel; 2,3% da de painéis à base de madeira; e somente 3,5% da produção global de madeira serrada.

PRINCIPAIS OBJETIVOS

A reunião do México será realizada em resposta a um convite generoso do Governo mexicano, e com o copatrocínio da Associação Mexicana de Técnicos das Indústrias de Celulosa e de Papel. Terá o conclave como principal objetivo chamar a atenção dos representantes dos governos e dos industriais, pesquisadores, técnicos florestais e dos economistas planejadores presentes para os seguintes temas:

a) Os principais problemas que ainda impedem um melhor aproveitamento dos recursos florestais da América Latina;

b) As possibilidades de acelerar o desenvolvimento das indústrias florestais na região e aumentar de forma considerável a produção global latino-americana de pasta de papel, madeira serrada e painéis.

Entre os documentos especiais que serão apresentados à Reunião, serão incluídos os resultados dos estudos realizados na região durante os últimos 12 meses, sobre os seguintes itens: serrarias, madeira compensada, chapas de fibra e chapas de lascas, papel de jornal, papel para embalagens, e possibilidades de exportação dos produtos florestais da região. Em outro documento se destacarão as vantagens que se obterão com o estabelecimento de indústrias florestais integradas.

Os interessados em obter informação adicional sobre esta Reunião Consultiva devem dirigir-se ao Grupo Assessor FAO/CEPAL/ONUDI em Industrias Forestales para América Latina (Casilla 10095, Santiago, Chile).

Notícias e Informações

REFORMA AGRÁRIA NO VALE DO JAGUARIBE

As terras irrigadas do Vale do Jaguaribe serão distribuídas e ocupadas pelos lavradores do Ceará, dando-se início à reforma agrária na bacia dos grandes reservatórios. A SUDENE e O DNOCS preparam 20 camponeses para ocupação inicial, ministrando-lhes curso sobre manejo das novas técnicas agrícolas existentes em função do processo de irrigação.

EMPRÉSTIMO DO BID PARA O ESTADO DO RIO

O Governo do Estado do Rio, autorizado pela Comissão de Empréstimos Externos do Banco Central, vai negociar um empréstimo de 20 milhões de dólares com o Banco Interamericano do Desenvolvimento — BID —

AUMENTO DA PRODUÇÃO DO SISAL

Pesquisas realizadas pelo Banco do Nordeste do Brasil revelam que a produção de sisal no Nordeste tem experimentado sensível aumento, passando de 52 mil para 328 mil toneladas.

GADO ZEBU

Acaba de ser fundada, no Rio Grande do Sul, mais uma entidade para cuidar do desenvolvimento e aprimora-

mento da criação zebuína. Trata-se da Associação Rio-grandense de Criadores de Zebu, com sede em São Francisco de Assis e que terá a seu cargo a orientação e o atendimento aos pecuaristas que se dedicam à criação das raças zebuínas no Estado.

QUEDA DO CACAU

A acentuada queda que se vem verificando na cotação do cacau no mercado internacional tem causado alarma entre os produtores, que culpam a CEPLAC, órgão federal que fica com 15% do preço da venda do produto, a título de "taxa de retenção".

Houve mesmo quem declarasse preferir deixar toda a produção apodrecer ou ser destruída pela "borboleta" a vender o cacau a NCr\$ 26 a arrôba, seu preço. A produção, este ano, será tão grande quanto a do ano passado. As vendas, no entanto, seguem sendo mínimas.

MATO GROSSO SURPREENDE TÉCNICOS DO IBRA

Colheita recorde de feijão e amendoim, além da previsão de boas safras de milho, algodão e soja suplantaram as expectativas dos técnicos do IBRA, resultado do Plano de Emergência implantado em Iguatemi, Mato Grosso, por aquele Instituto.

IMPORTAÇÃO DE TRIGO

O Brasil vai importar este ano 2 190 mil toneladas de trigo, ao preço médio de ... US\$ 50,00 (NCr\$ 224,50) por tonelada. O principal fornecedor continuará sendo a Argentina, com cerca de 1 milhão de toneladas.

Além da Argentina, o Brasil comprará nos Estados Unidos, de 400 a 500 mil toneladas, através da Public Law-480, que propicia grandes vantagens, sobretudo quanto ao prazo de financiamento, muitas vezes igual ou superior a 10 anos. Casos há em que chega a 20 anos.

PRODUTORES DE CACAU ORGANIZAM-SE

Fontes autorizadas dão conta de que Gana, Nigéria, Brasil, Camerom, Costa do Marfim e Togo, países membros da Aliança do Cacau, decidiram, na reunião realizada na cidade de Lome, Togo, estreitar os laços na venda do produto.

Uma das decisões foi a adoção de maior frequência para as reuniões extraordinárias quando a conjuntura exigir, e outra aceitação de um projeto de acordo internacional entre os países produtores e consumidores como base para as próximas negociações.

A proposta brasileira de escala de preços foi aceita como base de discussão com os países consumidores, e consiste em um escalonamento de 25 a 34 centavos por libra-peso contra 20 e 29 atuais.

PECUÁRIA DOMINA INCENTIVOS FISCAIS DA SUDENE

A pecuária bovina de corte e a criação de gado para produção de leite dominam as iniciativas privadas para atualização dos incentivos fiscais da SUDENE (arts. 34-18) no setor rural nordestino. Dos 225 projetos aprovados entre 1965 de fevereiro deste ano, 188 tinham por objetivo atividades criatórias.

AFTOSA

Trinta milhões de bovinos no mínimo, serão vacinados contra a febre aftosa periodicamente em 7 Estados das regiões Sul e Leste do Brasil. O projeto de financiamento de 15 milhões de dólares, para esse objetivo, já se encontra em fase final de estudos no BID.

ITÁLIA QUER IMPORTAR CARNE E GADO BOVINO DA PARAÍBA.

A Federação da Agricultura do Estado da Paraíba está estudando proposta de organismos oficiais e particulares da Itália que querem comprar carne e também gado bovino de criadores paraibanos.

PREJUÍZOS DE NCr\$ 400 MILHÕES

Seis milhões de gado morreram no Brasil, entre 1966 e 1968, em consequência da aftosa. Essa cifra corresponde a dez por cento de um total de 60 milhões de unidades. Somente em 1968, segundo estimativas, a morte de bois, vacas e bezerros causou prejuízos de NCr\$ 400 milhões. Só quando erradicar a aftosa num plano de cinco a sete anos é que o Brasil poderá pensar em exportar carne. O mercado internacional tem falta do produto mas não aceita a carne brasileira por causa da aftosa.

LEITE PASTEURIZADO

Os fazendeiros querem forçar inúmeras cooperativas de leite a vender as suas máquinas a fim de que máquinas de pasteurização sejam adquiridas desde que esse é o processo mais atualizado de oferecer alimento sadio ao consumo público.

SUDENE

A SUDENE aprovou o projeto da Agronorte S.A., do grupo Cisa destinando 2 168 mil cruzeiros novos à produção de gado das raças charolês e nelore, em Minas Gerais. Os 25 por cento dos recursos próprios da empresa já foram aplicados por antecipação.

ARROZ

A produção de arroz do Rio Grande do Sul do ano em curso apresenta um excedente exportável de 250 mil toneladas. Entretanto, para tornar viável a exportação, será necessário subsidiá-la, uma vez que a tonelada do produto no mercado internacional anda em torno dos 90 dólares (NCr\$ 396,00) enquanto que o arroz gaúcho não tem condições de ser vendido por menos de 130 dólares (NCr\$ 573,00).

SUDENE LIBERA RECURSOS PARA A INDÚSTRIA E PECUÁRIA

Mais NCr\$ 6,3 milhões dos incentivos fiscais dos artigos 34/18, para 30 empresas industriais e agropecuárias de seis Estados nordestinos, foram liberados pela SUDENE cabendo à Bahia a maior parte dos recursos.

Essas liberações subdividiram-se em NCr\$ 5,4 milhões para o setor industrial e ... NCr\$ 981 mil para o agropecuário, tendo a empresa Titânio do Brasil S.A. — Bahia — recebido a parcela maior, no total de 1 984 mil.

CAFÉ

O financiamento para a renovação dos cafezais no País, grande parcela do qual beneficiará Minas Gerais, já foi aprovado pelo Conselho Monetário Nacional, e essa era a providência que faltava para a sua aplicação.

RECURSOS PARA O SETOR RURAL

Cerca de 40 milhões de cruzeiros novos serão empregados pelo Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), num amplo programa de assistência creditícia ao setor rural da região Extremo Sul.

FINANCIAMENTO PARA AGROPECUÁRIA NORDESTINA

O Serviço de Relações Públicas do Banco do Nordeste informou que o BNB investirá até o fim deste ano, NCr\$ 540 milhões, visando a modernizar a agropecuária do Nordeste, fazendo parte estes recursos de um programa articulado do Governo com vistas a incrementar a produtividade e aumentar a produção de alimentos e gêneros de exportação.

PRODUÇÃO DE TRATORES

A Ford durante algum tempo foi a única empresa a fabricar tratores no Brasil e permaneceu no mercado até 1965. No momento, os fabricantes de tratores são quatro: Massey Ferguson, CBT (única brasileira), a Deutz e a Valmet, com uma produção mensal de cerca de mil unidades, exceto os chamados microtratores.

PECUÁRIA

Pelos dados da FAO, as maiores quantidades de bovinos brasileiros estão concentradas nas regiões Leste e Sul do País, cabendo a cada uma delas contingentes quase iguais, ou seja, na primeira, 25.737 mil cabeças, e na segunda 25.404 mil.

Por Estados, no Leste, cabe a Minas o maior rebanho, com 16.800 mil unidades; o segundo lugar pertence à Bahia, com 6 milhões. No Sul, os principais algarismos pertencem a São Paulo, com 2 milhões, segundo Rio Grande do Sul, com 10.700 mil.

SAFRA DE UVA

A produção de uva em Santa Catarina, referente à safra 69/70, alcança aproximadamente 40 milhões de quilos, incluindo área do Vale do Rio do Peixe, o maior produtor é o sul do Estado.

PRODUÇÃO DE FRUTAS CÍTRICAS

Atualmente, quando a produção mundial de frutas cítricas comerciais ultrapassa 600 milhões de caixas, o Brasil se coloca, junto com a Espanha, em segundo lugar, com 55 milhões de caixas anuais. Em primeiro figuram os Estados Unidos com 200 milhões.

MELÃO

A safra de melão ocorrida no município de Santa Maria da Boa Vista atingiu, em 1968, um total de 131.100 quilos ascendendo em 1969 para 450.350 quilos, o que representa uma diferença para mais de 319.250 atribuída à introdução de novas técnicas na cultura daquela fruta e, de modo especial, ao trabalho realizado pelo Grupo de Irrigação da Secretaria de Agricultura nas margens do rio São Francisco.

ARROZ

A produção mundial de arroz, correspondente à safra 69/70, está calculada em 195 milhões de toneladas, o que representa um aumento de 5% em relação à safra recorde do ano passado. Desse total, no entanto, apenas 3% são comercializados no mercado internacional.

FINANCIAMENTOS

O Banco do Brasil, com o propósito de criar condições para o aumento da produtividade rural, continua fomentando os financiamentos destinados à aquisição de tratores e implementos de fabricação nacional, os quais se expandiram em 35,4%, atingindo NCr\$ 468,6 milhões em 1969 contra NCr\$ 346,1 milhões no ano precedente.

SUDENE

A SUDENE aprovou, em 1969, investimentos de NCr\$ 244 milhões para o setor agropecuário nordestino, permitindo a criação de 3 255 empregos na área rural nordestina. Essas inversões correspondem a 90 projetos que se concentram, em número, nos Estados do Ceará (20), Minas Gerais (17), Maranhão (6), Piauí (3), Rio Grande do Norte (8) Paraíba (13), Pernambuco (13), Alagoas (1) Sergipe (1) e Bahia (8).

LIBERADA A IMPORTAÇÃO DE GADO DO BRASIL NA FRANÇA

Por aviso do Ministério da Agricultura da França, foram restabelecidas as importações de carnes, gorduras alimentares e produtos à base de carnes de abate destinados ao consumo humano, provenientes do Brasil, que haviam sido proibidas pelo Governo da França, desde 8 de abril de 1964.

OITICICA

A oitica paraibana está em completo abandono pelas autoridades encarregadas dos problemas agrícolas no Estado. Só quem está tirando proveito são os estrangeiros, principalmente os alemães, que compram o fruto a preço de banana.

GRÃ-BRETANHA PLEITEIA ESTABILIZAÇÃO DO PREÇO DA CARNE

Argentina, Brasil e Uruguai resolveram rejeitar, como absolutamente inaceitável, projeto da Grã-Bretanha de estabilização do preço da carne.

A notícia foi divulgada ao final de uma reunião que, para o estabelecimento de critérios frente à nova política traçada pelo Governo britânico, mantiveram na Chancelaria do Uruguai os peritos em comercialização de carnes dos citados países.

Os uruguaios pediram aos delegados argentinos e brasileiros que formassem um sólido bloco para proteger as exportações dos três países, que totalizaram cerca de ... 40% das compras britânicas de carne.

EMPRÉSTIMOS DO BANCO MUNDIAL

Um empréstimo no valor de 30 milhões de dólares, negociado pelo Ministro Costa Cavalcanti junto ao Banco Mundial, está em vias de ser liberado em favor do Banco do Nordeste do Brasil. Sua aplicação se concentrará no setor agrícola nordestino, a fim de que não seja frustrado, o desenvolvimento da agricultura da área, pela se-

dução do crescimento industrial.

AUMENTO NO PREÇO DA LARANJA

Os preços pagos aos produtores de laranja, de São Paulo registraram uma elevação de 30% de 1968 a 1969 e, segundo os técnicos da Secretaria de Agricultura, este ano deverá ocorrer novo aumento.

Explicaram que as causas estão na seca que atingiu as plantações nos últimos dois anos, reduzindo consideravelmente as dimensões das safras, e na expansão da industrialização de sucos da fruta.

"MÉTODO VAISIN" NO CENTRO DE PESQUISA APLICADA DE SÃO JOAQUIM

O Centro de Pesquisa Aplicada de São Joaquim, terá em breve a implantação de uma unidade demonstrativa sobre Pastoreio Racional. O projeto, em face de conclusão por especialistas da ... ACARESC e Secretaria da Agricultura, visa oferecer aos criadores da região uma mostra real sobre o processo desenvolvido por André Vaisin, que consiste na formação e manejo de pastagens capaz de elevar a fertilidade dos solos, a produção de massa verde e conseqüentemente, a lotação e peso dos rebanhos.

BANCO DA PROVÍNCIA DO RIO GRANDE DO SUL

O Banco da Província do Rio Grande do Sul, através de sua carteira de Crédito Rural, realizou 4.647 empréstimos rurais durante o ano de 1969, num montante total de 36 bilhões antigos. O importante também é que esses financiamentos são feitos a prazos e taxas especiais. Para a finalidade específica de compra de tratores e implementos agrícolas, tudo a cinco anos de prazo, o Banco destinou dois bilhões e meio de cruzeiros velhos, com taxas de 14% ao ano. Isso representa, sem dúvida, uma excelente contribuição para o nosso desenvolvimento agrícola.

ÁRVORES

MAIS COMUNS, PARA EMPREGAR NOS JARDINS ORNAMENTAIS

Extraído do livro "Jardins" de Leonam de A. Pena

Nomes Científicos	Nomes Populares	Côr das Flôres	Meses em que Florescem
Acacia cultriformis — A. Cun	Acácia mimosa	Amarelas	Julho-agosto
Bauhinia monandara — Kurz	"Unha-de-vaca"	Róseas	Dezembro
Brownea grandiceps — Jacq	Rosa-da-montanha		
Cassia fastuosa — Willd	Baratinha	Vermelhas	Julho-agosto
Cassia ferruginea — Schrad	—	Amarelas	Outubro-novembro
	Cássia imperial,	Amarelas	Novembro
	chuva-de-ouro	Róseo-roxeadas	Outubro a dezembro
Cassia fistula — Lin	—	Róseas	Outubro-novembro
Cassia grandis — Lin	—	Róseas	Novembro-dezembro
Cassia Javanica — Lin	—	Róseas	Novembro-dezembro
Cassia leptophylla — Vog			
Chorisia crispiflora — H.B.K.	Paineira	Róseas	Fevereiro a abril
e C. speciosa	Grão de porco	Branças	Abril-maio
Cordia superba — Cham	Aurora	Róseas	Junho
Dombeya aff. viburni folia — Bojer	—		
Erythrina corallodendron — Lin		Róseas	Junho a agosto
Erythrina crista — galli — Lin	Corticeira, Mulugu	Vermelhas	Julho-agosto
Erythrina indica — Lam	Mulugu	Vermelhas	Julho a setembro
			Fev.-março e setembro-dezembro
Eugenia malaccensis — Lin	Jambo-vermelho	Vermelho-roxo	Novembro-dezembro
Jacarandá brasileira — Pers	Jacarandá	Roxas	Maio-junho
Lafoensia glyptocarpa — Kem	Mirindiba	Róseas	
Lagerstroemia flosregimae — Rerz	—	Róseo-violáceas	Dezembro
Lecythis pisonins — Camb	Sapucaia	Róseas	Setembro-outubro
Peltophorum Vogelianum — Benth	—	Amarelas	Novembro-dezembro
Tecoma heptaphylla	Ipê-amarelo	Amarelas	Setembro-dezembro
Tecoma ipê — Liais	Ipê-roxo	Roxas	Julho-setembro
Tibouchina granulosa: Cong. e T. mutabilis	Quaresma	Roxas	Janeiro-fevereiro

NÃO CHOVENDO ATÉ O DIA DE S. JOSÉ...

A estação chuvosa nordestina compreende os meses de janeiro a abril, dependendo dos deslocamentos da chamada Frente Intertropical (FIT) que estaciona no Pará no mês de dezembro, Maranhão em fevereiro, Ceará em março, voltando a subir.

Na descida atinge Fortaleza em época próxima ao dia 19 de março.

Quando as condições não são favoráveis, tal não ocorre e a FIT permanece estacionária à altura do Equador e a seca se faz sentir.

O nordestino que pelas circunstâncias está habituado a observar as condições de tempo, então diz: não chovendo até o dia de S. José (19 de março), não choverá mais.

Bibliografia Agrícola do Brasil

A respeito do lançamento em outubro, do volume acima (382 páginas), tem a Sociedade Nacional de Agricultura recebido numerosas manifestações de entidades e pessoas interessadas, dentre as quais destacamos as seguintes:

Do Sr. Jacob Philipp Lenz:

"Para estudo e informações o mencionado trabalho representa uma contribuição útil, prática e objetiva em benefício da nossa classe e merece os nossos sinceros aplausos e agradecimentos".

Da Sra. Beatriz Pitta Fischmann, Bibliotecária da PLANISUL S/A:

"Desejamos agradecer a distinção de que fomos alvo e manifestar nossa admiração e cumprimentos aos técnicos que foram responsáveis pela sua execução.

São instrumentos como este que vem facilitar o difícil trabalho de reunião de documentos, tarefa que cada dia se torna mais complexa devido à impressionante multiplicação bibliográfica em todos os campos.

Manifestamos ainda nosso desejo de continuar recebendo publicações da SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA".

Do Sr. Felipe Santa Cruz:

"Com a presente publicação 'A Sociedade Nacional de Agricultura', presta mais um grande serviço ao Brasil, e aos seus associados".

Do Exmo. Sr. Senador Flávio da Costa Britto, Presidente da Confederação Nacional da Agricultura:

"Face ao grande interesse que a referida obra despertou, tenho o prazer de informar-lhe que acabo de enviar um exemplar a cada um dos Presidentes das seguintes Federações: — Estado do Rio, Amazonas, Bahia, Pa-

raíba, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Minas Gerais e São Paulo".

Do Dr. Valdiki Moura:

"Acabo de regressar da Europa, encontrando a grata surpresa de sua Bibliografia Agrícola do Brasil (1968), que reflete a seriedade de suas pesquisas. De certo não será um trabalho completo, porque tenho experiência nesse assunto, quando organizei a Bibliografia Brasileira do Cooperativismo, editada há uns dez anos. Vale o esforço, porém, por seu sentido pioneiro e de sistematização dessas pesquisas, que são muito úteis aos estudiosos.

Se pretender, de futuro, dar outra edição atualizada, poderei ajudá-lo na parte de cooperativismo, para que a apresente mais completa. Esse oferecimento inspira-se, apenas, no desejo de colaborar em seu esforço e em reconhecer o seu mérito.

Receba, amigo Poliano, minhas congratulações de par com afetuoso abraço e votos para que prossiga em seu nobre trabalho pela agricultura nacional, enriquecido de tantas facetas que refletem seu entusiasmo e sua esperança nos destinos de nosso país".

(A publicação é periódica. Aceito a colaboração do Dr. Valdiki Moura, com grande alvoroço e cujos benévolos conceitos sinceramente agradeço. (L. M. P.).

Do Sr. Cromel de Oliveira, Presidente do SINDICATO RURAL DE BEBEDOURO:

"Venho através desta,

agradecer V. Sa. pelo volume enviado a minha pessoa como presidente do "Sindicato Rural de Bebedouro", e intitulado "Bibliografia Agrícola do Brasil" — 1968, livro muito valioso e que figurará entre os demais pertencentes a esta entidade de classe".

Do Dr. Luiz Fernando Cirne Lima, Ministro da Agricultura:

"Acuso recebimento exemplar da Bibliografia Agrícola do Brasil — 1968, organizada e editada por essa Sociedade. Desejo expressar os meus agradecimentos e cumprimentos pela elaboração de tão brilhante trabalho".

Do Sr. Marcelo Gedeon, Presidente do Conselho Consultivo dos Produtores de Cacaú:

"Na realidade, trata-se de obra de grande valor para quem, como nós, tanto se preocupa com as coisas relacionadas direta ou indiretamente, com a agricultura.

Creia que, a presença do admirável trabalho, em nossa biblioteca, contribuirá bastante nas nossas consultas relativas ao assunto em epígrafe".

De EXTENSÃO RURAL — novembro de 1969:

"Em decorrência de Convênio firmado entre a Sociedade Nacional de Agricultura e a Confederação Nacional da Agricultura, foi organizado e publicado este primeiro volume da Bibliogra-

fia Agrícola no qual se mencionam milhares de trabalhos sobre assuntos rurais, divulgados em livros, folhetos, revistas e jornais de todo o País. A catalogação esteve a cargo da Biblioteca da SNA, que reúne cerca de 20 mil volumes, além de contar no seu fichário de periódicos com 1.392 títulos de publicações do Brasil e do estrangeiro. A Bibliografia consta de duas partes: autores e assuntos (com reprodução fac-simile da capa)."

Do Sr. Alexandre do Espírito Santo MSLS, Bibliotecário Geral da Universidade Federal de Viçosa:

"O problema do controle bibliográfico agrícola no Brasil estava reclamando a momentosa publicação anual (?) que a SNA acaba de lançar.

Os nossos agrônomos têm sido os profissionais menos atingidos por iniciativas do Governo, visando transferência de informação. Sabemos que o trabalho do engenheiro agrônomo é uma contínua pesquisa e que a informação é uma parte inseparável dela. Entretanto, por inexistência da comunicação que os instrumentos bibliográficos proporcionam, os agrônomos lêem pouco e escrevem menos ainda.

As instituições que servem diretamente os técnicos na busca de informação fazem um trabalho demasiadamente local por falta de meios e de pessoal qualificado. É mister que haja uma Biblioteca Agrícola Nacional que seja um Centro de Informação, onde trabalhem não apenas bibliotecários, mas agrônomos especialmente treinados no manejo e na produção de informações agrícolas. Dessa Instituição, depósito nacional de tudo que se publica em Agricultura, deveriam advir as bibliografias correntes, os periódicos de resumos e as informações demandadas pelos agrônomos de todo o Brasil.

Agradeço-lhe o envio a esta Biblioteca Central da **Bibliografia Agrícola do Brasil 1968** que vale como um primeiro passo. A sua cobertura, entretanto, poderia ser mais completa, se outras bi-

bliotecas fossem consultadas. Lamento que alguns dos mais sérios periódicos científicos agrícolas do Brasil, tais como **Bragantia**, **Revista Ceres** e **Experientiae** não tenham sido incluídos. É também deplorável que dos 95 periódicos utilizados, nada menos de 50 são de pouco valor para o agrônomo ou mesmo para o técnico agrícola".

N. da R.

A carta mereceu transcrição integral, não só pelos conceitos do técnico que a subscreveu, como porque suscita dúvidas, que certamente terão ocorrido a outros espíritos, como no caso do ilustre Bibliotecário-geral da Biblioteca da Universidade de Viçosa, e que merecem esclarecidas.

Por exemplo: estranha S. S. que algumas publicações que figuram na primeira linha dos títulos dos periódicos mais credenciados no País — e que aliás fazem parte de nossos fichários — *não tenham sido incluídas*. Certamente é uma lacuna, e aqui temos de anotar que apesar de toda a nossa diligência, não as tivemos em mãos para referi-las, ou incluí-las. Bem que o intentamos, mas em vão.

Além de ampla publicidade de âmbito nacional com que antecederemos nosso bem intencionado trabalho, através da imprensa e do rádio, os resultados não foram completos, como bem assinala o ilustre missivista. Mas não nos limitamos à publicidade referida, e nos utilizamos inclusive de correspondência direta, junto aos editores e periódicos como é exatamente o caso de **Bragantia**, a que oficiamos em 23 de junho e a 29 do mês seguinte; **"Ceres"**, por nós convocada a 27 de julho, 5 e 30 de setembro, também não nos respondeu. Só depois de imprensa a nossa **"Bibliografia"** é que tivemos o prazer de receber aquelas importantes publicações. É preciso não esquecer que a **"Bibliografia"** se refere ao ano de 1968, e se nesse período não nos chegou o que incluir, claro está que a falha é alheia à nossa vontade, que seria exatamente a de fazer o melhor, ou seja o que desejaria fosse feito o Sr. Espírito Santo.

Mas estamos perfeitamente de acordo com o Bibliotecário Geral da Universidade de Viçosa quando reclama a falta de um movimento nacional de informação para melhorar o trabalho brasileiro no campo da técnica agrícola, e que esse trabalho deveria abranger bibliografias correntes, os periódicos de resumos e as informações

demandadas pelos agrônomos de todo o Brasil".

Não fomos assim tão ambiciosos, e lealmente o confessamos em nossa **"Apresentação"**. No nosso trabalho limitamo-nos a consignar o que foi publicado. E este esforço, embora não atenda àquele objetivo — necessário e urgente — dos tipos de publicação que o Sr. Espírito Santo preconiza — e todos nós desejaríamos, foi um primeiro passo, como S.S. reconhece. Queríamos, tanto quanto ele, chegar a um ótimo, mas não pudemos fazer senão um *razoável*, ou *aceitável*, como ponto de partida. E isto — parece-nos — já é alguma coisa onde coisa alguma existia antes.

Movimentem-se os técnicos, ajuntem-se recursos e, sobretudo, imprima-se ao movimento a vontade de servir e algum dia poderemos ter o que patroticamente almeja o Bibliotecário-geral de Viçosa.

É *anual* a nossa publicação. Partimos de 1968 para o futuro. No próximo volume, tudo o que não foi relacionado nesse ano será incluído na Bibliografia de 1969.

Não nos animou a pretensão, em nossa **"Bibliografia"** de julgar do valor de qualquer trabalho, mas tão-somente, e modestamente, na medida do possível, num esforço de boa vontade relacionar metódicamente o que se escreveu no Brasil naqueles estritos 365 dias.

Se os trabalhos epigrafados não são bons, cabe aos técnicos apreciá-los, e aproveitá-los ou não. Submetemos aos nossos estudiosos — e isto já foi dito na apresentação do livro — um panorama da nossa literatura agrícola em 1968. Falando-se de panorama vem-nos à idéia uma correlação pictórica: um pintor, de qualquer tendência ou escola, nunca poderia tirar de uma natureza morta uma batalha campal. Retrata o que vê, não pode inventar. Foi o que fizemos, mal comparando...

IMPORTAÇÃO DE ARROZ BRASILEIRO PELO PERU

O Peru vai importar 12 mil toneladas métricas de arroz descascado, seis mil da Argentina e seis do Brasil, para embarque em abril-maio conforme informação oficial. O arroz brasileiro adquirido em operação de governo para governo, é do tipo blue rose, ao preço de 110 dólares por tonelada métrica, custo e frete, pôsto Callao. O arroz argentino, também tipo blue rose, foi adquirido da firma Yusin, ao preço de 106,32 dólares por tonelada métrica, custo e frete, pôsto Callao.

LEGISLAÇÃO AGRÍCOLA

Leis, decretos-leis, portarias e demais atos oficiais dos governos federal, da Guanabara e de São Paulo, relativos ao período de janeiro e fevereiro de 1970.

GOVERNO FEDERAL

açúcar — cana — Pagamento — São Paulo

O IAA determinou que os fornecedores de cana participarão da retenção dos estoques de açúcar consequentes da fixação das cotas mensais de comercialização e receberão, sob a forma de adiantamento, parcela proporcional aos fornecimentos realizados e ao financiamento deferido, e para esse efeito estipulou a forma de pagamento aos fornecedores de cana das usinas de São Paulo, na safra de 1969/70. O preço base da tonelada de cana posta na esteira será pago em duas parcelas, sendo a primeira como adiantamento mensal do preço-base, no período de 1.º de julho a 31-12-69, e a segunda, por saldo desse preço, entre 1-1 e 31-3-70.

Em caso de dificuldades financeiras, poderão as usinas, em caráter de exceção, mediante entendimento com os respectivos órgãos de classe ou seus fornecedores, completar o pagamento da parcela correspondente emitindo nota promissória rural, ficando a seu cargo assegurar desconto bancário, responsabilizando-se pelas despesas ocorridas. Essas normas aplicam-se às usinas de Minas Gerais e Paraná filiadas à Cooperativa Central de Produtores de Açúcar e Alcool de São Paulo (MIC-IAA — Resolução n.º 2.034, de 6-11-69 — DO-II de 23-2-70, p. 398).

açúcar — Cotas Compulsórias de Cristal — São Paulo — Paraná.

O Presidente do IAA estabeleceu as cotas mensais compulsórias de açúcar cristal do tipo "standard" para suprimento às refinarias autônomas de São Paulo e Paraná pelo período de janeiro a junho de 1970. O volume global do fornecimento é de 4.458 sacos (MIC-IAA — Ato n.º 2, de 12-1-70 — DO-II de 13-2-70, p. 320).

açúcar demerara — Produção — Safra — Normas — Alteração.

O Presidente do IAA alterou o parágrafo único do art. 1.º e o art. 3.º e parágrafo único do Ato n.º 35, de 1969 (BLA 69, p. 625), que passam a ter a seguinte redação:

"Art. 1.º

Parágrafo único — Tendo em conta o fluxo dos recursos destinados à aquisição do açúcar demerara, no período contado entre a data do início da fabricação desse tipo de açúcar e 31-12-69 as cooperativas centralizadoras de vendas e as usinas não cooperadas, dos Estados de Pernambuco e Alagoas, deverão programar sua produção de demerara na base de 90% das parcelas que lhes foram atribuídas, de modo que naquela data o volume total produzido não exceda de 11,25 milhões de sacos nos dois citados Estados".

"Art. 3.º Os Delegados Regionais do IAA em Pernambuco e Alagoas poderão aprovar permutas de fa-

bricação de açúcar demerara pelo tipo cristal, quer realizadas entre unidade industrial não cooperativa e cooperativa centralizadora de vendas ou entre duas unidades industriais não cooperadas ainda que pertencentes a uma só empresa ao mesmo grupo acionário.

Parágrafo único. Qualquer permuta aprovada na forma deste artigo deverá ser imediatamente comunicada pela respectiva Delegacia Regional do IAA à Divisão de Estudo e Planejamento, mediante carta acompanhada do documento original firmado pelos permutantes" (MIC-IAA — Ato n.º 47, de 11-12-69 — DO-II de 9-1-70, p. 41).

açúcar — Mel Rico Invertido — Exportação — Pernambuco.

O Presidente do IAA designou, em Pernambuco, as usinas para produzir um contingente adicional de 600.000 toneladas de mel rico invertido, destinado à exportação, na forma prevista no Plano de Defesa da Safra de 1969/70.

A firma compradora do produto comunicará ao IAA a produção do volume de mel rico invertido até 9 de março.

O contingente de mel rico invertido será deduzido dos volumes de açúcar demerara atribuídos às usinas de Pernambuco na safra de 1969/70, considerada a relação básica de 10 sacos de açúcar demerara por tonelada métrica de mel invertido — (MIC-IAA — Ato n.º 3, de 22-1-70 — DO-II de 5-2-70, p. 284).

açúcar — melaço — Cotas — Região Norte-Nordeste

O IAA estabeleceu as cotas de melaço, no total de 59.785 toneladas, para atender às indústrias e fornecedores de cana na Região Norte-Nordeste, independentemente das cotas fixadas pela Resolução n.º 2.033, de 1969 (BLA/69, p. 793), mantida em todos os seus efeitos. Essas cotas individuais não poderão ser utilizadas para vendas ao mercado externo, a não ser que, em março de 1970, fique comprovada a falta de absorção do produto pelas indústrias e fornecedores de Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte.

Terão prioridade as entregas de melaço para o mercado interno, de modo a ficar assegurado o abastecimento das indústrias e destilarias centrais do IAA, somente devendo ser exportados os excedentes já previstos na Resolução n.º 2.033, de 1969 (MIC-IAA — Resolução n.º 2.035 de 12-11-69 — DO-II de 23-2-70, p. 399).

açúcar — Pernambuco e Alagoas — Safra de 1969-70

O IAA estabeleceu as cotas de açúcar a serem distribuídas às usinas de Pernambuco e Alagoas para a safra de 1969/70 compreendendo a produção de açúcar demerara, açúcar cristal e mel rico invertido. Essas parcelas de produção ficam atribuídas à Coopera-

legislação agrícola

tiva dos Produtores de Açúcar e do Alcool de Pernambuco e à Cooperativa dos Usineiros de Alagoas (MIC-IAA — Ato n.º 6, de 4-2-70 — DO-II de 18-2-70, p. 367).

AÇÚCAR — Reajuste de Cotas

Reajustadas pelo IAA as cotas individuais de comercialização mensal atribuídas à Cooperativa Fluminense dos Produtores de Açúcar e Alcool Ltda., à Cooperativa Central dos Produtores de Açúcar e Alcool de São Paulo e às usinas não cooperadas do Rio de Janeiro e São Paulo. Foram igualmente objeto de reajuste as cotas compulsórias de suprimento às refinarias autônomas da Guanabara, São Paulo e Paraná, concedidas àquelas cooperativas e usinas. As novas cotas mensais vigoram a partir de janeiro de 1970 (MIC-IAA — Ato n.º 4, de 30-1-70 — DO-II de 18-2-70, p. 363).

AÇÚCAR REFINADO — Transferência — Saldos — Cancelamento

O Presidente do IAA cancelou, definitivamente, os saldos não utilizados até 31-12-69 das autorizações deferidas às refinarias autônomas da Região Centro-Sul para transferência de açúcar refinado, do tipo amorfo, destinado aos centros de consumo da Região Nordeste que se encontram suficientemente abastecidos (MIC-IAA — Ato n.º 51, de 15-12-69 — DO-II de 9-1-70, p. 41).

AÇÚCAR — Usinas Paulista — Cotas Compulsórias de Suprimento — Entrega às Refinarias da Guanabara.

O IAA estabeleceu em 944 mil sacos de açúcar cristal do tipo standard com polarização de 99,3.º o volume total das cotas compulsórias atribuídas às usinas paulistas não cooperadas e à Cooperativa Central dos Produtores de Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo, na safra 1969/70, correspondentes a novembro de 1969 a junho de 1970 e destinadas exclusivamente a complementar o suprimento às refinarias autônomas do Estado da Guanabara no mesmo período. As

usinas paulistas não cooperadas e a Cooperativa Central entregarão também às refinarias autônomas da Guanabara em janeiro de 1970, as cotas acumuladas referentes a novembro e dezembro de 1969 e, em fevereiro de 1970, as cotas acumuladas correspondente a janeiro e fevereiro de 1970. As refinarias autônomas da Guanabara, com suas cotas, só poderão produzir açúcar refinado extra para distribuição aos centros de consumo indicados na Resolução n.º 2.025 de 1969 (BLA/69, p. 311).

As refinarias autônomas da Guanabara que receberem as cotas compulsórias deverão adotar, até o último dia do mês imediatamente anterior, todas as providências de sua alçada para assegurar, antecipadamente, os embarques das cotas compulsórias correspondentes ao mês seguinte, de modo a não faltar, em seus estoques, matéria-prima suficiente para atender à produção de açúcar refinado e à sua distribuição nos centros de consumo cujo abastecimento é da sua responsabilidade. O descumprimento dessas exigências por parte das refinarias autônomas da Guanabara resultará na perda do direito de recebimento das cotas compulsórias e, em sua responsabilidade, perante os órgãos governamentais, por qualquer irregularidade no abastecimento das áreas de consumo e seu cargo. As usinas paulistas, por sua vez, ficarão sujeitas às sanções previstas em lei, caso deixem de cumprir estas normas.

Quando não dispuserem de açúcar cristal do tipo standard com polarização de 99,3.º, para cumprimento das cotas compulsórias mensais paulistas não cooperadas e a Cooperativa Central dos Produtores de Açúcar e Alcool ficam obrigadas a entregar açúcar cristal do tipo superior. Nessa hipótese, o faturamento do produto será feito ao preço oficial fixado para o açúcar cristal do tipo standard com polarização de 99,3.º.

As usinas não cooperadas de São Paulo, para facilitar o despacho ferroviário em vagões completos, poderão agrupar, em lotes mínimos de 500 sacos, as cotas compulsórias mensais destinadas a cada refinaria.

USINAS	Cota mensal Total	Cia. Usinas Nacionais	Refinaria Piedade	Refinaria Magalhães
<i>Cooperadas</i>				
Cooperativa Central dos Produtores de Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo.....	97.764	47.524	36.661	13.579
<i>Não Cooperadas</i>	20.236	9.836	7.590	2.810
Amália.....	2.394	1.164	898	332
Campestre.....	1.082	526	406	150
Ester.....	3.090	1.502	1.159	429
Itaquara.....	1.226	596	460	170
Lambari.....	1.333	648	500	185
Maluf.....	618	300	232	86
Maria Isabel.....	600	292	225	83
Modêlo.....	733	356	275	102
Piracicaba.....	912	443	342	127
Pôrto Feliz.....	2.506	1.218	940	348
Rafard.....	2.505	1.072	827	306
Santa Clara.....	673	327	252	94
Santa Maria.....	658	320	247	91
Santa Rosa.....	766	372	287	107
São Bento.....	712	346	267	99
Zanin.....	728	354	273	101
Total do Estado.....	118.000	57.360	44.251	16.389

MIC — IAA — Ato n.º 49 de 12-12-69 — Do II de 13-1-70, p. 122.

BORRACHA SINTÉTICA — Exportação de Artefatos — Taxa — Incidência

O Conselho Nacional da Borracha fixou em 0,5%

do valor de produção das borrachas sintéticas nacionais a Taxa de Organização e Regulamentação do Mercado da Borracha, incidente sobre as borrachas sintéticas de fabricação nacional destinadas a elaboração de

produtos a serem exportados. O percentual também se aplicará às borrachas sintéticas de fabricação nacional exportadas diretamente pelos produtores (MIC--CNB — Resolução n.º 1, de 16-2-70, DO de 23-2-70, p. 1.353).

BOVINOS — Exportação — Alteração

O Conselho Nacional do Comércio Exterior modificou o item III da Resolução n.º 21, de 1967, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“No caso de animais destinados ao abate, a autorização a que se refere o item I poderá ser concedida quando se tratar: a) na exportação de machos castrados, bem como de machos não castrados zootécnicamente desaconselháveis à melhoria dos plantéis e uma vez que se destinem ao preparo de vitelos cu novilhas de açougue, proibida a saída de fêmeas em condições de procriação; e b) na importação de animais fêmeas ou machos já castrados” (MIC--CONCEX — Resolução n.º 55, de 16-2-70 DO de ... 23-2-70, p. 1.353).

CACAU — Exportação — Classificação

O Conselho Nacional do Comércio Exterior determinou, que a partir de 2-4-70, será realizada exclusivamente pela CEPLAC (Comissão Executiva do Plano de Reclassificação Econômico-Rural da Lavoura Cacauífera) a classificação do cacau destinado à exportação (MIC--CONCEX — Resolução n.º 56, de 16-2-70 — DO de 23-2-70, p. 1.353).

CAFE — DEFESA SANITÁRIA — Bahia

O Ministro da Agricultura determinou a interdição do território da Bahia, devido à ocorrência da doença denominada “ferrugem do cafeeiro”.

Os municípios de Minas Gerais e do Espírito Santo, limitrofes com a região sul da Bahia foram declarados zona suspeita. Estes e os demais municípios dos dois Estados onde for oficialmente comprovada a presença da doença serão automaticamente interditados.

Nas áreas submetidas à interdição serão destruídos todos os cafeeiros, de qualquer idade, bem como as espécies botânicas do gênero “Gardênia” e de outros que eventualmente se mostrem suscetíveis ao patógeno. Fica, ainda, proibida, nas áreas interditadas e suspeitas, a formação de novos viveiros e lavouras de café. A proibição estende-se ao trânsito, dentro e para fora dessas áreas, de mudas, galhos, flores, frutos, sementes e quaisquer outras partes de plantas da família das rubiáceas e dos gêneros “cofeia”, “Gardênia” e outros que podem ser atingidos pelo fungo causador da “ferrugem”. Dentro e para fora dos municípios onde forem constatados focos da “ferrugem” será vedado o trânsito dessas espécies vegetais e de quaisquer materiais capazes de provocar o surgimento da doença.

Ficarão sujeitos às penalidades previstas no Código Penal os que difundirem ou contribuírem para a difusão do agente causador da “ferrugem do cafeeiro”.

A erradicação dos cafeeiros será efetuada sem indenização, por ser considerada a doença como altamente perigosa à economia nacional e pela capacidade de disseminar-se a outras áreas do País (MA-Gb — Portaria n.º 46 de 2-2-70 — DO de 4-2-70, p. 922).

CAFE — Erradicação — Praga — Paraná

O Ministro da Agricultura determinou o levantamento registro e controle de todos os viveiros de café do Paraná, em relação aos nematóides do gênero *Meioidogyne*, prejudiciais ao cafeeiro e à erradicação e destruição de todos os viveiros em que for oficialmente comprovada a presença desses nematóides. A erradicação e a destruição far-se-ão sem indenização de qualquer natureza, na forma do art. 34, § 2.º, do Regulamento de Defesa Sanitária Vegetal, aprovado pelo Decreto n.º 24.114, de 1934.

Autorizou por outra parte — uma vez completados o levantamento e o registro de todos os viveiros

em um Município, desde que haja condições de manutenção do controle de sua sanidade — o levantamento da interdição para o comércio e trânsito de provenientes desses viveiros. A desinterdição parcial caberá à Comissão para os Problemas Nematóides do Cafeeiro no Estado do Paraná ad referendum da Equipe Técnica de Defesa Sanitária Vegetal, do Ministério da Agricultura. Nos municípios desinterditados, poderão ser estabelecidos novos viveiros de café, mediante prévia autorização e sob controle da Comissão.

O trânsito só será permitido às mudas provenientes de viveiros registrados e indenes de nematóides do gênero *Neloidogyne* e quando acompanhadas de “Permissão de Trânsito” emitida por técnicos especialmente credenciados (MA-Gb — Portaria n.º 6, de 8-1-70 — DO de 13-1-70, p. 249).

CAFE — Exportação — Garantia de Preços — Prorrogação

O IBC prorrogou até 30-4-70 o sistema de garantia de preços concedidos aos importadores, no exterior, sobre as compras diretas de café no Brasil a que se referem a Resolução n.º 463, de 1969, e demais resoluções disciplinadoras do sistema. A prorrogação se estende às operações já registradas ou que venham a ser registradas no IBC e cujos cafés forem embarcados até 30-4-70.

Como data de embarque será considerada a que estiver consignada na Relação Diária de Embarque, modelo O4-3, preenchida pela agência do IBC no respectivo porto. No decorrer do mês imediatamente posterior ao do vencimento dos prazos de garantias — 30 dias —, a autarquia procederá aos cálculos das eventuais indenizações por diferenças de preços e expedirá os respectivos avisos de crédito aos importadores beneficiários.

Também estarão sujeitos ao regime de garantia de preços as compras de café realizadas com Avisos de Garantia (MIC IBC — Resolução n.º 486, de 16-1-70 — DO-II de 27-1-70, p. 225).

CAFE — Exportação — Registros de Declarações de Vendas

O IBC avisa que se encontram abertas, desde ... 17-12-69, os Registros de Declarações de Vendas, para embarques em março de 1970, sujeitos aos critérios de cotas individuais de exportação, conforme estabelecido na Resolução n.º 479, de 1969 BLA/69, p. 770 (MIC-IBC — Aviso s/n.º, de 16-12-69 — DO-II de 6-1-70, p. 20).

CAFE — Exportação — Registros de Declarações de Vendas

O IBC avisou que estão abertas, a partir de 14-1-70, os registros de declarações aos critérios de cotas individuais estabelecidos na Resolução n.º 479, de 1969 (BLA/69 p. 770) MIC-IBC — Aviso s/n.º, de 13-1-70 — DO-II de 21-1-70, p. 183).

CAFE — Exportação — Safra 1969/70

A Diretoria do IBC fixou preços mínimos de registro na autarquia, a partir de 17-2-69, inclusive, de “Declarações de Vendas” relativas à exportação de café da safra 1969/70 e anteriores, verde em grão ou o correspondente em cafés torrados, cujos embarques se realizarem de 1-3-70 em diante, a seguir especificados:

**ANUNCIE EM
“A LAVOURA”**

legislação agrícola

Tipo de café	Pôrto de embarque	Preço por libra pêso US\$ ou equivalente em outras moedas
Despolpado	qualquer	US\$ 0,46
Tipo 6, para melhor, isento do gôsto "Rio-Zona"	qualquer	US\$ 0,46
Tipo 6, para melhor, isento do gôsto "Rio-Zona"	Paranaguá e Antonina	US\$ 0,46
Tipo 7/8, para melhor	Rio de Janeiro e Niterói	US\$ 0,42
Tipo 7/8, para melhor	Vitória, Salvador Recife e Itajaí	US\$ 0,40.50

As cambiais representativas de exportação dos cafés acima, cujas operações registradas no IBC tiverem os embarques realizados de 1-3-70, em diante, serão adquiridas pelo Banco do Brasil e demais bancos autorizados pelos seguintes preços:

Tipo de café	Pôrto de embarque	NCR\$ por saca de 60,5 quilos brutos de café verde em grão, ou o equivalente em café torrado
Despolpado	qualquer	NCR\$ 148,10
Tipo 6, para melhor, isento do gôsto "Rio-Zona"	qualquer	NCR\$ 137,20
Tipo 6, para melhor, isento do gôsto "Rio-Zona"	Paranaguá e Antonina	NCR\$ 131,70
Tipo 7/8, para melhor, bebida "Rio-Zona"	Rio de Janeiro e Niterói	NCR\$ 115,20
Tipo 7/8, para melhor bebida "Rio-Zona"	Vitória, Salvador, Recife e Itajaí	NCR\$ 106,90

A cota de contribuição sobre a exportação de café corresponderá à diferença entre os valores, em moeda estrangeira, aos preços mínimos de registro e às condições, às taxas dos respectivos contratos de câmbio, remunerações, em cruzeiros novos, aos exportadores. A parcela das cambiais que corresponder à diferença para mais entre os preços de venda declarados e o registro mínimo, 1,5%, quando se tratar de exportação para os Estados Unidos da América e 3% do Chile, desde que as vendas sejam declaradas a preços mais elevados, de tal forma que a dedução das comissões não implique reduzir os preços mínimos de venda fixados.

Nos casos de exportação para a Argentina, Uruguai e Chile será admitida a remessa de comissões de agente até o máximo de 6,25% independentemente de pagamento pelos exportadores.

As operações já registradas ou que venham a ser registradas sob os critérios em vigor anteriormente ficam mantidas desde que os respectivos embarques se realizem nas épocas declaradas, ficando sujeitas a essas disposições as operações já registradas com vinculação, cafés dos estoques governamentais sob a guarda do IBC e que tenham câmbio contratado.

As operações já registradas ou que venham a ser registradas no IBC e cujos cafés não sejam embarcados nas épocas declaradas somente poderão ter os prazos prorrogados se reajustadas suas condições ao novo sistema, excetuados os casos de comprovada força maior, em que prevalecerão as condições contratadas.

Nos casos de operações vinculadas a cafés dos estoques governamentais sob a guarda do IBC, os preços de venda, em cruzeiros novos, serão reajustados em função dos novos níveis de registro mínimo e de remuneração cambial estabelecidos para as épocas de embarques.

Serão admitidas reduções sobre os preços mínimos de registro de, no mínimo, US\$ 0,1 ou US\$ 0,01.50 ou o equivalente em outras moedas, por libra/pêso, quando se tratar, respectivamente, de café de bebidas isento do gôsto "Rio-Zona" (Grupo II), observadas as demais normas em vigor. Tais reduções serão convertidas às mesmas taxas dos respectivos contratos de câmbio de compra das cambiais de exportação.

As "Declarações de Vendas" deverão indicar expressamente as características do café (tipo penela e bebida).

Os valores, em cruzeiros novos, de aquisição das cambiais de exportação de café prevalecerão para as compras de letras à vista (MIC-IBC — Resolução n.º 484, de 16-12-69 — DO-II de 6-1-70, p. 17).

CAFÉ — Exportação — Safra 1969/70 — Preços Mínimos de Registro

O IBC fixou os seguintes preços mínimos de registro na autarquia, a partir de 14-1-70, inclusive de "declarações de venda" relativas à exportação da safra 1969/70 e anteriores, verde em grão ou o correspondente em café torrado, cujos embarques se realizem de 1-4-70 em diante:

Tipo de café	Pôrto de embarque	Preço por libra/pêso US\$ ou equivalente em outras moedas
Despolpado	qualquer	US\$ 0,46.50
Tipo 6, para melhor bebida isenta de gôsto "Rio-Zona"	qualquer	US\$ 0,46.50
Tipo 6, para melhor bebida isenta de gôsto "Rio-Zona"	Paranaguá Antonina	US\$ 0,45.50
Tipo 7/8 para melhor bebida "Rio-Zona"	Rio de Janeiro e Niterói	US\$ 0,42.50
Tipo 7/8 para melhor bebida "Rio-Zona"	Vitória, Salvador Recife e Itajaí	US\$ 0,41

legislação agrícola

As cambiais representativas de exportação dos cafés mencionados, cujas operações, devidamente registradas no IBC, tiverem os embarques respectivos realizados de 1-4-70 em diante, serão adquiridas pelo Banco do Brasil e demais Bancos autorizados, pelos preços seguintes, em cruzeiros novos, por saca de 60,5 quilos brutos de café verde em grão ou o equivalente em café torrado:

A cota de contribuição sobre a exportação de café corresponderá à diferença entre os valores, em moeda estrangeira, aos preços mínimos de registro, e as conversões das taxas dos respectivos contratos de câmbio, das remunerações, em cruzeiros novos, aos exportadores.

A parcela das cambiais que corresponder à diferença para mais entre os preços de venda declarados e os de registro mínimo mencionados será negociada às taxas livremente contratadas.

Será admitida a remessa pelos exportadores em regime de "Conta Gráfica", de comissões de agentes de, no máximo, 1,5% quando se tratar de exportação para os Estados Unidos da América, 3% para os demais destinos, exceto Argentina, Uruguai e Chile, desde que as vendas sejam declaradas a preços mais elevados, de tal forma que a dedução das comissões não implique reduzir os preços mínimos de venda fixados.

Nos casos de exportação para a Argentina, Uruguai e Chile será admitida a remessa de comissões de agente até o máximo de 6,25%, independentemente de pagamento pelos exportadores.

As operações já registradas ou que venham a ser registradas sob os critérios em vigor anteriormente aos da presente Resolução ficam assim, mantidas desde que os respectivos embarques se realizem nas épocas declaradas.

Ficam sujeitos a estas disposições as operações já registradas com vinculação a cafés dos estoques governamentais sob a guarda do IBC e que tenham um câmbio contratado.

As operações já registradas ou que venham a ser registradas no IBC e cujos cafés não sejam embarcados nas épocas declaradas, somente poderão ter os prazos prorrogados se reajustadas suas condições às da presente Resolução, excetuados os casos de comprovada força maior, em que prevalecerão as condições contratadas.

Nos casos de operações vinculadas a cafés dos estoques governamentais sob a guarda do IBC, os preços de venda, em cruzeiros novos, serão reajustados em função dos novos níveis de registro mínimo e de remuneração cambial estabelecidas para as épocas de embarque.

Serão admitidas reduções sobre os preços mínimos do registro de, no máximo US\$ 0,01 ou US\$ 0,01.50, ou o equivalente em outras moedas, por libra/pêso, quando se tratar, respectivamente, de cafés de bebida isenta de gosto "Rio-Zona" (Grupo I), inclusive "Despolpados" ou de bebida "Rio-Zona" (Grupo II), observadas as demais normas em vigor. Tais reduções serão convertidas às mesmas taxas nos respectivos contratos de câmbio de compra das cambiais de exportação.

As "Declarações de Venda" deverão indicar expressamente as características do café exportado (tipo, peneira e bebida).

Os valores em cruzeiros novos de aquisição das cambiais de exportação de café prevalecerão para compras de letras à vista (MIC-IBC — Resolução n.º 485, de 12-1-70 — DO II de 21-1-70, p. 185).

CAFÉ — Sacaria Usada — Revenda

Em comunicado às Cooperativas de Cafeicultores, o IBC informou que procederá à revenda de sacaria usada, através do Departamento de Assistência à Cafeicultura, ao preço unitário de NCr\$ 0,80 — sacaria de segunda viagem; NCr\$ 0,70 — de terceira viagem; NCr\$ 0,35 — de quarta viagem; e NCr\$ 0,35 — de quinta viagem. Cada Cooperativa poderá adquirir, por cooperado constante das listas nominativas existentes

na Divisão de Cooperativismo do DAC, até 200 sacos de segunda viagem, 100 de terceira, 50 de quarta e 100 de quinta. Cada pedido deverá ser acompanhado de cheque visado, em nome do IBC, pagável no Rio, e somente será aceito se der entrada na autarquia até 30-6-70. O processamento far-se-á através dos SERACs para as Cooperativas dos Estados do Paraná, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo e da Zona da Mata de Minas Gerais.

O IBC não aceitará reclamação quanto à qualidade da sacaria, uma vez que ela poderá ser previamente examinada pela Cooperativa interessada e por se considerar no preço a quebra por estragos eventuais (MIC-IBC — Comunicado n.º 70, de 23-1-70 — DO-II de 2-4-70, p. 256).

CARNE BOVINA — Abastecimento — Margens de Comercialização — Amapá

O Superintendente da SUNAB autorizou ao Delegado da Autarquia no Território Federal do Amapá a fixar as margens de comercialização para os diversos tipos de carne.

A autorização constitui medida prevista na Portaria n.º 76, de 1969 (BLA-69, p. 517), que também dispõe sobre a comercialização do produto no Território, uma vez que é de âmbito nacional (MA-SUNAB — Portaria n.º 2, de 12-1-70 — DO-II de 19-1-70, p. 159).

DEFESA SANITÁRIA ANIMAL — Atestados — Veterinário Particular — Normas.

O Ministro da Agricultura aprovou normas que regulamentam a aceitação, pelo Ministério da Agricultura, de atestados zoo-sanitários firmados por veterinários sem vínculo com o serviço público, para fins relacionados com a defesa sanitária animal, regulamentando, desta maneira, a execução do Decreto-lei n.º 818 de 1969 (BLA/69, p. 627).

Os atestados sanitários emitidos para trânsito interestadual de animais e produtos animais para fins industriais obedecerão, além do que dispõem as normas, às mesmas formalidades exigidas para os certificados sanitários ou de livre trânsito a que se refere o Decreto n.º 24.548, de 1934.

Os atestados zoo-sanitários só poderão ser expedidos após inspeção direta dos animais pelo médico-veterinário, que atestará a saúde dos mesmos, e o cumprimento das exigências de ordem sanitária estabelecidas para cada espécie.

A emissão dos atestados zoo-sanitários fica condicionada à permanente assistência veterinária aos rebanhos de onde se originaram os animais, por parte dos signatários dos mencionados documentos.

Em se tratando de produtos animais para fins industriais os atestados sanitários especificarão:

a) que os mesmos procedem da região onde, no período de 90 dias antes do abate, não grassem a febre aftosa e o carbúnculo hemático;

b) que foram previamente desinfetados de acordo com as normas ou processo aprovados oficialmente.

Somente poderão emitir atestados zoo-sanitários os médicos veterinários previamente habilitados pela ETEDA, através de portaria publicada no Diário Oficial, desde que atendidas as seguintes exigências:

a) requerimento à ETEDA indicando a Unidade Administrativa onde pretendem exercer suas atividades, bem como seus domicílios;

b) apresentação de carteira de identificação profissional expedida pelo Conselho Regional de Medicina Veterinária; e

c) submeter-se a treinamentos especializados, promovidos pelo MA, sobre a legislação específica de Defesa Sanitária Animal, e às normas referentes à profilaxia das doenças infecciosas, infectocontagiosas ou parasitárias, objeto dos programas federais de controle ou erradicação.

legislação agrícola

É vedado ao médico-veterinário emitir atestados sanitários de trânsito de animais ou de produtos animais para fins industriais, originários de estabelecimentos de sua propriedade ou da de parentes em linha reta ou colaterais, até o terceiro grau, consanguíneos ou afins, incluindo-se nesta proibição o parentesco meramente civil (MA-Gb — Portaria n.º 9, de 8-1-70 — DO de 13-1-70, p. 250).

ERVA-MATE — Exportação — Comércio com o Uruguai

Revogada pelo Presidente do IBDF a Portaria 1.555, de 1969 (BLA/69, 793), que dispunha sobre a utilização dos saldos das cotas de exportação para o Uruguai de erva-mate cancheada.

A aplicação do disposto no inciso XIII, da Resolução n.º 28, do CONCEX, será examinada, em cada caso, mediante exposição escrita dos interessados à Presidência do IBDF e encaminhada através das Delegacias Estaduais, que emitirão parecer a respeito (MA-IBDF — Portaria n.º 1.285, de 4-3-70 — DO-II de 23-2-70, p. 385).

HORTIGRANJEIRO — Abastecimento — Afixação de Preços — Acre

Os estabelecimentos, no Acre, que comerciam com produtos hortigranjeiros ficam obrigados a manter em lugar visível e de fácil leitura os preços de venda desses produtos. Os preços poderão ser afixados por meio de tabuletas, colocadas sobre o produto, ou em tabelas contendo mais de uma mercadoria, com letras e algarismos de no mínimo 3 cm de altura.

Nos estabelecimentos que utilizarem o sistema denominado "auto serviço", os preços poderão ser afixados por meio de carimbos no invólucro que contém a mercadoria (MA-SUNAB — Portaria s/n.º, de 12-1-70 — DO-II de 19-1-70, p. 159).

MADEIRAS — Exportação — Amazônia — Prorrogação de Prazo

A Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil comunica que acolherá, para exame, pedidos de prorrogação de prazo de embarque, nos portos da região amazônica, de madeiras em bruto, relativos a operações autorizadas com base nas disposições contidas no § 1.º, alínea a, e § 2.º da Resolução n.º 48, de 1969, do Conselho Nacional de Comércio Exterior (BLA/69, p. 362), desde que amparados por cartas-de-crédito irrevogáveis e observadas as demais condições estabelecidas pelo Comunicado GECAM n.º 127, de 19-11-69, do Banco Central (MF-CACEX — Comunicado n.º 289, de 30-12-69 — DO-II de 9-1-70, p. 44).

MAMONA — Preços — Alteração

Ficou sem efeito a tabela baixada pelo Decreto n.º 65.746, de 1969 (BLA/69, p. 863) no inciso referente à mamona, cujos preços mínimos ficam alterados (Decreto n.º 66.033 de 31-12-60 — DO de 7-1-70, p. 105).

PESCA — Embarcações Estrangeiras — Registro

A inscrição de embarcações pesqueiras estrangeiras no Registro Geral da Pesca será concedida pelas Direções ou órgãos estaduais da SUDEPE ou por ato do Superintendente do órgão.

O primeiro caso abrange as embarcações que tiverem até 20 toneladas brutas, exclusive, e a autorização será fornecida mediante apresentação dos seguintes elementos: a) dados completos das características das embarcações e de seus equipamentos e apetrechos de pesca; b) comprovantes de registro emitido pela Capitania dos Portos; c) documento comprobatório de autorização concedida pelo Ministro da Agricultura.

As autorizações concedidas pelo Superintendente da SUDEPE vinculam-se a embarcações de mais de 20 toneladas brutas, inclusive.

Nesse caso, além daqueles documentos exige-se pagamento de taxa de emolumentos referentes à inscrição no valor de um salário-mínimo mensal vigente na Capital.

Essas determinações foram fixadas pelo Superintendente da SUDEPE (MA-SUDEPE — Portaria n.º 115, de 12-2-70 — DO-II de 26-2-70, p. 425).

PESCA — Importação de Equipamentos e Embarcações — Preço de Custo — Acréscimos

A Superintendência do Desenvolvimento da Pesca alterou a Portaria n.º 286, de 1967, dando a seguinte redação ao § 1.º do art. 7:

"§ 1.º — Os equipamentos completos para fabricação de farinha de peixe, importados da Noruega, em face do financiamento concedido pelo EXPORTFINANS, assim como os barcos de pesca, também importados, terão no preço de custo acrescentado o percentual de 1% como encargo de administração, permanecendo o percentual de 10% para os demais equipamentos, na forma da Portaria n.º 286/67" (MA-SUDEPE — Portaria n.º 443, de 11-12-69 — DO-II de 27-1-70, p. 221).

REFLORESTAMENTO — Exploração Florestal — São Paulo e Mato Grosso

As pessoas jurídicas que promoverem exploração florestal em São Paulo e Mato Grosso poderão realizar o reflorestamento a que se refere a Portaria n.º 784, de 1969 (BLA/69, P. 155) relativo aos exercícios de 1968, 1969 e 1970, em áreas de ecologia favorável situadas naqueles Estados e no Paraná (MA-IBDF — Portaria n.º 1.318, de 12-2-70 — DO-II de 27-2-70, p. 434).

REFORMA AGRÁRIA — Área Prioritária — Ampliação

A área prioritária de emergência para fins de reforma agrária foi ampliada, abrangendo os Municípios de Montalvânia, Ibiai, Lagoa dos Patos, Pirapora, Brasília de Minas, Januária, São Francisco, Itacarambi, Manga, Ubai e Várzea do Palma do Estado de Minas Gerais.

O prazo de intervenção nos Municípios de Golás e Minas Gerais, relacionados no Decreto n.º 56.795, de 1965, fica prorrogado por mais 5 anos, a partir da data de seu término.

Os imóveis pertencentes à União que estejam situados nas áreas ora acrescidas serão transferidos para a IBRA, desde que não tenham outra destinação específica (Decreto n.º 66.034, de 31-12-69 — DO de 7-1-70, p. 105).

TRABALHADOR RURAL — Contribuição Sindical

Para a cobrança da contribuição sindical, o IBRA, a partir do exercício de 1970, lançará os contribuintes, para crédito das entidades sindicais do plano da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura — CONTAG — ou do plano da Confederação Nacional da Agricultura — CNA.

Critérios. Os lançamentos obedecerão os seguintes critérios:

I — Pertencem ao plano da CONTAG:

As contribuições devidas pelos trabalhadores rurais assalariados, descontadas dos respectivos salários pelos empregadores.

As contribuições dos trabalhadores, devidas na forma do art. 580, alínea b, da Consolidação das Leis do Trabalho, e recolhidas diretamente pelos devedores.

Para os efeitos de classificação do contribuinte, consideram-se membros da família rural apenas os parentes em linha reta do contribuinte e as pessoas que estejam legalmente sob sua dependência.

As contribuições dos que prestam serviços como safristas, parceiro, auxiliar, colono, agregado, ou qualquer outra forma que exclua pagamento certo mensal, calculadas na forma e recolhidas pelos empresários locadores do serviço.

II — Pertencem ao plano da CNA as contribuições devidas pelos empregadores e a dos que, com ou sem empregados, empreendam, a qualquer título, atividade rural em área superior ao módulo rural ou outro limite que seja fixado pelo Ministro do Trabalho e Previdência Social.

Recolhimento. As contribuições de que trata este artigo serão sempre recolhidas juntamente com o im-

balho e exploração do imóvel, que possibilitem a retificação do lançamento da contribuição sindical.

Redução Os proprietários rurais, cujas condições de exploração do imóvel comportem menor número de empregados, poderão requerer ao IBRA, justificadamente, a redução do lançamento, para enquadrá-lo nas reais condições do trabalho assalariado.

Revisão da Divisão Modular O IBRA, ex-offício, procederá à revisão da divisão modular das propriedades regionais ainda em regime de exploração extensiva da pecuária, em campos e pastagens nativas, a fim de enquadrar os lançamentos e a cobrança nas reais necessidades da mão-de-obra.

Dúvida Ocorrendo dúvida na aplicação a casos individuais, o contribuinte ou entidade sindical com jurisdição na área poderão suscitá-la perante o Delegado Regional do Trabalho da respectiva região.

Prazo Os processos serão sumários e deverão encerrar-se no prazo de 15 dias de sua instauração, cientes da decisão os interessados e o IBRA, e será considerada como elemento preponderante para a solução da dúvida a opção manifestada pelo contribuinte.

Comissão permanente Os representantes da categoria profissional e econômica, integrantes da comissão permanente, serão indicados ao Delegado do Trabalho pelas confederações pertinentes e, no caso de a entidade sindical não fazer a indicação de representante até o prazo máximo de 10 dias a contar do recebimento da solicitação, ou este indicado não comparecer às reuniões previamente marcadas, a Comissão opinará pelos demais membros presentes.

Relação de filiados Em cada exercício, as federações das atividades profissionais e econômicas da agricultura fornecerão ao IBRA relação dos órgãos que lhe são filiados, participantes da contribuição sindical, a fim de possibilitar os respectivos créditos.

Destituição de créditos Caberá às entidades sindicais de grau superior restituir às entidades de grau inferior quaisquer créditos decorrentes de encargos ou lacunas contidos em suas informações. (MTPS-GB — Portaria n.º 3.063, de 21-1-70 — DO de 22-1-70, p. 518).

TRIGO — Abastecimento — Diferença de Preços — Recolhimento

Com o objetivo de cobrar das indústrias moageiras do País a diferença de preço sobre os estoques de trigo em grão, de procedência nacional ou estrangeira, e de seus derivados, a Superintendência Nacional do Abastecimento procederá ao levantamento desses estoques, distinta e separadamente, em 9-2-70, data em que entrou em vigor a Portaria n.º 6 de 1970, que fixou os novos preços de venda do cereal, de procedência nacional ou estrangeira.

As indústrias moageiras deverão recolher ao Banco do Brasil a diferença de preços resultantes do levantamento, mediante apresentação de notificações de débitos distintas, conforme se trata de trigo, em grão nacional ou estrangeiro, expedidas pela Divisão de Arrecadação de Diferenças de Preços do Departamento de Trigo da SUNAB.

Para efeito de cálculo do recolhimento da diferença de preços, será considerada toda farinha de trigo em poder da indústria moageira, na proporção de 78 kg de farinha para 100 kg de trigo em grão.

No caso da farinha produzida com trigo nacional, o cálculo será feito com base no peso específico do cereal, consignado no competente documento de venda às indústrias moageiras, expedido pelo Banco do Brasil, através do seu Departamento de Comercialização do Trigo Nacional (CITRIN).

A SUNAB, através do seu Departamento de Trigo, além das sanções previstas nos arts. 11 e 12 da Lei Delegada n.º 4, de 1962, aplicará a suspensão do forne-

cimento de trigo às indústrias moageiras que não tiverem recolhido, no devido tempo, as diferenças de preços a que estiverem obrigadas por este decreto e pelos mencionados no artigo anterior.

A suspensão do fornecimento de trigo acarretará o cancelamento diário da parcela correspondente a 1/300 da cota anual da indústria moageira implicada.

A suspensão corresponderá ao período compreendido entre a data da comunicação às indústrias moageiras sujeitas ao recolhimento das diferenças de preços e a data em que se verificar o respectivo pagamento.

Caso seja necessário, poderá a SUNAB, nos termos da Lei Delegada n.º 4, de 1962, proceder à desapropriação dos estoques de trigo em grão e de seus derivados e subprodutos retidos pelos moageiros (Decreto número 66.180, de 5-2-70 — DO de 5-2-70, p. 956).

TRIGO — Abastecimento — Tabelamento.

A SUNAB fixou em NCr\$ 410,00, por tonelada métrica, o preço de venda aos moinhos, nos portos de descarga, do trigo em grão de qualquer procedência, adquirido pelo Banco do Brasil, na qualidade de agente financeiro da União.

Já o trigo de produção nacional, destinado à industrialização, nos Estados produtores, será entregue aos moinhos nos locais de estocagem pelos preços a seguir indicados, por tonelada métrica a granel:

Peso hectolitrico	NCr\$
78	410,00
77	405,90
76	401,80
75	397,70
74	393,60
73	389,50
72	385,40
71	381,30
70	377,20
69	373,10
68	369,00
67	364,90
66	360,80
65	356,70

O preço de venda ao moinho será acrescido, em cada Estado, das despesas portuárias poupadas, abaixo discriminadas:

Rio Grande do Sul — NCr\$ 6,00/t; Santa Catarina NCr\$ 9,00/t; Paraná — NCr\$ 9,00/t.

Quando o trigo for entregue ensacado, os preços serão ainda acrescidos do valor correspondente à sacaria de, no mínimo, 400 gramas ou, em valor proporcional, quando do peso inferior, a saber:

NCr\$ 1,30 por saco novo; NCr\$ 0,80, por saco de 1.º uso; NCr\$ 0,55 por saco de 2.º uso.

legislação agrícola

Tipo de café	Pôrto de embarque	Preço
Despolpado	qualquer	NCR\$ 151,00
Tipo 6, para melhor bebida isenta de gosto "Rio-Zona"	qualquer	NCR\$ 140,10
Tipo 6, para melhor bebida isenta de gosto "Rio-Zona"	Paranaguá e Antonina	NCR\$ 134,60
Tipo 7/8 para melhor bebida "Rio-Zona"	Rio de Janeiro e Niterói	NCR\$ 118,10
Tipo 7/8 para melhor bebida "Rio-Zona"	Vitória, Salvador Recife e Itajaí	NCR\$ 109,80

ZONAS

TONELADAS

1 — Amazonas, Pará, Maranhão, Acre e Territórios do Amapá, Rondônia e Roraima	90.000
2 — Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Território Fernando de Noronha	345.000
3 — Alagoas, Sergipe e Bahia	192.000
4 — Espírito Santo e Minas Gerais (inclusive Triângulo Mineiro)	204.000
5 — Guanabara e Rio de Janeiro ..	480.000
6 — Goiás, Mato Grosso, Distrito Federal e Minas Gerais (sômente o Triângulo Mineiro)	87.000
7 — São Paulo e Paraná	1.206.000
8 — Santa Catarina e Rio Grande do Sul	486.000
TOTAL:	3.090.000

A SUNAB fixou, também as cotas de trigo dos moinhos situados em cada zona de consumo, com base nas quais serão processadas as distribuições do cereal durante o primeiro semestre de 1970 (MA-SUNAB — Portaria n.º 9 de 6-2-70 — DO-II de 18-2-70, p. 357).

ESTADO DE SÃO PAULO

ENSINO AGRÍCOLA — Técnicos de Nível Universitário — Admissão

A Secretaria da Educação poderá admitir técnicos de nível universitário para dar 18 aulas semanais nos estabelecimentos de grau subordinados à Diretoria do Ensino Agrícola (Decreto s/n.º, de 26-2-70 — DO-SP de 27-2-70, p. 4).

INSTITUTO FLORESTAL — Produtos — Novos Preços

O Secretário da Agricultura fixou novos preços para venda dos produtos do Instituto Florestal: madeira, lenha, aparas, estacas e similares, mudas e sementes (SA-Gb — Resolução s-n.º, de 17-2-70 — DO-SP de 19-2-70, p. 19).

MANDIOCA — TABELAMENTO — Alteração

O Governador alterou para NCR\$ 20,00 e NCR\$ 10,00, respectivamente, os preços do metro cúbico de novos cultivares e do metro cúbico de cultivares comuns de manivas e ramas de mandioca vendidos pelo Instituto Agrônomo da Secretaria da Agricultura (Decreto s-n.º, de 8-1-70 — DO-SP de 9-1-70, p. 2).

MUDAS FRUTÍFERAS — Tabelamento

A Coordenação de Assistência Técnica Integral fixou os preços de mudas frutíferas produzidas em Campo de Cooperação para o Ano Agrícola de 1969-1970 e destinadas a cooperadores.

Espécie	Preço proposto
	NCR\$
Abacateiro	1,50
Ameixeira	1,50
Caquiizeiro	2,00
Citrus (Jacázinho)	1,80
Citrus (raiz nua)	1,40
Figueira	1,20
Goiabeira	0,80
Macleira	2,00
Mangueira	2,00
Maracujazeiro	0,35
Nespeceira	2,00
Nogueira Peçã	3,00
Pereira	1,50
Pessegueiro	1,50
Videira	1,50

(SA-CATI — Despacho s/n.º, de 9-12-69 — DO-SP de 17-1-70, p. 14).

SEMENTES — Certificação de — Regulamentação

O Secretário da Agricultura regulamentou a certificação de sementes, definindo as suas diferentes espécies (SA — Resolução s/n.º, de 17-2-70 — DO-SP de 18-2-70, p. 14).

Nota de Redação: Fica sem efeito a Resolução n.º 20 de 1969.

PRAGA NOS ARROZAIIS DO JAGUARI

Os arrozeiros da região do Jaguari estão alarmados com uma estranha moléstia que ataca e dizima lavouras inteiras em poucos dias. A doença, pouco conhecida dos técnicos vem destruindo parcial ou totalmente inúmeros arrozaais. Não há formação de grãos nos cachos, este branqueia, seca. Os técnicos do IBRA solicitaram a vinda de especialistas na cultura do arroz. Os prejuízos já são grandes com centenas de quadras perdidas nas lavouras de região do Vale.

INDUSTRIA METALURGICA N. S. DA APARECIDA S.A.

ESCRITÓRIO EM SÃO PAULO:
Rua Líbero Badaró, 471 —
20.º and. - Tel. 32-9339
Caixa Postal: 8070



USINA EM SOROCABA:
E. F. S. - "DESVIO THOMAZ"
RUA JURUÁ N.º 113
TEL.: 2-0052 - C. POSTAL, 40

ENXADAS

“ZAP”

Marca Registrada

LEGÍTIMAS

INTEIRIÇA DE
AÇO CARBONO

DA MAIS ALTA QUALIDADE
TÊMPERA GARANTIDA



— TIPO: —

RIO DE JANEIRO
MINAS GERAIS
ESPÍRITO SANTO
PARANÁ
S. CATARINA

REFERÊNCIA
N.º 2527

ESTREITA
CÔR PRETA

CORTE POLIDO

ESCRITÓRIO NO RIO DE JANEIRO:

Avenida Rio Branco, 39 - 18.º andar, sala 1801 - Fone 223-3597

RAÇÕES



PARA PRODUÇÃO DE

LEITE e CARNE

GADOLUX 24

com 24 % de proteínas digestíveis
(30 % total) e 20.000 U. VIT. A
por quilo

GADOLUX 18

com 18 % de proteínas digestíveis
e 22 % total

Cia. Luz Stearica

Moinho da Luz

Rua Benedito Ottoni, 23 e 24

Rio de Janeiro - GB

Tels.: 228-0489 - 228-3022 - 228-6063